



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

DANIELE DO NASCIMENTO LEANDRO

**EDUCAÇÃO E RACISMO INSTITUCIONAL:** a (in)visibilidade do Movimento Negro na elaboração e implementação das políticas educacionais para a Educação Superior na UFPB

JOÃO PESSOA/PB  
2023

DANIELE DO NASCIMENTO LEANDRO

**EDUCAÇÃO E RACISMO INSTITUCIONAL:** a (in)visibilidade do Movimento Negro na elaboração e implementação das políticas educacionais para a Educação Superior na UFPB

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação, do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de Pesquisa: Políticas Educacionais

Orientador. Prof. Dr. Jorge Fernando Hermida Aveiro

JOÃO PESSOA/PB  
2023

**Catálogo na publicação**  
**Seção de Catalogação e Classificação**

L437e Leandro, Daniele do Nascimento.

Educação e racismo institucional : a  
(in)visibilidade do movimento negro na elaboração e  
implementação das políticas educacionais para a  
educação superior na UFPB / Daniele do Nascimento  
Leandro. - João Pessoa, 2023.

161 f. : il.

Orientação: Jorge Fernando Hermida Aveiro.  
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CE.

1. Educação superior. 2. Movimento negro - Educação.  
3. Política pública. 4. Racismo institucional. 5.  
Políticas educacionais. I. Aveiro, Jorge Fernando  
Hermida. II. Título.

UFPB/BC

CDU 378(043)

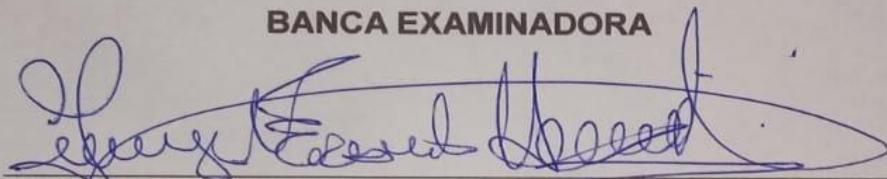
DANIELE DO NASCIMENTO LEANDRO

**EDUCAÇÃO E RACISMO INSTITUCIONAL: a (in)visibilidade do Movimento Negro na elaboração e implementação das políticas educacionais para a Educação Superior na UFPB**

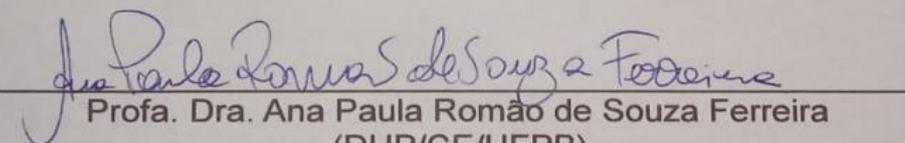
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação, do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Aprovada em: 29 de setembro de 2023

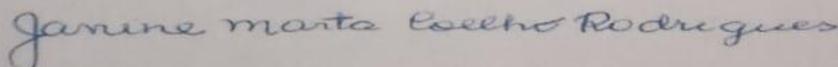
**BANCA EXAMINADORA**



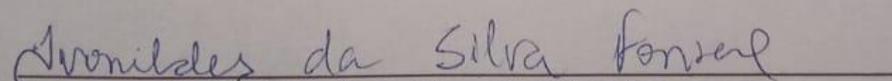
Prof. Dr. Jorge Fernando Hermida Aveiro  
(PPGE/CE/UFPB)  
**Orientador**



Profa. Dra. Ana Paula Romão de Souza Ferreira  
(DHP/CE/UFPB)  
**Examinadora interna**



Profa. Dra. Janine Marta Coelho Rodrigues  
(PPGE/CE/UFPB)  
**Examinadora interna**



Profa. Dra. Ivonildes da Silva Fonseca  
(UEPB)  
**Examinadora externa**

Dedico em especial a minha mãe Maria Lúcia Ferreira (em memória) e a minha vó Daura Lopes de Souza (em memória) por serem exemplo e me ensinarem a ser resiliente diante das situações da vida. A profa. Dra. Ana Paula Romão pela simplicidade e me incentivar a fazer o extraordinário e ao Movimento Negro paraibano.

## **AGRADECIMENTOS**

Este é um momento de reconhecimento e expressão de carinho aos que estiveram presentes e me auxiliaram na trajetória que decidi percorrer.

Eu sou porque nós somos, filosofia ubuntu. Sou, mas não sou sozinha. Sou porque somos todos juntos. Como diriam os que vieram antes de mim: Ubuntu. E, por ter chegado acompanhada, eu preciso agradecer, como forma de afeto e reconhecimento.

Agradeço ao meu rochedo e fortaleza, Jesus Cristo e a Nossa Senhora Aparecida que me sustentou diante de tantas dificuldades e barreiras. Principalmente por não ter me deixado perder o ânimo e me dado forças quando o medo e as adversidades (que resultou em muitas noites de choros) batia a porta durante a produção dessa dissertação no meio da pandemia. A Sua mão me sustentou e me proporcionou chegar até aqui.

A minha Família, especialmente a minha vó Daura Lopes de Sousa (em memória) mulher paraibana que me deixou um legado e tento repassar nas minhas ações para jamais desistir dos meus sonhos, a minha mãe Maria de Lúcia Ferreira (em memória) que sempre me ensinou a criar forças no meio da adversidade e jamais desistir, ao meu pai, João Maria Leandro, sempre presente mesmo na distância geográfica, na realização de meus projetos e sonhos. A minha sobrinha Maria Vitória e meu sobrinho João Victor que a cada encontro, abraços, sorrisos e palavras de afetos renovam minhas energias e esperanças.

Ao meu Irmão João Paulo e a minha cunhada Maria Leandro pelo cuidado, abraços, brincadeiras e por todos os momentos compartilhados em família.

A minha tia Fatima, uma inspiração pra mim, uma excelente pedagoga e que em suas mensagens diárias me fortalece emocionalmente e espiritualmente.

A profa. Ana Paula Romão por me lapidar e acreditar no meu potencial, por sempre me dizer diante das adversidades e dificuldades da vida acadêmica: “Você não sabe a força que tem!”. E vou lá e supero cada batalha árdua que me aparecer para me fazer desisti.

Ao grupo de Pesquisa Práticas Educativas Griô, do qual faço parte como pesquisadora negra, pelas trocas de conhecimentos, pelas vivências nos projetos desenvolvidos, pelo companheirismo na elaboração e realização dos projetos e ao Mestre Dário e a Mestra Malu, do grupo de Angola Palmares, do Roger/PB.

Ao Movimento Negro paraibano pela sua ação política, social e cultural na sociedade, pois é por causa da sua luta que hoje eu e outras pessoas negras conseguimos chegar no pós-graduação, mas sabemos que a luta jamais pode parar porque ainda tem muito a ser conquistado.

Ao meu orientador Prof. Jorge Hermida, pelas partilhas de saberes junto ao grupo de pesquisa “Pedagogia Histórico-crítica, Políticas Públicas e Mundo do Trabalho”, por ter acreditado nessa pesquisa quando ainda era um projeto e hoje podemos observar o impacto que foi dentro do PPGE/UFPB, pelo trabalho árduo dentro da coordenação do PPGE/UFPB para implementar a ampliação das cotas e juntamente com o movimento negro paraibano tornou-se uma realidade.

A banca profa. Dra. Ana Paula Romão, a profa. Dra. Vânia Fonseca e a profa. Janine Rodrigues. Uma banca histórica dentro do PPGE/FPB, por ser uma banca composta por mulheres ativistas e militantes que na sua trajetória de vida é caracterizada pela luta constante na sociedade paraibana e brasileira por direitos públicos, nos segmentos: estudantis, da população camponesa, da população negra e da população cigana. Meu eterno agradecimento por ter tido essa honra.

É preciso ter esperança, mas ter  
Esperança do verbo esperar;  
Porque tem gente que tem  
Esperança do verbo esperar. E  
Esperança do verbo esperar não  
é esperança, é espera.  
Esperançar é se levantar,  
Esperançar é ir atrás,  
Esperançar é construir,  
Esperançar é não desistir!  
Esperançar é levar adiante,  
esperançar é junta-se  
com outros para fazer de outro  
modo.

**Paulo Freire**

## RESUMO

A educação sempre esteve presente como reivindicação do Movimento Negro, seja como transmissão de saberes ancestrais, seja como pauta sociopolítica, para espaços educacionais formais e não-formais. O presente trabalho dissertativo apresenta numa linha histórica e social como a população africana e afro-brasileira vem se desenvolvendo desde o período colonial em busca da reparação social, econômica e educação dos processos excludentes que vivenciaram e vivenciam no Brasil. A lei 10.639 tornou obrigatório nas instituições de ensino trabalhar a Educação das Relações Étnico-Raciais, e a Lei de Cotas Raciais proporcionou o acesso da população negra no universo das Universidades Federais e assim pesquisar temáticas que envolvem o seu cotidiano. Deste modo, esta pesquisa tem por objetivo geral analisar a participação do Movimento Negro paraibano na elaboração e implementação das políticas educacionais para a Educação Superior no período de 2003-2013 na Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E por objetivos específicos identificar, na UFPB, as políticas educacionais para a Educação Superior com recorte étnico-racial, no período de 2003 a 2013; discutir as modificações na LDB (1996) e Lei de Cotas com impacto na UFPB; pesquisar sobre a participação do Movimento Negro paraibano no processo de elaboração e implementação das políticas educacionais para a Educação Superior com destaque para as políticas de acesso e permanência. Com isso partimos da hipótese que o Movimento Negro Paraibano é um sujeito educativo, porque esteve presente na mobilização para a inclusão das políticas educacionais e que o Movimento Negro Paraibano colabora com as políticas educacionais, mas possui limites devido ao racismo estrutural e institucional. Os caminhos investigativos da presente pesquisa irão transcorrer de forma qualitativa, dialética e exploratória com foco na delimitação entre as Políticas Educacionais e a Educação das Relações Étnico-Raciais. O Procedimento de análise foi o materialismo histórico-dialético, elencamos a categoria dialética “possibilidade-realidade” discutindo as contradições entre o discurso proclamado e o silenciado para as análises dos resultados. Entendemos que, no ato de resistência o solo paraibano foi tingindo de vermelho com o sangue de pessoas indígenas, negras, camponesas, mas isso não fez a luta para, mas intensificou o espírito de justiça para manter viva a memória e legado de quem construiu a Paraíba e das lideranças como João Balula articulava várias segmentos da paraíba para a luta antirracista e a reivindicação das cotas e implementação das políticas de permanência é uma demanda do hoje, mas que vem sendo construída desde o período colonial para que a população negra possa acessar níveis mais elevados na educação. Portanto, em virtude dos fatos mencionados. Podemos constatar que a invisibilidade na Paraíba tem cor, e ela é preta, e não fica restrita apenas ao movimento negro, mas a toda luta travada no estado paraibano. A invisibilidade é uma das marcas do Estado que nega e silencia os sujeitos históricos negros e indígenas.

**PALAVRAS-CHAVE:** EDUCAÇÃO. MOVIMENTO NEGRO. POLÍTICAS PÚBLICAS. RACISMO INSTITUCIONAL. EDUCAÇÃO SUPERIOR.

## ABSTRACT

Education has always been present as a demand of the Black Movement, whether as a transmission of ancestral knowledge or as a sociopolitical agenda, for formal and non-formal educational spaces. This dissertation presents, in a historical and social sense, how the African and Afro-Brazilian population has been developing since the colonial period in search of social, economic reparation and education for the exclusionary processes they have experienced and are experiencing in Brazil. Law 10,639 made it mandatory for educational institutions to work on the Education of Ethnic-Racial Relations, and the Racial Quota Law provided access for the black population to the universe of Federal Universities and thus research themes that involve their daily lives. Therefore, this research has the general objective of analyzing the participation of the Paraíba Black Movement in the elaboration and implementation of educational policies for Higher Education in the period 2003-2013 at the Federal University of Paraíba (UFPB). And for specific objectives to identify, at UFPB, educational policies for Higher Education with an ethnic-racial focus, in the period from 2003 to 2013; discuss the changes to the LDB (1996) and the Quota Law with an impact on the UFPB; research on the participation of the Paraíba Black Movement in the process of drafting and implementing educational policies for Higher Education, with emphasis on access and retention policies. With this, we start from the hypothesis that the Movimento Negro Paraibano is an educational subject, because it was present in the mobilization for the inclusion of educational policies and that the Movimento Negro Paraibano collaborates with educational policies, but has limits due to structural and institutional racism. The investigative paths of this research will take place in a qualitative, dialectical and exploratory manner with a focus on the delimitation between Educational Policies and the Education of Ethnic-Racial Relations. The analysis procedure was historical-dialectical materialism, we listed the dialectical category "possibility-reality" discussing the contradictions between the proclaimed and silenced discourse for the analysis of the results. We understand that, in the act of resistance, the soil of Paraíba was dyed red with the blood of indigenous, black and peasant people, but this did not stop the fight, but it intensified the spirit of justice to keep alive the memory and legacy of those who built Paraíba and leaders like João Balula, who articulated various segments of Paraíba for the anti-racist struggle and the demand for quotas and implementation of permanence policies is a demand of today, but it has been built since the colonial period so that the black population can access higher levels of education. Therefore, due to the facts mentioned. We can see that invisibility in Paraíba has color, and it is black, and is not restricted just to the black movement, but to the entire struggle waged in the state of Paraíba. Invisibility is one of the hallmarks of the State that denies and silences black and indigenous historical subjects.

**KEY WORDS:** EDUCATION. BLACK MOVEMENT. PUBLIC POLICY. INSTITUTIONAL RACISM. COLLEGE EDUCATION.

## LISTA DE SIGLAS

CONSEPE	Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão
CONSUNI	Conselho Superior Universitário
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FNB	Frente Negra Brasileira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
NEABI	Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas
ONU	Organização das Nações Unidas
PROUNI	Programa Universidade para todos
REUNI	Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
TEN	Teatro Experimental do Negro
UENF	Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro
UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## LISTA DE IMAGENS

<b>Imagem 1 -</b>	Abdias do Nascimento.....	89
<b>Imagem 2 -</b>	Capa do Livro “Margarida, Margaridas: memória de Margarida Maria Alves (1933-1983) através das práticas educativas das Margaridas .....	98
<b>Imagem 3 -</b>	João Balula .....	103
<b>Imagem 4 -</b>	Autodeclaração de Negritude: João Balula .....	105
<b>Imagem 5 -</b>	Jornal Negra Voz .....	108
<b>Imagem 6 -</b>	Banca de qualificação .....	113
<b>Imagem 7 -</b>	Encarte “Diálogo sobre as cotas raciais” .....	114
<b>Imagem 8 -</b>	A mesa “Diálogo sobre as cotas raciais” .....	116
<b>Imagem 9 -</b>	A Mesa formada para o “Diálogo sobre as cotas raciais” .....	118
<b>Imagem 10 -</b>	Encante da Aula Inaugural do PPGE/UFPB com a Profa. Dra. Vania Fonseca .....	120
<b>Imagem 11 -</b>	Aula Inaugural com a ativista negra e vice-reitora da UEPB Vania Fonseca .....	121

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> - Principais lutas da população negra africana e afro-brasileira no período colonial .....	30
<b>Quadro 2</b> - Instrumentos de castigo e suplício para as pessoas negras escravizadas .....	38
<b>Quadro 3</b> - Cronologia de fatos históricos relevantes para a população negra no decorrer de um século 1888-1988 .....	72
<b>Quadro 4</b> - Políticas Públicas educacionais e jurídicas com recorte étnico-racial a partir da Constituição Federal de 1988 .....	93

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
1.1	Justificativa .....	15
1.2	Problematização e explicação do problema da pesquisa .....	18
1.3	Objetivos .....	24
1.3.1	Objetivo Geral .....	24
1.3.2	Objetivos Específicos .....	24
1.4	Hipóteses .....	24
1.5	Estrutura do trabalho .....	25
<b>2</b>	<b>CAMINHOS METODOLÓGICO .....</b>	<b>26</b>
2.1	Quanto a abordagem Teórico-metodológica .....	26
2.2	Quanto às técnicas de coleta dos dados .....	27
2.3	População e Amostra: os co-sujeitos da pesquisa .....	28
2.4	Quanto ao procedimento de análise .....	28
<b>3</b>	<b>ASPECTOS SOCIOHISTÓRICO DA POPULAÇÃO NEGRA NO BRASIL NO PERÍODO OITOCENTISTA .....</b>	<b>30</b>
3.1	Aspecto sócio-histórico da população negra na sociedade brasileira no século XIX .....	30
3.2	Educação da população negra na província da Parahyba do Norte no século XIX .....	46
<b>4</b>	<b>O MOVIMENTO NEGRO NO TERRITÓRIO DAS POLÍTICAS SÓCIO-EDUCACIONAIS .....</b>	<b>58</b>
4.1	Os Movimentos sociais sob o prisma do marxismo .....	58
4.2	Um breve contexto histórico e social das instituições negras e do Movimento Negro no Brasil em busca da cidadania plena .....	69
4.3	As Políticas Públicas Raciais: a luta e resistência do movimento negro e das mulheres negras na historiografia brasileira .....	84
4.4	O Movimento Negro Paraibano: “O Movimento Negro em Ação”.....	95
4.5	O protagonismo do Movimento Negro Paraibano: da implementação das cotas raciais na UFPB às lutas recentes para as políticas de Permanência .....	110
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>125</b>

<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>128</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>133</b>

## INTRODUÇÃO

A presente pesquisa de mestrado tem como tema central a educação superior da população negra e o endêmico problema do racismo institucional na Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Desenvolvida nos Grupos de Estudos e Pesquisas “Práticas Educativas Griô: cultura, gênero e raça/etnia” e no “Pedagogia Histórico-crítica, Políticas Públicas e Mundo do Trabalho” sob a orientação do prof. Dr. Jorge Fernando Hermida, a pesquisa foca em especial em um tema em particular: a (in)visibilidade do Movimento Negro na elaboração e implementação das políticas educacionais para a Educação Superior (2003-2013) na UFPB.

Na perspectiva da Pedagogia Histórico-crítica, idealizada pelo grande pensador brasileiro Dermeval Saviani, a educação é patrimônio de todas as pessoas nascidas no Brasil. No entanto, o que percebemos é que, na atual conjuntura social, política, econômica e educacional, esse direito, consagrado na Constituição Federal de 1988 e regulamentado na vasta legislação educacional aprovada desde essa data até nossos dias (leis educacionais, planos nacionais de educação, entre outros), tem sido bastante difícil de se concretizar em pessoas negras. Sendo necessário reparar essa injusta desigualdade histórica e social, para que a população afrodescendente possa usufruir plenamente da sua cidadania.

Diante da realidade desafiadora a população negra resiste e reage perante as adversidades que envolvem a sua vida tão marcada por violências, violação de direitos, racismos, preconceitos, negação de direitos, desvalorização da sua história e de sua cultura. Nos evidencia Gonçalves e Silva (2000, p. 139) que “a herança do passado escravista, início do século XX, marca profundamente as experiências da população negra no que se refere à educação”. Assim, o movimento de luta se originou pela organicidade da população negra enquanto movimento social, enquanto sujeitos de direitos que protagonizam suas lutas e processos de resistência, muito embora isso não tenha sido evidenciado pela história oficial durante muito tempo por isso um dos campos que o movimento se organizou para ganhar espaço e voz foi a educação.

As conquistas na legislação brasileira entre elas a da educação são, em grande medida, fruto da luta e resistência dos movimentos sociais, sobretudo dos movimentos negros e das mulheres negras, principais protagonistas para a efetivação do que temos hoje de direitos para a população negra. A autora Nilma Lino Gomes (2017)

acentua que o conhecimento produzido hoje sobre a temática racial e africana pelo viés da criticidade e da emancipação, não teria sido produzido se não fosse a luta dos movimentos, nas suas mais diversas formas de expressão e de organização.

E pode ser constatado essa expansão após a inserção da população negra no ensino superior, pois tornou-se protagonista para contar sobre a sua história e a do seu povo nas diversas áreas do conhecimento científico. Mas pela dominação eurocêntrica do conhecimento científico de acordo com Sueli Carneiro (2005) as produções sobre a população negra por meio dos intelectuais negros e intelectuais negras foram invisibilizados e marginalizados, que ela chama de epistemicídio, termo cunhado por Boa Aventura Sousa Santos e na atualidade o intelectual negro Vandellir Camilo (2020) nesse processo de “apagamento” histórico da memória da população africana e afro-brasileira em que o Estado quem decide qual memória a sociedade brasileira terá acesso, o autor conceitua de Necromemória.

Mesmo diante do cenário de silenciamento e subalternização dos conhecimentos científicos elaborados pelo povo negro, saberes esses que por séculos a sociedade brasileira não teve acesso, mas por meio do protagonismo dos movimentos negros e das mulheres negras as linhas deixadas em branco pela história brasileira estão sendo preenchidas e sendo construídas novas perspectivas, conhecimentos científicos e saberes pelo viés étnico-racial.

As inquietações para trabalhar esse tema nesta pesquisa foram ocorrendo durante a minha formação acadêmica e profissional, tendo início com a disciplina Educação das Relações Étnico-Raciais e Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, nas participações de projetos (Prolicen, PIBIC, Probex, Residência Pedagógica e monitoria) todos relacionados com a temática da Educação das Relações Étnico-Raciais, no grupo de estudos e pesquisa da CNPq “Práticas Educativas Griô: cultura, gênero e raça/étnia” e durante as especializações lato sensu em Políticas Públicas e Direitos Humanos e na especialização lato sensu em Educação do Campo.

E essas indagações também ocorreram em rodas de “papoeriras” junto ao núcleo do Mestre Coyote da Afro Nagô e com o Mestre Dário e a Mestra Malu do Grupo de Capoeira Angola Palmares, na qual me questionavam e se levantava o questionamento porque as/os capoeiristas, os saberes e os conhecimentos advindos da Capoeira não adentravam dentro da universidade. Então, nessa problematização percebemos que o racismo institucional novamente estava atuante.

E durante essa formação acadêmica e profissional ocorrem também a formação humana de desconstrução de uma história antes contada apenas pelo colonizador, “o perigo de uma história única” como já nos alertou a intelectual negra Chimamanda Ngozi Adiche. A formação humana, acadêmica e profissional estão entrelaçadas, principalmente para a população negra, pois ao se aproximar dos estudos das relações étnico-raciais começa a se inquietar e buscar mais conhecimentos e saberes advindos da população africana e afro-brasileira. E com isso, querendo conhecer mais sobre a sua própria história e do seu povo, de querer denominar as violências e violações de direitos vivenciados e de derrubar as muralhas construídas para a população negra ao longo da historiografia brasileira.

A primeira pedra que nós, da população negra, derrubamos dessa muralha é quando em um processo de construção política assumimos nossa identidade negra e começamos a lutar nos espaços onde estamos situados por uma sociedade sem racismo e por uma educação antirracista. E a primeira pedra que derrubei dessa muralha foi sendo construída nessa formação humana, acadêmica e profissional, em que fui formando minha identidade política negra, de mulher negra, pobre, da classe trabalhadora e oriunda da periferia da zona oeste da cidade do Natal/RN.

Antes da formação da minha identidade política negra já me indagava sobre os processos de exclusão e de preconceitos que eu e minha família vivenciávamos e vivenciamos. E no movimento dialético crítico-reflexivo durante a minha formação acadêmica e profissional nos espaços acima citados fui percebendo que a minha história e da minha família é toda perpassada pelo Racismo Estrutural e o Racismo Institucional.

### **1.1 Justificativa**

As inquietações para trabalhar esse tema nesta pesquisa foram ocorrendo durante a minha formação acadêmica e profissional, tendo início com a disciplina Educação das Relações Étnico-Raciais e Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, e as inquietações foram se intensificando no grupo de estudo e pesquisa da CNPq “Práticas Educativas Griô: classe, gênero e raça/etnia”, nas participações nos projetos (Prolicen, PIBIC, Probex, Residência Pedagógica e Monitoria) todos relacionados com a Educação das Relações Étnico-Raciais e nas especializações de: Políticas Públicas e Direitos Humanos e na de Educação do Campo.

Na participação nos projetos de Prolicen “PEDAGOGIA GRIÔ: Práticas educativas interdisciplinares no combate ao preconceito racial através da Lei 10.639/2003”, no projeto do PIBIC “EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: análise das produções dissertativas no Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE/UFPB (2009- 2019) e desenvolvimento de estratégias e materiais afro-pedagógicos”, na Residência Pedagógica realizada na cidade do Conde/PB, na escola quilombola situada na comunidade Gurugi/Ipiranga e como monitora na disciplina da Educação das Relações Étnico-Raciais e Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana que me permitiram e permitem fazer uma reflexão crítica das violências e violações de direitos, das injúrias raciais e do racismo institucional que a população negra vivencia e que eu vivenciei e vivencio por ser uma mulher negra e periférica da cidade do Natal/RN e por vir de uma família negra.

Mas, indo “contra a maré” a essa realidade e por meio das cotas raciais na pós-graduação *Stricto Sensu*, eu sou a primeira da minha família a ter uma pós-graduação *Stricto Sensu*, Mestrado. Sendo as cotas raciais, uma política de reparação que é uma das pautas de luta histórica e constante do Movimento Negro e das Mulheres Negras e das/os intelectuais negras/os e não negras/os. E somente em 2021 foi implementada as cotas socio-raciais na pós-graduação de educação (PPGE), na Universidade Federal da Paraíba, Campus I, durante a gestão da Profa. Dra. Fabiana Sena da Silva e do Prof. Dr. Jorge Fernando Hermida.

E ao cursar a graduação de Serviço Social e de Pedagogia Educação do Campo, pela minha trajetória acadêmica nos projetos, acima citados, e pelas rodas de “papoeira” no núcleo do Mestre Coyote do Afro Nagô e com o mestre Dário e Mestra Malu do Grupo Capoeira Angola Palmares, fui me indagando sobre o epistemicídio nas produções científicas advindas da população negra e do “apagamento” ou a (in)visibilização do protagonismo e luta da população negra por meio da ação do Movimento Negro e das Mulheres negras na participação e construção socio-histórica, política, econômica e educacional do Brasil. E as inquietações não pararam por aí, pois durante a residência pedagógica e nas “papoeiras” me questionavam porque os conhecimentos e saberes da comunidade quilombola e da Capoeira não adentravam nos espaços acadêmicos da universidade e por qual motivo o povo quilombola e as/os capoeiristas não adentravam no ensino superior. Portanto, após intensos estudos e pesquisas nesses espaços de formação, veio uma explicação que essas ações se

caracterizam pelas práticas do Racismo Estrutural, e especificamente, do Racismo Institucional.

A partir de pesquisas e reflexões sobre o epistemicídio conceituado por Sueli Carneiro nas produções científicas, veio a indagação sobre o “apagamento” ou (in)visibilização do protagonismo e luta do movimento negro e das mulheres negras na participação, na formação da sociedade nacional e na contribuição nas áreas social, educacional, econômica, e política pertinentes a história do Brasil.

E essa (in)visibilização pude perceber no meio acadêmico nas graduações de Serviço Social e Pedagogia com área de aprofundamento em Educação do Campo, entre os anos de 2010 a 2018 em que respectivamente nas disciplinas cursadas de “Classes e Movimentos Sociais” e “Educação e Movimentos Sociais” foi mencionada somente a revolta da Chibata em 1910 e na outra disciplina nenhum movimento negro foi abordado e em ambas não foram mencionadas a participação do movimento social das mulheres negras na sociedade brasileira.

Assim, entendemos que esse tema é relevante para a sociedade uma vez que convivemos com o racismo estrutural e institucional e ainda com o “mito da democracia racial” em nossa sociedade. E pesquisar sobre as políticas educacionais com o recorte racial, especificamente o movimento negro e paraibano é buscar evidenciar, dar corpo e visibilidade às vozes e discursos ausentes na academia e na sociedade.

Pois, as conquistas que nós temos nas Políticas educacionais para a população negra exigiu que o movimento negro e das mulheres negras passassem por processos formativos-educacionais para potencializar seus argumentos e negociações com o poder governamental e judiciário, para que suas pautas de luta tornassem direitos e fossem implementadas.

No que concerne às inquietações científicas, inicialmente, partimos de nossas categorias: Educação; Movimento Negro; Racismo Institucional; Política Educacional; Educação Superior; que circundam nossos eixos teóricos, de forma a provocar a pesquisa bibliográfica.

## 1.2 Problematização e explicação do problema da pesquisa

As reformas educacionais que ocorreram no século XIX, embora apresentassem formas universais, democráticas e gratuitas de ensino, não construíram mecanismos reais para que a população negra liberta da escravidão pudesse se desvencilhar do processo de exclusão e incluírem-se no mundo da escolarização. O que pôde ser visto foi o Estado utilizando de seus preceitos legais para manter o distanciamento desta população em relação à escola e com isso agravando mais ainda a exclusão sócio educacional dos negros e negras no Brasil.

A política educacional brasileira tem relação com a ação do Estado na tomada de decisão em relação à educação. Deste modo, a elaboração e a implementação das políticas públicas para a área educacional perpassam pela ação do poder público. No tocante às políticas educacionais para a população negra no Brasil e com o recorte racial observamos a desproteção educacional que este povo vivenciou- e vivencia – ao longo dos séculos, podendo ser constatada a partir das normas reguladoras que impediam a população africana e seus descendentes a terem o acesso ao ensino e à escola. O que precisa ser entendido como um dos mecanismos de que se valeu o racismo para perpetrar suas práticas de opressão racial.

De acordo com o intelectual negro Silvio de Almeida (2008, p. 69):

Nas teorias liberais sobre o Estado há pouco, senão nenhum espaço para o tratamento da questão racial. O racismo é visto como uma irracionalidade em contraposição à racionalidade do Estado, manifestada na impessoalidade do poder e na técnica jurídica”.

Então, a questão racial durante o Estado liberal não foi abordada, caracterizando assim a desproteção socioeducacional e econômica e a negação e violação dos direitos praticados pelo Estado à população negra.

Os governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC) , Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff tinham um cunho social-democrático, no entanto, a força do pensamento neoliberal impôs condicionamento ao exercício dos direitos socioeducacionais, o que pode ser visto foi o Estado mínimo, passando a responsabilidade do Estado para a sociedade civil, para as empresas privadas e Organizações Não Governamentais, deste modo houve a substituição dos direitos sociais pelas formas de assistência social de cunho semi-filantrópico.

No ano de 2001 ocorreu a III Conferência Mundial em Durban, na África do Sul, coordenado pela Organização das Nações Unidas (ONU) contra o Racismo e a Discriminação Racial que de forma inovadora organizaram uma agenda orientada para a ação do combate a todas as formas de racismo e discriminação racial. Sendo um marco na história por reunir representantes mundiais para comprometerem-se em seus países uma atuação e criação de mecanismos para combater e exterminar o racismo, a discriminação racial, a xenofobia e a intolerância.

Durante o governo de Inácio Lula da Silva (2003-2010) foram conquistadas pela sociedade civil, pelo movimento negro e das mulheres negras leis fundamentais no trato da questão racial e essas conquistas foram norteados pelo documento final de Durban que deram um direcionamento para as políticas públicas contra o racismo no Brasil como: a Criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, em 2003, a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, em 2010 e a criação do sistema de cotas em universidades dentre outras ações e políticas públicas.

No campo educacional temos a Lei 10.639, de 09 de janeiro de 2003, que alterou os artigos 26-A, 79-A e a 79-B regulamentados pela LDB/1996, que incluiu a obrigatoriedade da temática História e Cultura Africana e Afro-brasileira.

A institucionalização dessa lei é uma luta antiga do movimento negro, que no ano de 1983 já vinha sendo abordada na câmara dos deputados, com o Projeto de Lei 1332/1983, por Abdias do Nascimento, militante negro e deputado federal, entretanto, este documento foi arquivado em 1989.

O Decreto nº 4.886, de 20 de novembro de 2003, instituiu a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial, tendo como objetivo principal reduzir as desigualdades raciais no Brasil, com ênfase na população negra (BRASIL, 2003b). E no ano seguinte com a fundamentação no Parecer CNE/CP 3/ 2004, de 10 de março de 2004 foram criadas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

A lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010, instituiu o Estatuto da Igualdade Racial, destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica (BRASIL, 2010). Portanto, o Estatuto da Igualdade Social constituiu-se em uma das primeiras medidas de políticas de reparação.

O advento das cotas raciais deu início a uma enorme transformação nas universidades brasileiras a partir de 2001 com as universidades estaduais do Rio de Janeiro – UERJ e UENF – criando cotas raciais para a população negra nos seus processos seletivos, após um ano em que o vestibular de ingresso reservou vagas para estudantes oriundos de escolas públicas. As cotas em seguida se propagaram para quase todas as universidades públicas do país, em 2003 a UnB aprovou a criação das cotas raciais, numa iniciativa inovadora e inédita entre as Universidades Federais. Somente em 2012, que a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, foi implementada passando a ser conhecida como “Lei de Cotas”, e em sua configuração esse regimento não tem um caráter exclusivamente racial.

A universidade de acordo com a autora Marilena Chauí (2003, p.5) é uma “instituição social e como tal exprime de maneira determinada a estrutura e o modo de funcionamento da sociedade como um todo”. E a autora complementa em relação da universidade estar inserida na sociedade dizendo que “tanto é assim que vemos no interior da instituição universitária a presença de opiniões, atitudes e projetos conflitantes que exprimem divisões e contradições da sociedade” (Chauí, 2003, p.5).

Para os autores Boaventura de Sousa Santos e Naomar de Almeida Filho (2008, p. 89) sobre a perda de prioridade da universidade pública nas políticas públicas do Estado:

O resultado da perda geral de prioridade das políticas sociais (educação, saúde, previdência) induzida pelo modelo de desenvolvimento econômico conhecido por neoliberalismo ou globalização neoliberal que, a partir da década de 1980, se impôs internacionalmente.

Para os autores, na universidade pública, essa ação significou que as fragilidades institucionais identificadas, “em vez de servirem de justificação a um vasto programa político-pedagógico de reforma da universidade pública, foram declaradas insuperáveis e utilizadas para justificar a abertura generalizada do bem público universitário à exploração comercial” (Santos e Filho, 2008, p. 83).

A partir da década de 1990 surge uma nova mudança nos aspectos de organização das instituições de ensino superior que alterou o modelo de universidade na direção do modelo anglo-saxônico na versão norte-americana (Saviani, 2010). Assim, “em consequência dessa mudança freou-se o processo de expansão das universidades públicas, especialmente as federais, estimulando-se a expansão de

instituições privadas com e sem fins lucrativos e, em menor medida, das instituições estaduais” (Saviani, 2010 p.13), sendo esta política adotada entre 1994 a 2002 no governo de FHC.

No governo de Lula pode ser observado um certo nível de investimento nas universidades federais o que proporcionou a expansão de vagas e a criação de novas instituições no âmbito do Programa “REUNI” (Saviani, 2010). Porém, “deu-se continuidade ao estímulo à iniciativa privada que acelerou o processo de expansão de vagas e de instituições recebendo alento adicional com o Programa ‘Universidade para todos’, o PROUNI” (Saviani, 2010, p.14) Programa este destinado a transferir recursos públicos para instituições superiores privadas. Portanto, conforme Saviani (2010) é fundamental que se reverta a tendência instituindo com que a predileção passe das instituições privadas para as públicas, porque as universidades públicas são responsáveis por cerca de 90% do conhecimento e da ciência produzida no Brasil.

Com a crescente inserção da população negra no ensino superior por meio do “PROUNI”, do “REUNI” e da lei de cotas, também se evidenciou na sociedade brasileira práticas racistas dentro e fora das universidades.

O racismo na sociedade brasileira se expressa concretamente como desigualdade política, econômica e jurídica. Para que possamos entender o conceito de racismo, temos que compreender como foi estruturado e classificado a utilização do termo raça na sociedade, para isso utilizaremos como referência, o intelectual negro Kabengele Munanga que em suas produções científicas tem uma densa discussão sobre a temática racial.

Para entendermos como se estrutura o racismo na sociedade devemos adentrar no contexto histórico e observar como foi classificado o conceito de raça. Nesse sentido, o Intelectual negro Munanga (2004, p.1) informa que “nos séculos XVI-XVIII, o conceito de raça passa efetivamente a atuar nas relações entre classes sociais da França da época”. Porque, inicialmente o conceito de raça era utilizado somente na Zoologia e na Botânica para classificar as espécies animais e vegetais.

E nesse processo de transformação do conceito de raça o autor Munanga (2004, p. 1) chama atenção para percebermos como o “conceitos de raças ‘puras’ foi transportado da Botânica e da Zoologia para legitimar as relações de dominação e de sujeição entre classes sociais (nobreza e plebe), sem que houvessem diferenças morfo-biológicas notáveis entre os indivíduos pertencentes a ambas as classes.”

E além do mais, o autor Munanga (2004, p.3) complementa em relação à cor da pele que no século XVIII “foi considerada como um critério fundamental e divisor d’água entre as chamadas raças”. Por isso, a espécie humana ficou dividida em três raças: raça branca, negra e amarela. Classificação que resiste até o tempo atual no imaginário coletivo e na terminologia científica (Munanga, 2004).

Os naturalistas dos séculos XVIII-XIX “se deram o direito de hierarquizar, isso é, de estabelecer uma escala de valores entre as chamadas raças” (Munanga, 2004, p. 5) e por isso causaram problemas à humanidade e o autor Munanga (2004, p. 5) complementa afirmando que “o fizeram erigindo uma relação intrínseca entre o biológico [...] e as qualidades psicológicas, morais, intelectuais e culturais.”

Deste modo, por suas características físicas hereditárias os naturalistas, homens brancos, sentiam-se “mais inteligentes, mais honestos, mais inventivos, etc. e conseqüentemente mais aptos para dirigir e dominar as outras raças, principalmente a negra” (Munanga, 2004, P. 5). Enquanto a raça negra era considerada como a “mais estúpida, mais emocional, menos honesta, menos inteligente e, portanto, a mais sujeita à escravidão e a todas as formas de dominação” (Munanga, 2004, P. 5). Essas características e escalas de valores ainda são utilizadas no século XXI para justificar as diversas formas de opressão, de dominação sobre a população negra e da prática do racismo.

O racismo enquanto conceito e realidade data por volta dos anos de 1920, conforme Munanga (2004, p. 7) teoricamente o racismo seria uma “ideologia essencialista que postulava a divisão da humanidade em grandes grupos chamados raças contrastadas que têm características físicas hereditárias comuns”. Além disso, “sendo estas últimas suportes das características psicológicas, morais, intelectuais e estéticas e se situam numa escala de valores desigual. Portanto, o racismo é “essa tendência que consiste em considerar que as características intelectuais e morais de um dado grupo, são conseqüências diretas de suas características físicas ou biológicas” (Munanga, 2004, p, 8).

O racismo é estrutural por “decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo ‘normal’ com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional” (Almeida, 2018, p. 38). Por isso, o intelectual negro Silvio de Almeida (2018, p. 40) acentua que “entender que o racismo é estrutural, e não um ato isolado de um indivíduo ou de um grupo, nos torna ainda mais responsáveis pelo combate ao

racismo e aos racistas”. Portanto, o racismo faz parte da estrutura social de uma sociedade e se manifesta em atos concretos ocorridos nas relações sociais marcadas com conflitos e antagonismos e essas práticas de racismo também se manifestam nas instituições.

Por isso, de acordo com Almeida (2018, p. 29) o racismo institucional é o “resultado do funcionamento das instituições, que passam a atuar em uma dinâmica que confere, ainda que indiretamente, desvantagens e privilégios a partir da raça”. Assim,

A principal tese de quem afirma a existência de *racismo institucional* é que os conflitos raciais também são parte das instituições. Assim, a desigualdade racial é uma característica da sociedade não apenas por causa da ação isolada de grupos ou de indivíduos racistas, mas fundamentalmente porque as instituições são hegemônicas por determinados grupos raciais que utilizam mecanismos institucionais para impor seus interesses políticos e econômicos (Almeida, 2018, p. 30, grifo do autor).

Conseqüentemente, no caso do racismo institucional o domínio do grupo formado por homens brancos se dá pela criação de parâmetros discriminatórios baseados na raça. Dessa maneira, de acordo com Almeida (2018, p.31) o domínio de homens brancos em instituições públicas, depende respectivamente “da existência de regras e padrões que diretamente ou indiretamente dificultem a ascensão de negros e/ou mulheres, e, [...], da inexistência de espaços em que se discuta a desigualdade racial”

Os conhecimentos produzidos pela população negra podem dar existência a importantes fontes de investigação para a realização de pesquisas no campo temático das relações raciais, porém esses conhecimentos ainda são silenciados e invisibilizados. Por isso, o Movimento Negro e das Mulheres Negras, são impulsionados em dar corpo e visibilidade às vozes e discursos ausentes na sociedade, trazendo à tona nomes e personagens negros da história brasileira.

Sendo então, uma estratégia positiva para o processo de mudança de atitudes e valores no reconhecimento da participação do movimento negro na história e na sua contribuição de forma decisiva na implementação das políticas sociais e educacionais com o recorte racial, dentre elas as políticas de inclusão e de políticas de reparação.

Nesse sentido, se faz necessário responder à seguinte questão norteadora: De que forma o Movimento Negro paraibano contribuiu na elaboração e implementação das políticas educacionais para a Educação Superior (2003-2013) na UFPB?

### **1.3 Objetivos**

#### **1.3.1 Objetivo Geral**

Analisar a participação do Movimento Negro paraibano na elaboração e implementação das políticas educacionais para a Educação Superior no período de 2003-2013 na Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

#### **1.3.2 Objetivos Específicos**

- Identificar, na UFPB, as políticas educacionais para a Educação Superior com recorte étnico-racial, no período de 2003 a 2013;
- Discutir as modificações na LDB (1996), a partir da Lei 10.639 (2003), das Diretrizes Curriculares (2004) e Lei de Cotas com impacto na UFPB;
- Pesquisar sobre a participação do Movimento Negro paraibano no processo de elaboração e implementação das políticas educacionais para a Educação Superior com destaque para às políticas de acesso e permanência.

### **1.4 Hipóteses**

Quanto às hipóteses, tecemos duas assertivas:

#### **HIPÓTESE 1:**

O Movimento Negro Paraibano é um sujeito educativo, porque esteve presente na mobilização para a inclusão das políticas educacionais;

#### **HIPÓTESE 2:**

O Movimento Negro Paraibano colabora com as políticas educacionais, mas possui limites devido ao racismo estrutural e institucional.

## 1.5 Estrutura do Trabalho

Este trabalho dissertativo está dividido em cinco partes, a saber. A introdução se constitui no primeiro capítulo e configura o contexto da pesquisa delineando o seu campo as motivações do estudo, a justificativa, o objeto, o problema, o objetivo e as hipóteses. O segundo capítulo abarca os caminhos metodológicos, a abordagem teórico-metodológica, as técnicas utilizadas para a coleta dos dados, a população e a amostra da pesquisa. O terceiro capítulo consiste na discussão e apresentação teórica do contexto social, histórico e educacional da população negra e da população paraibana no século XIX. O quarto capítulo consiste na apresentação do Movimento Negro no território das políticas públicas educacionais e raciais tecendo os resultados dos achados da pesquisa sobre a participação do Movimento Negro paraibano na implementação das cotas raciais na UFPB. E, por fim, no quinto capítulo iremos apresentar as considerações finais tecendo uma síntese dos resultados, confirmando ou negando as hipóteses e respondendo às inquietações elencadas na problematização.

## 2 CAMINHOS METODOLÓGICOS

### 2.1 Quanto à abordagem Teórico-Metodológica

Os caminhos investigativos da presente pesquisa transcorreram de forma qualitativa, dialética e exploratória com foco na delimitação entre as Políticas Educacionais e a Educação das Relações Étnico-raciais, com diálogo junto ao movimento negro paraibano. Para tanto, compreende-se que a escassez e a (in) visibilidade de informações relacionadas ao movimento negro paraibano na elaboração e implementação das Políticas Educacionais na Universidade Federal da Paraíba foram o norte motivador para realizar essa pesquisa.

Lançou-se mão da pesquisa qualitativa para alcançar os resultados almejados em virtude da necessidade de se analisar e descrever o fenômeno em sua complexidade. A escolha da pesquisa qualitativa se deu por entender que "a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas" (Minayo, 2001, p. 22).

Na percepção de Silveira e Córdova (2009, p. 32,) a pesquisa qualitativa preocupa-se "com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais." Ou seja, a pesquisa qualitativa atenta-se para o entendimento da realidade que está em constante processo de transformação.

No método dialético de investigação uma condição necessária para instaurar-se é:

Romper com o modo de pensar dominante ou com a ideologia dominante [...]. Aqui reside, a meu ver, uma armadilha, entre outras, na qual tem-se caído comumente no processo de investigação nas ciências sociais, de modo geral, e na área de educação em especial trata-se de não dar a devida importância ao inventário crítico das diferentes e conflitantes concepções de realidades gestadas no mundo cultural mais amplo, nas concepções religiosas, nos diferentes sentidos comuns, especialmente o da concepção positivista da ciência (Frigotto, 1987, p. 84).

Esta pesquisa fez uso como método de abordagem, a pesquisa Dialética. Por compreender que para fazer uma análise crítica do objeto, não se deve estudá-lo

isoladamente, pois ele está incluso num contexto histórico e social. De acordo com Gil (2012, p. 14) a Dialética: “fornece as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, já que estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente”, alheio de suas interferências sociais, econômicas, políticas, culturais, entre outros.

Do ponto de vista dos objetivos, trata-se de uma da pesquisa exploratória, Gil (2012, p.27) explica que “a pesquisa exploratória tem como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos para estudos posteriores.” Uma vez que a articulação da Educação e o movimento negro em seu protagonismo na elaboração e implementação das políticas educacionais na UFPB pode apresentar (in) visibilidade na sociedade e por ser um estudo pouco pesquisado, sendo apenas a partir dessa natureza exploratória, um caminho provável para alcançar resoluções para os problemas estabelecidos nessa pesquisa.

## **2.2 Quanto às Técnicas de coleta dos dados**

Quanto aos procedimentos técnicos para a coleta dos dados fizemos uso da pesquisa documental e da pesquisa de campo. Esses procedimentos técnicos da pesquisa são elementos importantes para a qualidade dos resultados, bem como os métodos utilizados em sua análise. Na pesquisa documental nos debruçamos nas legislações raciais como: a Lei 10.639 (2003), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (2004) e a Lei de Cotas (2012).

Assim, utilizamos a análise documental, pois na concepção das autoras Lüdke e André (1986, p.38) esse método “pode se constituir numa técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, seja complementando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema.”

E acrescentando as dados da pesquisa realizamos a pesquisa de campo, utilizando a entrevista semiestruturada que as autoras Lüdke e André (1986, p.33) conceituam de entrevista não totalmente estruturada e assim nos informa que “na entrevista a relação que se cria é de interação, havendo uma atmosfera de influência recíproca entre quem pergunta e quem responde” e complementam dizendo que “onde não há a imposição de uma ordem rígida de questões, o entrevistado discorre

sobre o tema proposto com base nas informações que ele detém e que no fundo são a verdadeira razão da entrevista (p. 33-34).” Desse modo, foi aplicada para a coleta dos dados a entrevista semiestruturada para apreensão da participação do movimento negro paraibano na elaboração e implementação das políticas educacionais para a educação superior na Universidade Federal da Paraíba.

### **2.3 População e Amostra: os co-sujeitos da pesquisa**

O universo dessa pesquisa foram de cinco militantes do movimento negro e de mulheres negras. Como critérios para a escolha dos/as militantes do movimento negro optou-se por lideranças que representem o movimento negro na Paraíba, lideranças do movimento das mulheres negras e de entidades sociais negras. A princípio, planejamos e elencamos esses critérios por expressarem uma delimitação possível de realização científica e viabilidade de encontro e diálogo com as fontes e os sujeitos.

### **2.4 Quanto ao procedimento de análise**

O procedimento de análise desta pesquisa foi o materialismo histórico-dialético, por esse método “ênfatar a dimensão histórica dos processos sociais” (Gil, 2012, p. 22). O materialismo tem por característica “lidar com as condições reais da vida, as condições objetivas em que se estruturam e se articulam as relações de produção entre os homens.” (Rossi, 2014, p. 252).

No materialismo histórico e dialético está presente uma concepção de realidade, de mundo e da vida de modo geral, ou seja, “constitui-se numa espécie de mediação no processo de apreender, revelar e expor e estruturação, o desenvolvimento e transformação dos fenômenos sociais” (Frigotto, 2000, p. 77). E na perspectiva materialista histórica de acordo com esse autor “o método está vinculado a uma concepção de realidade, de mundo e de vida no seu conjunto” (Frigotto, 2010, p. 84).

De acordo com a autora Maria Gloria Gohn (2008, p. 171) a análise dos movimentos sociais:

[...]sob o prisma do marxismo refere-se a processos de lutas sociais voltadas para a transformação das condições existentes na realidade social, de carências econômicas e/ou opressão sociopolítica e cultural. [...] se trata do estudo do processo de luta histórica das classes e camadas sociais em situação de subordinação.

O princípio básico da metodologia de investigação científica marxista tem a marca da totalidade e a autora Minayo (2014, p.107) nos informa que:

Esse caráter de abrangência, que tenta, de uma perspectiva histórica, cercar o objeto de conhecimento por meio da compreensão de todas as suas mediações e correlações, constituindo a riqueza, a novidade e a propriedade da dialética marxista.

Sendo assim, elencamos a categoria dialética “possibilidade-realidade” discutindo as contradições entre o discurso proclamado e o silenciado para as análises dos resultados, para que atenda a uma possível síntese frente aos anseios do contexto e das falas dos sujeitos dessa pesquisa.

A forma de análise foi perceber nas fontes estudadas e nas falas dos sujeitos escolhidos o movimento dialético entre a tese, antítese e síntese, e com isso buscamos consultar as falas dos movimentos sociais negros paraibanos e dos documentos para poder as contradições e obter as antíteses e desse confronto teremos a síntese e obteremos a provável resolução da nossa problemática.

Segundo Richardson (2012, p. 45) a tese refere-se a “um argumento que se expõe para ser impugnado ou questionado.” Nesse sentido, a nossa tese é de que o movimento negro paraibano colabora com as políticas educacionais, mas possui limites devido ao racismo estrutural e institucional. Enquanto que a antítese para Richardson (2012, p. 45) “é o argumento oposta à proposição apresentada na tese e a síntese é uma fusão das duas proposições anteriores que retêm os aspectos verdadeiros da ambas as proposições, introduzindo um ponto de vista superior” e com isso buscaremos consultar as falas dos movimentos sociais negros para poder ver as contradições e obter as antíteses e desse confronto teremos a síntese e obteremos a provável resolução da nossa problemática.

### 3. ASPECTOS SOCIOHISTÓRICO DA POPULAÇÃO NEGRA NO BRASIL NO PERÍODO OITOCENTISTA

#### 3.1 Aspecto sócio-histórico da população negra na sociedade brasileira no século XIX

Antes de adentrarmos na discussão sobre a participação da população negra africana e de seus descendentes na construção da nação brasileira no período colonial. A pesquisadora e ativista negra Solange Rocha (2007, p. 23) nos revela que:

O campo dos estudos históricos sobre a escravidão ampliou-se, nas duas últimas décadas, de forma significativa. As recentes pesquisas têm sido inspiradas por novas premissas, entre as quais a de que os escravizados são considerados sujeitos históricos, que mesmo com os limites e a violência imposta pelo sistema escravista, construíram uma lógica de sobrevivência e de resistência.

E pelas novas premissas que as pessoas negras escravizadas estão sendo consideradas sujeitos históricos. Deste modo, abandona-se o pensamento e as teorias de que as negras e os negros escravizados haviam aceitado passivamente aos interesses e as violências advinda dos seus senhores e agora o ponto central passa a ser a população negra africana e seus descendentes (Rocha, 2007).

O quadro a seguir apresentará uma síntese das principais lutas e movimentos sociais da população negra e como o registro de eventos que não se constitui como uma ação do movimento negro, mas que fazem parte dos fatos sociopolíticos da sociedade brasileira e, portanto, sendo eventos que advêm das lutas da população africana e afro-brasileira.

**QUADRO 1** – Principais lutas da população negra africana e afro-brasileira no período colonial

ANO	AÇÃO	DESCRIÇÃO
1797	Revoltas populares de Mulatos e Negros	Na Bahia.
1807-26	Revolta dos escravizados, A Insurreição dos escravizados muçulmanos e Levantes.	Na Bahia.
1814	Revolta escrava	Na Alagoas.
1815	Ajuntamento de Pretos	Olinda, Pernambuco

<b>1824</b>	Constituição de 1824	Primeira Constituição Brasileira.
<b>1830-41</b>	A Balaiada	No Maranhão. Revolta de negros escravizados e sertanejos pobres (homens livres, usualmente vaqueiros que trabalhavam no regime de quarta)
<b>1835</b>	Movimento Cabanagem	Em Belém do Pará. Rebelião social de negros, índios, mulatos, cafusos, mestiços, tapuios (índios destribalizados) e brancos das camadas mais pobres da sociedade, os quais habitavam em cabanas à beira dos rios e igarapés.
<b>1835</b>	A Revolta dos Malês	Na Bahia. Grande insurreição de escravizados de origem muçulmana.
<b>1838</b>	Revoltas Escravas	No Maranhão e em Minas Gerais. Algumas dessas revoltas geraram quilombos famosos como o de “Bateeiro” em Minas.
<b>1850</b>	Lei Eusébio de Queirós	Abolia o tráfico negreiro no Brasil.
<b>1857</b>	Primeira Greve de Escravos-Operários do Brasil	No Rio de Janeiro. Trata-se da paralisação de um grupo de trabalhadores negros, escravizados, em uma indústria metalúrgica com mais de mil trabalhadores-escravizados.
<b>1871</b>	Lei do Ventre Livre	Esta lei tornou os filhos(as) das mulheres escravizadas nascidos no Brasil livre.
<b>1880-1881</b>	Taxação do Tráfico Interprovincial de pessoas escravizadas	Designa o comércio de escravizados entre províncias brasileiras, ampliado com o fim do tráfico transatlântico
<b>1880</b>	Movimento antiescravista Caifazes	Em São Paulo. Este movimento apoiava a fuga dos escravizados das fazendas, ajudando inclusive a organizá-la.
<b>1881</b>	Movimento dos Jangadeiros	No Ceará. Os jangadeiros entraram em greve e se

		recusaram a continuar a transportar os escravizados.
<b>1881</b>	Sociedade Abolicionista Ouropretana	Dedicou-se à causa abolicionista à moda dos Caifazes paulistas, organizando fugas de escravizados.
<b>1884</b>	Libertação dos Escravizados	A Província do Ceará
<b>1884</b>	Clube do Cupim	Em Pernambuco. Sua ação consistia em promover fugas dos escravizados e enviá-los para o Ceará com a ajuda dos Jangadeiros.
<b>1885</b>	Lei dos Sexagenários	Lei nº 3.270, garantindo liberdade aos escravizados com 60 anos de idade ou mais.
<b>1878-1888</b>	Movimento Abolicionista	O Movimento Abolicionista incentivava, ajudava e encobria a fuga de cativos, além de se organizarem para pressionar o governo brasileiro para o fim total da escravidão no Brasil
<b>1888</b>	Abolição da escravatura	Fim da escravidão no Brasil, porém a lei não garantiu a integração social, política e econômica da população negra no Brasil.

Fonte: Gohn (1995).

No quadro 1, apresentamos as principais lutas e movimentos da população negra, constituindo eventos importantes para a construção da cidadania sociopolítica do país no século XIX. A autora Glória Gohn (1995, p. 40) nos explica que “os movimentos em torno da questão dos escravos [escravizados] absorveram grande parte da agenda das lutas sociais do período que ora analisamos”, e ela complementa dizendo que esses movimentos “envolviam aspectos da luta pela cidadania, identidade, liberdade humana, assim como a luta por questões que interferiam no cotidiano”.

A história da população negra afro-brasileira se intercala com a evolução histórica, social e econômica no Brasil, e toda essa expansão territorial e econômica ocorreu pelo trabalho escravo das pessoas negras africanas e dos seus afrodescendentes. O autor Moura (1992), destaca ainda que não foi apenas no campo

do trabalho que a população negra contribuiu na sociedade brasileira, mas que também influenciou na área da cultura e podemos complementar dizendo que também influenciou na educação, na economia, na culinária e na música.

A constituição dos quilombos pelos povos negros africanos e afro-brasileiros no Brasil não era um território excludente, pois também eram constituídos pela população originária, mulheres negras e pessoas brancas pobres. Os quilombos foram de suma importância pelo seu lugar estratégico, pela manutenção da cultura africana, pela produção da subsistência alimentar, pelas lutas de resistência e pela organicidade que eram constituídos os quilombos

Os autores Abdias Nascimento (2002) e Clovis Moura (1992) em seus estudos nos revelam a importância das ações empreitadas pela população negra africana e afro-brasileira em prol da liberdade no período colonial, especialmente no território dos quilombos, e consideram a ação realizada pelo povo negro, as lutas, as revoltas, as reivindicações como agentes de mudanças sociais.

Abdias Nascimento conceitua essas ações da população negra organizada de quilombismo e Clovis Moura de quilombagem.

Para Abdias Nascimento (2002, p. 351-369) quilombismo “expressa a ciência do sangue escravo, do suor que este derramou enquanto pés e mãos edificadores da economia deste país”, portanto, “o Quilombismo é um movimento político dos negros brasileiros, objetivando a implantação de um Estado Nacional Quilombista, inspirado no modelo da República dos Palmares, no século XVI, e em outros quilombos que existiram e existem no País”.

A quilombagem para Clóvis Moura (1992, p. 22) é o “movimento de rebeldia permanente organizado e dirigido pelos próprios escravos [escravizados] que se verificou durante o escravismo brasileiro em todo território nacional”. Portanto, a quilombagem é:

Um movimento emancipacionista que antecede, em muito, o movimento liberal abolicionista; ela tem caráter mais radical, sem nenhum elemento de mediação entre o seu comportamento dinâmico e os interesses da classe senhorial. Somente a violência, por isso, poderá consolidá-la ou destruí-la. De um lado os escravos [escravizados] rebeldes; de outro os seus senhores e o aparelho de repressão a essa rebeldia (Moura, 1992, p. 22).

O quilombo é o centro organizacional da quilombagem, assim define Moura (1992) e nos explica que a quilombagem é “uma constelação de movimentos de protesto do escravo [escravizado], tendo como centro organizacional o quilombo, do qual partiam ou para ele convergiam e se aliavam as demais formas de rebeldia” (Moura, 1992, p. 23). Assim, o quilombo aparece:

Como aquele módulo de resistência mais representativo (quer pela sua quantidade, quer pela sua continuidade histórica) que existiu. Estabelecia uma fronteira social, cultural e militar contra o sistema que oprimia o escravo [escravizado], e se constituía numa unidade permanente e mais ou menos estável na proporção em que as forças repressivas agiam menos ou mais ativamente contra ele (Moura, 1992, p. 23).

O Quilombo para Abdias Nascimento (2002, p. 350) “não significa escravo fugido. Quilombo quer dizer reunião fraterna e livre, solidariedade, convivência, comunhão existencial”. Desse modo, “a sociedade quilombola representa uma etapa no progresso humano e sociopolítico em termos de igualitarismo econômico”. A população negra escravizada viveu entre o trabalho forçado, a violência, a resistência e as torturas a que eram submetidas. E essa resistência o autor Moura (1992) classifica como “quilombagem” que para ele:

Entendemos por quilombagem o movimento de rebeldia permanente organizado e dirigido pelos próprios escravos [escravizados] que se verificou durante o escravismo brasileiro em todo o território nacional. Movimento de mudança social provocado, ele foi uma força de desgaste significativa ao sistema escravista, solapou as suas bases em diversos níveis – econômico, social e militar – e influiu poderosamente para que esse tipo de trabalho entrasse em crise e fosse substituído pelo trabalho livre (Moura, 1992, p. 22).

E podemos considerar a quilombagem como agente de mudança social e como sendo os primeiros movimentos negros em nosso território. Com a ampliação do uso da terra para a plantação pelos colonos para exportação, ocorreu a consolidação da econômica colonial que “intensificou o tráfico de africanos para o Brasil, especialmente para o Nordeste, onde um tipo de agroindústria se concentrou e floresceu com o cultivo da cana-de-açúcar” (Moura, 1992, p. 8). Com a intensificação do tráfico de africanos para o Brasil, na concepção de Moura (1992) a população negra foi nessa fase o grande povoador do Brasil e assim o autor destaca que:

O negro nessa fase é o grande povoador, aquele que chega em ondas sucessivas para preencher os vastos espaços geográficos desocupados. Enquanto o Reino vinha para a aventura da colonização pensando em um breve regresso, deixando, muitas vezes, a família em Portugal, **o negro africano sabia que a sua viagem era definitiva e que as possibilidades de voltar não existiam** (Moura, 1992, p. 8, grifo nosso).

Os africanos vinham forçadamente como escravizados para povoar espaços geográficos que já eram povoados pela população originária que também foram escravizados e exterminados pelos colonos. E como o autor Clóvis Moura (1992) menciona a população negra escravizada ao cruzar o oceano estava deixando definitivamente sua família, seus hábitos, seus status de realeza, pois entre as pessoas negras escravizadas vindas para o Brasil tinham também reis e rainhas, agricultores, mineradores, mestres griôs, professores, curandeiros e dentre outras funções que exerciam em seu território.

Pelo eixo econômico da Colônia ter sido deslocado para o Nordeste, “para lá também se concentra o fluxo demográfico de negros vindos da África” (Moura, 1992, p. 8). E, por “essa massa populacional negro-africana, embora concentrando-se especialmente na região nordestina, se espalhará, em maior ou menor quantidade, por todo o território nacional” (Moura, 1992, p. 8). Deste modo, povoando o território nacional.

O autor Moura (1992) em seus estudos demonstra que não tem como precisar o número de africanos que entraram no Brasil por causa da imprecisão dos documentos e pelos contrabandos ocorridos dentro da nação e diz que “embora não tenhamos possibilidades de estabelecer o número exato de africanos importados pelo tráfico, podemos fazer várias estimativas” (Moura, 1992, p. 9). Mesmo diante da imprecisão do quantitativo da população negra africana e afro-brasileira, o autor João Reis (1996, p. 24) apresenta que no:

Rio de Janeiro em 1838 cerca de 37 mil escravos [escravizados], numa população global de 97 mil habitantes. Em 1849, de uma população de 206 mil, 79 mil (38%) eram escravos [escravizados]. Ao mesmo tempo, 75% em média dos escravos [escravizados] nesse período eram africanos. Salvador tinha uma população de cerca 65.500 em 1835, por ocasião do levante dos malês, da qual cerca de 42% escravos [escravizados], apenas 4% mais do que o Rio. Os nascidos na África eram 63%, uma taxa de africanidade 12% menor do que a do Rio.

Podemos constatar que no Rio de Janeiro havia um quantitativo expressivo de africanos, porém por ser maioria não conseguia ter uma unidade para que ocorressem levantes. Reis (1996, p. 24) apresenta que de acordo com Mary Karasch no Rio os africanos eram muitos, “mas pertenciam a uma grande variedade de grupos étnicos, muitas vezes rivais entre si” e por causa da diversidade étnica, a autora considera ser um dos motivos para a ausência das revoltas dos escravizados na Corte. Portanto, sendo organizado propositalmente pelos senhores de engenho a diversidade étnica da população negra africana, porque desta forma “a mistura de etnias comprometia o levante unificado e era um fator com que senhores e autoridades sempre contavam para evitar o pior. O velho modo ‘dividir para dominar’” (Reis, 1996, p. 24).

As discussões sobre a quantificação de africanos que entraram no Brasil durante o período colonial se reacenderam quando “se procurou quantificar essa população africana escrava[escravizada], e posteriormente a afro-brasileira, para com isto estabelecer-se o padrão do que se poderia chamar de *homem brasileiro*.” (Moura, 1992, p. 9). Assim, com a “apuração da nossa realidade étnica excluiria o branco como representativo do nosso homem.” (Moura, 1992, p. 9). Ou seja, a imprecisão dos dados nos revela não apenas a falta de fatos e documentos comprobatórios do número de mulheres negras, homens negros e crianças negras advindos da África, mas também para que não houvesse a supremacia negra no território brasileiro que não aponta apenas números, mas ter que reconhecer os conhecimentos e o trabalhos manuais e técnicos desenvolvidos pela população negra africana e a afro-brasileira no povoamento e na construção da nossa sociedade. Então, pela distribuição nacional da população negra, esta foi,

[...]apesar da sua condição de inferioridade econômica e social, a grande povoadora do nosso território. E não apenas povoou, mas criou pequenas comunidades rurais em todo o território nacional através de quilombos, fundando núcleos populacionais, muitos dos quais existem até hoje (Moura, 1992, p. 11).

A distribuição da população negra pelo território nacional contribuiu para o povoamento do nosso território e com isso na construção de pequenas comunidades rurais, um dos exemplos que podemos destacar são os quilombos, território onde puderam manter viva e praticar seus costumes, suas religiosidades, suas musicalidades, sua cultura. Assim, contribuindo para que todos esses costumes e conhecimentos fossem repassados em geração em geração e mantidas vivas.

Portanto, na perspectiva da participação da população negra na povoação e no trabalho no território brasileiro, Moura (1992, p. 11) afirma que:

[...]o certo é que o negro (quer escravo, quer livre) foi o grande povoador do nosso território, empregando o seu trabalho desde as charqueadas do Rio Grande do Sul aos ervais do Paraná, engenhos e plantações do Nordeste, pecuária na Paraíba, atividades extrativas na Região Amazônica e na mineração de Goiás e Minas Gerais. **O negro não apenas povoou, mas ocupou os espaços sociais e econômicos que, através do seu trabalho, dinamizavam o Brasil** (Moura, 1992, p. 12. grifo nosso).

E complementa dizendo que:

A Produção de uma economia colonial, e por isto destinada a um mercado externo cada vez maior, era fruto desse trabalho negro-escravo [escravizado]. E essa economia, que passa pela produção açucareira, pela mineração, produtos tropicais e termina na fase do café, **é feita pelo negro**. No entanto, **esse fato não contribui em nada para que ele consiga um mínimo de renda em proveito próprio**. Pelo contrário. Toda essa produção é enviada para o exterior, e os senhores de escravos ficam com todo o lucro da exportação e comercialização (Moura, 1992, p. 12, grifo nosso).

Pela fato da mulher negra, o homem negro e as crianças negras terem trabalhado em condições de escravizados, todas as riquezas por eles produzidas ficaram nas mãos da coroa portuguesa e dos seus senhores e como disse Moura (1992) nada contribuiu para que eles pudessem conseguir um mínimo na destruição dessa riqueza para sua renda em proveito próprio, ou seja, “a grande população negra escrava [escravizada] não participava da divisão dessa riqueza, sendo considerada igual aos animais e assim tratada.” (Moura, 1992, p. 13).

A população negra é deslocada para preencher os vazios demográficos no período da mineração em Minas Gerais:

[...] **não leva apenas o seu trabalho, contudo, mas a sua cultura, ensinando técnicas de metalúrgica e mineração, aperfeiçoando métodos de trabalho**, extraindo o ouro, procurando diamantes para proporcionar a riqueza dos contratadores e da Coroa Portuguesa. O negro escravo [escravizado] em Minas Gerais, [...], sofre as mais violentas formas de controle no trabalho, é vigiado diariamente. Quando fugia, tinha toda uma milícia de capitães-do-mato para persegui-lo. Mesmo assim conseguia extrair do subsolo minério toda a riqueza que foi enviada para Portugal e se destinava ao pagamento

da dívida que a metrópole havia contraído com a Inglaterra (Moura, 1992, p. 13, grifo nosso).

A população negra foi “*semeador de cidades*” (Moura, 1992), participou ativamente das atividades econômicas, ocupou os espaços sociais e econômicos, contribuiu com seus conhecimentos oriundos da África por meio de suas técnicas de metalúrgica e mineração e na lida com o campo no cultivo, na produção de alimentos, dentre outras técnicas assim utilizadas por eles na construção do Brasil.

E mesmo com essas contribuições intelectuais e manuais foram tratados como coisas, negados a quaisquer direitos e “pelas Ordenações do Reino podia ser vendido, trocado, castigado, mutilado ou mesmo morto sem que ninguém ou nenhuma instituição pudesse intervir em seu favor. Era uma propriedade privada, propriedade como qualquer outro ser vivo” (Moura, 1992, p. 15-16).

O período da escravidão no Brasil que durou mais de 300 anos deixou marcas expressivas em nossa sociedade e na nossa história pela forma como foram tratadas as mulheres negras, os homens negros e as crianças negras escravizadas sujeitadas a punições, violências físicas, sexuais, morais e psicológicas, revelando-se como verdadeiras técnicas de torturas.

O autor Artur Ramos (1942) elaborou um esquema com os principais instrumentos de tortura, humilhação ou disciplina de trabalho que iremos apresentar no quadro 2 a seguir.

QUADRO 2 - Instrumentos de castigo e suplício para as pessoas negras escravizadas

FUNCIONALIDADE DOS INSTRUMENTOS	INSTRUMENTOS
Instrumentos de captura e contenção	Correntes, gonilha ou golilha, gargalheira, tronco, vira-mundo, algemas, machos, cepo, corrente e peia.
Instrumentos de suplício	Máscaras, anjinhos, bacalhau, palmatória.
Instrumento de aviltamento (humilhação)	Gonilha, libambo, ferro para marcar, placas de ferro com inscrições infamantes.

Fonte: Artur Ramos (1942).

Como podemos ver no quadro 2 a classificação dos instrumentos realizada por Artur Ramos (1942) de castigo e suplício das pessoas escravizadas, sendo divididas em instrumentos de captura e contenção; instrumento de suplício; e em instrumento de aviltamento.

A autora Lara (1988, p 74) faz uma breve descrição dos instrumentos, de como eram utilizados e a sua finalidade:

[...]Para prender o escravo, usavam-se correntes de ferro, gargalheiras, gorilhas ou golinhas (que se prendiam ao pescoço), algemas, machos e peias (para os pés e mãos), além do tronco (um pedaço de madeira dividido em duas metades com buracos para a cabeça, pés e mãos) e o viramundo (espécie de tronco, de tamanho menor, de ferro). A máscara de folha de flandres era usada para impedir o escravo de comer cana, rapadura, terra ou mesmo engolir pepitas e pedras. Os anjinhos (anéis de ferro que comprimiam os polegares) eram usados muitas vezes para se obter confissões. Nas surras, usava-se o bacalhau (chicote de cabo curto, de couro ou madeira com cinco pontas de couro retorcido) ou palmatória. Ferros quentes, com as iniciais do senhor, ou com a letra F para os que fugiam, também era utilizados, assim com libambos (argola de ferro presa ao pescoço da qual saía uma haste longa, também de ferro, dirigida para cima e ultrapassando a cabeça do escravo, com chocalhos ou sem eles nas pontas), e até mesmo placas de ferro com inscrições. (Lara, 1988, p. 74).

No quadro 2 apresentamos as divisões dos instrumentos de castigos, suplício e aviltamento classificados por Artur Ramos (1942) e a autora Lara (1988) faz uma descrição desses instrumentos, de como eram utilizados e a sua finalidade. Ao ler essa citação de Lara (1988) não tem como não se indignar pelas atrocidades e violências sofridas pela população negra escravizada e de refletir criticamente como se naturalizavam toda essa violência contra seres humanos só por causa da tonalidade da sua pele, negra, e por isso não eram considerados “gentes” e por mais de 300 anos essa foi a sua realidade da população negra africana e dos afro-brasileiros e afro-brasileiras escravizados e escravizadas. Na concepção de Moura (1992) os dois instrumentos de suplícios mais utilizados na sociedade brasileira foram o:

[...] tronco e o pelourinho, onde eram aplicadas as penas de açoite. O primeiro poderemos colocar como o símbolo da justiça privada, e o

segundo como símbolo da Justiça pública. Mas, de qualquer forma, a disciplina de trabalho imposta ao escravo [escravizado] baseava-se na violência contra a sua pessoa. Ao escravo [escravizado] fugido encontrado em quilombo mandava-se ferrar com um F na testa e em caso de reincidência cortavam-lhe uma orelha. O justicamento do escravo [escravizado] era na maioria das vezes feito na própria fazenda pelo seu senhor, havendo casos de negros enterrados vivos, jogados em caldeirões de água ou azeite fervendo, castrados, deformados, além dos castigos corriqueiros, como os aplicados com a palmatória, o açoite, o vira-mundo, os *anjinhos* (também aplicadas pelo capitão-do-mato quando o escravo [escravizado] capturado negava-se a informar o nome do seu dono) e muitas outras formas de se coagir o negligente ou rebelde. (grifo do autor).

A autora Lara (1988, p 54) aborda que nos textos coloniais que tinham por objetivos “ensinar os senhores a desempenhar eficientemente suas funções, o vínculo indissolúvel entre trabalho e castigo esteve sempre presente” e ela complementa dizendo que:

[...] Alimentado, vestido, doutrinado, o escravo [escravizado] existia para trabalhar, para produzir. Mas isto não era uma decorrência natural. Era preciso incitá-lo ao trabalho: era preciso castigá-lo. Castigar era submeter, dominar; castigar era domar a rebeldia, manter o escravo [escravizado] na sua condição de escravo. Esta pedagogia se vinculava à própria ideia de ordenação e regulamentação da escravidão, que ia desde a obrigação do castigo minuciosamente analisado até a estipulação rígida dos aspectos exteriores, das tarefas a serem desempenhadas na produção (Lara, 1988, p. 54).

Por isso, “se ministravam-se castigos para ordenar e disciplinar o corpo dos escravos para o trabalho” (Lara, 1988, p. 54). Dessa forma, “a eficiência ganhava então seu verdadeiro sentido: ser eficiente significava dominar e produzir de forma ordenada, disciplinada, lucrativa (Lara, 1988, p. 54). Então, o castigo era um instrumento disciplinador, exercendo a atividade de dominação, de mecanismo de controle das pessoas escravizadas para a tentativa de prevenir as rebeliões e as fugas, como também vimos na explicação de Moura (1992) sobre o tronco e o pelourinho.

A jornada de trabalho das pessoas negras escravizadas era em torno de catorze a dezesseis horas, sob a vigilância do feitor e

[...]quando um escravo [escravizado] era considerado preguiçoso ou insubordinado, aí vinham os castigos. O feitor, ou um escravo [escravizado] por ele designado, era o executor da sentença.

Conforme a falta, havia um tipo de punição e de tortura. Mas a imaginação dos senhores não tinha limites, e muitos criavam os seus métodos e instrumentos de tortura próprios (Moura, 1992, p. 17).

No tocante aos mecanismos de torturas e de violências a autora Lara (1988, p. 55) afirma que:

[...] embora alguns homens coloniais chegassem a questionar crueldade, não se pensou em abolir o castigo. Base da dominação senhorial e instrumento da divisão do trabalho no interior das unidades de produção, o castigo não podia deixar de existir. Embora execrados como desumanos e cruéis, os senhores que castigavam seus escravos [escravizados] assim que eram comprados estavam apenas pondo em prática, de forma radical, as implicações e necessidades da dominação e exploração escravista.

E mesmo diante das crueldades vivenciadas a população negra escravizada não se acomodou e o autor Moura (1994) acentua que:

Ao mesmo tempo em que crescia a população escrava [escravizada], de um lado, do outro a rebeldia desse elemento se fará sentir: os índios através de guerras constantes e violentas contra os colonos, e os africanos através de movimentos coletivos como Palmares e outros grandes ou pequenos quilombos, ou no seu cotidiano com fugas individuais, em grupos, descaso pelo trabalho, delinquência ocasional contra os feitores, senhores e membros de suas famílias. A repressão a essa rebeldia por parte do Estado escravista, por isto mesmo, era uma força necessária e eficaz para poder manter o *equilíbrio social*, enquanto a força fosse um elemento desse equilíbrio. Era, portanto, um equilíbrio que tinham como base principal o antagonismo entre senhores e escravos e as medidas de controle social dos senhores (Moura, 1994, p. 37-38, grifo do autor).

Segundo Moura (1994, p. 16) “a composição da classe escrava [escravizada], por outro lado, era profundamente diferenciada ocupacionalmente e isso irá refletir-se na sua conduta quer em relação aos demais escravos, quer em relação à classe senhorial”. Então, a composição da classe das pessoas escravizadas:

[...]era profundamente diferenciada ocupacionalmente e isso irá refletir-se na sua conduta quer em relação aos demais escravos, quer em relação à classe senhorial. Não se pode ver cada escravo [escravizado] como uma unidade uniforme, destacada de cada contexto específico onde se encontrava no processo de divisão do trabalho (Moura, 1994, p. 16).

Com isso, as pessoas negras escravizadas não trabalhavam apenas no campo, na lida com a terra, mas também se encontravam em outros espaços de trabalho na casa grande, no comércio, na mineração, nas praças públicas, nas igrejas, e entre outros espaços. E assim, a sua conduta será diferenciada, não podendo ser igual, pois o meio que ele estiver inserido iria influenciar sobre a sua conduta.

Sobre a perspectiva neoliberal da “acomodação” por parte da população negra escravizada, o autor Moura (1994, p. 16) acentua que:

[...]há uma tendência de cunho neoliberal de **subestimar o conflito e dar-se mérito à acomodação por parte da massa escrava**, vendo-se nisso uma estratégia do escravo [escravizado] (em abstrato) que procurava criar um espaço social, cultural e econômico próprios, no qual a convivência com o seu senhor era conseguida através de um pacto, um acordo implícito e negociado no qual as contradições eram assimiladas e substituídas pela convivência, se não harmônica pelo menos estável e consensual (grifo nosso).

Para a corrente neoliberal “a interioridade humana do escravo [escravizado] não se manifestava através de revoltas ou atitudes divergentes, mas de acomodação” (Moura, 1994, p. 16). Indo em desacordo com a corrente marxista em que é a partir do conflito e das revoltas que a população negra lutava pela sua liberdade e a qual estamos de acordo. Porque por meio da “quilobagem” e das revoltas as pessoas negras escravizadas angariaram espaços, melhorias sociais e econômicas e como também acesso à educação formal. Nesse sentido, Moura (1994, p. 17) afirma que:

[...] a dinâmica básica do sistema escravista e a sua superação estrutural está nos conflitos entre as classes que eram substantivas nesse modo de produção. Que algum tipo de relacionamento alternativo entre escravos e senhores existiu ninguém põe em dúvida, mas, se ele fosse típico e determinante da dinâmica entre essas classes jamais o escravismo entraria em crise e seria substituído por outro modo de produção, pelo menos no prazo em que foi. Teria de ficar esperando as contradições externas para destruí-lo e isto não aconteceu.

No tocante à compreensão da racionalidade da dominação econômica no modo de produção escravista, Moura (1994) destaca que:

Para se compreender a *racionalidade* que se desenvolve através da dominação econômica e extra-econômica no modo de produção escravista temos de dirigir a nossa ótica não para o comportamento

bom ou mau dos seus agentes principais – senhores e escravos [escravizados], mas para a *totalidade* do comportamento dos componentes da sua estrutura, isto é, valores sociais e instrumentos materiais que garantiam o seu equilíbrio através da coerção extra-econômica como: o tronco, a gargalheira, o anjinho, o açoite, a prostituição forçada, a desarticulação familiar, a cristianização compulsória, a etiqueta escrava em relação ao senhor, o homossexualismo imposto, a tortura nas suas diversas modalidades; e, por outro lado, os fatores extralegais de desequilíbrio dessa *racionalidade* como: a desobediência do escravo [escravizado], a malandragem, o assassinio de senhores e feitores, a fuga individual, a fuga coletiva, a guerrilha nas estradas, o roubo, o quilombo, a insurreição urbana, o aborto provocado pela mãe escrava [escravizada], o infanticídio do recém-nascido, os métodos anticoncepcionais empíricos e a participação do escravo [escravizado] em movimentos da plebe rebelde (MOURA, 1994, p. 23).

O autor destaca que devemos direcionar nosso olhar quando se trata da dominação econômica para a totalidade dos valores sociais e dos instrumentos materiais que contribuía para o equilíbrio por meio da coerção extraeconômica e também ter o olhar atento para os fatores extralegais que desequilibravam a estrutura econômica.

No processo histórico tentam comparar o sistema capitalista desenvolvido na Europa com o sistema escravista no Brasil, mas existem distinção, pois [...] o escravo circulava como mercadoria, idêntica àquela a qual ele próprio produzia. E é nesse nível de relações econômicas que o escravo é socialmente *coisificado*. Isto porque para ele não havia nenhum contrato, mas a posse absoluta do seu corpo como propriedade pessoal. Todo o trabalho produzido por ele durante o decurso da sua vida não lhe pertencia. Nada revertia posteriormente para ele. O que consumia era um tipo de ração animal (muitas vezes por ele próprio produzido) fornecida pelo senhor para repor a sua força física capacitada para o tipo de serviço escolhido por ele (Moura, 1994, p. 25).

Assim, “se o homem livre produzia mercadoria, o escravo [escravizado] era também mercadoria e poderia ser vendido juntamente com o saco de café por ele produzido” (Moura, 1994, p. 25). A composição da classe das pessoas escravizadas, “era profundamente diferenciada ocupacionalmente e isso irá refletir-se na sua conduta quer em relação aos demais escravos, quer em relação à classe senhorial.” (Moura, 1994, p. 16).

A população negra após a abolição com a Lei áurea em 1888 começa a vivenciar uma nova realidade de nem ser mais escravizado e nem ser considerado um cidadão e encontra pelo caminho novas barreiras sociais, econômicas,

educacionais e políticas de vivenciarem uma nova realidade e dentre elas a de serem inseridos como trabalhadores livres na sociedade brasileira.

E diante do contexto de que as pessoas escravizadas sendo “livre” na nossa historiografia continuou a perpetuação de que:

O branco continuou ainda a identificar-se ao senhor, ao grupo dominante, e o negro continuou, por sua vez, associado ao servidor, ao trabalhador, àquele sobre cuja definição social os outros terão a última palavra.” (Ianni, 1972, p.50).

Portanto continuaram na submissão aos homens brancos. Sobre o povo negro ser considerado cidadão após a abolição escravocrata o autor Ianni (1972, p. 49) informa que:

O NEGRO cidadão não é o negro escravo transformado em trabalhador livre. O negro cidadão é apenas o negro que não é mais juridicamente escravo. Ele foi posto na condição de trabalhador livre, mas nem é aceito plenamente ao lado de outros trabalhadores livre, brancos, nem ainda se modificou substancialmente em seu ser social original.

A realidade da população negra que foi liberta sem que fosse garantida as mínimas condições de existência “é o escravo [escravizado] que ganhou a liberdade de não ter segurança, nem econômica, nem social, nem psíquica” (Ianni, 1972, p. 49).

Ou seja:

[...] o cativo que sai da casa do senhor ou fazenda, de um dia para outro, sem ter sido preparado ou ter-se apropriado dos meios sócio-culturais necessários à vida nas novas condições, não é ainda um homem livre. Ao contrário, é uma pessoa cujo estado alienado vai manifestar-se agora plenamente, pois que é na *liberdade* que ele compreenderá que foi e é espoliado (IANNI, 1972, p. 49-50, grifo do autor).

Escravizado esse que não lhe foi garantindo meios de subsistência, ao contrário foram criados mecanismos políticos e econômicos para não terem acesso aos meios de produção, ao direito à terra para morar e produzir para sua sobrevivência. O que se viu foram leis sendo criadas e sancionadas antes mesmo da abolição, a exemplo da Lei de Terras (1850) além disso foram muitos os investimentos para “embranquecer” a sociedade brasileira através de políticas econômicas que incentivaram a imigração europeia: doando terras e oferecendo subsídios financeiros

para que o Brasil se tornasse atrativo para os europeus virem povoar e cultivar em nossas terras. Portanto, não houve a reparação para a população negra e sim a continuação da sua exclusão aos meios social, cultural, de moradia, de trabalho e da educação. O que levou esses indivíduos a construírem suas moradias às margens das cidades, nos cortiços e nos morros. Como afirma Ianni (1972 p. 14):

[...] ao transformar o escravo [escravizado] em trabalhador livre, o que ocorre é a libertação da empresa dos ônus da propriedade de um *fator* do qual agora só interessa a sua capacidade de produzir valor, ou seja, a libertação do escravo [escravizado] é o processo pelo qual se dá um avanço na constituição das condições racionais indispensáveis à produção crescente de lucro.

O sentido essencial da abolição em tornar a população negra em trabalhador livre, se explica, pois “somente quando o trabalhador é livre a sua força de trabalho ganha a condição efetiva de mercadoria. E como tal, ela pode ser comprada segundo as necessidades da empresa, isto é, da produção do lucro (Ianni, 1972 p. 14). Nesse sentido o “abolicismo é também um produto das transformações econômicas que vinham gerando modificações na sociedade” (Ianni, 1972 p. 14).

Deste modo, o autor Ianni (1972 p. 14) refere-se que “as transformações da estrutura econômica impuseram a libertação do escravo [escravizado]. É com a separação completa entre o trabalhador e os meios de produção que se estabelece uma condição básica à entrada da economia nacional no ciclo de industrialização.” Para que isso acontecesse era preciso a abolição, a libertação das pessoas escravizadas, pois para o sistema capitalista:

[...] o trabalhador só é livre quando é livre de oferecer sua força de trabalho no mercado. Os consumidores de força de trabalho precisam dispor da possibilidade de comprá-la segundo as necessidades do empreendimento econômico. Por isso, impôs-se a humanização do escravo [escravizado], isto é, a sua libertação. O percurso entre o escravo [escravizado] e o cidadão será ininteligível se não passar pela mercantilização da força de trabalho (Ianni, 1972 p. 15).

Do dilema vivenciado pela população negra livre ao tocante a sua própria integração à estrutura econômico-social, o autor Ianni (1972, p. 50) diz que:

O dilema do negro livre, portanto, ao lado da própria integração à estrutura econômico-social em lenta elaboração, foi lutar seguidamente pela destruição daquela concepção do negro. *No*

*sistema social de classes em estruturação, o negro percebeu que ele próprio deveria atuar, nos limites de suas possibilidades restritas, pela autodefinição social (Grifo nosso).*

A população negra percebeu que não poderia ficar esperando pela ação do Estado ou dos senhores para os integrar na sociedade, deste modo perceberam que caberiam somente a si, as pessoas negras, a sua integração social. Por perceber que o domínio da sociedade continuava nas mãos dos proprietários dos meios de produção:

[...] A sociedade continua, por isso seccionada em camadas sociais hierarquicamente distribuídas. Nesse universo, a ideologia dos grupos continua marcada por uma condição básica. Na sociedade de classes em elaboração a ideologia de classe tem um papel decisivo na caracterização e manutenção do novo mundo social. A ideologia dos proprietários dos meios de produção e compradores de força de trabalho será, portanto, marcada pelos seus interesses fundamentais (Ianni, 1972, p.67).

Portanto, mesmo sendo pessoas livres após a lei Áurea, a população negra africana e afro-brasileira ficaram subordinadas à classe dominante, neste caso aos proprietários dos meios de produção para conseguirem ser inseridos na sociedade, ou seja, serem considerados pessoas com direitos e deveres, cidadãos, e terem a reparação histórica, social e econômica de tudo o que produziram e contribuíram para a nação brasileira e não mais serem considerados como mercadorias e objetos que poderiam ser vendidos a qualquer momento, além de sofrerem torturas, violências físicas, sexuais e psicológicas sempre que o senhor da casa grande quisesse.

### **3.2 Educação da população negra na província da Parahyba do Norte no século XIX**

Quando nos reportamos ao nosso passado observamos o quanto as narrativas e os fatos históricos marcam a realidade da sociedade e que devemos ficar atentos para qual narrativa foram criadas para contar a história da população negra no período colonial e como o Estado interferiu por meio dos atos constitucionais na formação econômica, social e histórica desse povo.

Para esse capítulo daremos ênfase à área da educação nas constituições, partindo do cenário nacional brasileiro com as principais legislações dessa área que

faz menção à população negra e finalizaremos apresentando a educação na Província da Parahyba do Norte.

Para darmos início a discussão que nos propomos nesse capítulo apresentamos uma síntese das principais legislações (a 1ª Constituição no Brasil Império, 1824; Decreto nº1.331-A, 1854; Decreto nº 7.031-A, 1878) que abordam a educação no Brasil Império e que faz menção à população negra.

A Constituição Política do Império do Brasil, de 25 de março de 1824, foi promulgada por Dom Pedro I, sendo a primeira carta constitucional brasileira. No art. 6, decreta que são Cidadãos brasileiros “os que no Brazil tiverem nascido, quer sejam ingenuos, ou libertos, ainda que o pai seja estrangeiro” (BRASIL, 1824, texto igual ao original) e no campo da educação no art. 179 fica condicionada “a Instrucção primaria, e gratuita a todos os Cidadãos” (BRASIL, 1824, texto igual ao original). Portanto, nessa constituição já deixa explícito que as pessoas negras escravizadas não eram consideradas cidadãs brasileiras e com isso, não teriam o direito à educação básica gratuita.

Por meio do Decreto nº 1.331-A, de 17 de fevereiro de 1854, foi aprovado o regulamento para a reforma do ensino primário e secundário do Município da Corte. Em seu artigo 69, define quem não serão admitidos a matrícula e nem poderão frequentar as escolas “§ 1º os meninos que padecerem moléstias contagiosas. § 2º Os que não tiverem sido vacinados. § 3º Os Escravos” (BRASIL, 1854, texto igual ao original). Então, esse decreto vem para afirmar, após a Constituição de 1824, a exclusão da população negra escravizada ao acesso à educação formal.

O autor Frei David Santos, enfatiza que:

Os poderosos do Brasil sabiam que o acesso ao saber sempre foi uma alavanca de ascensão social, econômica e política de um povo. Com este decreto, os racistas do Brasil encurralaram a população negra nos porões da sociedade. Juridicamente este decreto agiu até 1889, com a proclamação da República. Na prática, a intenção do decreto funciona até hoje.

Observamos através desse decreto a valorização da educação formal na Corte em ao formular um regulamento para a reforma do ensino primário e secundário, pois se para eles a educação não fosse um instrumento de ascensão social, econômica e política como menciona Santos, não seria necessário em sua Constituição negar o direito de cidadania à população negra escravizada e proibir a matrícula e o acesso

dessas pessoas à educação formal, mesmo que elas não tivessem condições de arcar com os estudos, o art. 60 assim garantia a permanência, pois “todo o expediente dentro das escolas será feito á custa dos cofres publicos” (BRASIL, 1854, texto igual ao original).

No artigo 71 do regulamento de 1854, a legislação imperial preconizava que:

Quando huma escola do segundo gráo tiver dois professores, serão estes obrigados alternadamente, por mez ou por anno, a ensinar as materias da instrucção primaria duas vezes por semana, nas horas que lhes ficarem livres, ainda que sejam em domingos e dias santos, aos adultos que para esse fim se lhes apresentarem (BRASIL, 1854, texto igual ao original).

A autora Ana Luiza Costa menciona que apesar de haver a indicação à necessidade da instrução de adultos,

[...] não há indicação dos meios para promovê-la, adequados à clientela, à população que realmente dela necessitava: homens pobres, ocupados em trabalhar para seu sustento durante o dia. E a realidade da população pobre e trabalhadora não se fazia só de adultos que buscavam seu sustento durante o dia, mas também de crianças trabalhadoras que complementavam a renda da família e que passaram a freqüentar, ao lado dos adultos, as cadeiras das aulas noturnas das associações existentes (Costa, 2011, p. 60).

O ensino primário nas escolas públicas de acordo com o decreto 1.331-A, no art. 47, compreende:

A instrucção moral e religiosa, A leitura e escripta, As noções essenciaes da grammatica, Os principios elementares da arithmetica, O systema de pesos e medidas do municipio. Póde comprehender tambem: O desenvolvimento da arithmetica em suas applicações praticas, A leitura explicada dos Evangelhos e noticia da historia sagrada, Os elementos de historia egeographia, principalmente do Brasil, Os principios das sciencias physicas e da historia natural applicaveis aos usos da vida, A geometria elementar, agrimensura, desenho linear, noções de musica e exercicios de canto, gymnastica, e hum estudo mais desenvolvido do systema de pesos e medidas, não só do municipio da Côrte, como das províncias do Imperio, e das Nações com que o Brasil tem mais relações commerciaes (BRASIL, 1854, texto igual ao original).

Da instrução pública secundária, o curso do colégio continuaria a ser de sete anos e constou das seguintes cadeiras:

2 de latim, 1 de grego, 1 de inglez, 1 de francez, 1 de allemão, 1 de philosophia racional e moral, 1 de rhetorica e poética, que comprehenderá tambem o ensino da lingua e littetaruta nacional, 2 de historia e geographia, ensinando o professor de huma a parte antiga e media das referidas matérias, e o da outra a parte moderna, com especialidade a historia e geographia nacional, 1 de mathematicas elementares, comprehendendo arithmetica, álgebra até equações do 2º gráo, geometria e trigonometria rectilinea, 2 de sciencias naturaes, sendo huma de historia natural com as primeiras noções de zoologia, botanica, mineralogia e geologia, e outra de elementos de physica e chimica, comprehendendo somente os princípios geraes e os mais applicaveis aos usos da vida (BRASIL, 1854, texto igual ao original).

Se as crianças negras, as jovens negras e os jovens negros tivessem tido acesso a essa escolarização formal desde 1854, a nação brasileira teria tomado uma outra direção. Por isso, a luta constante pela educação formal da população negra e o acesso e conhecimento a esses fatos históricos e políticos de exclusão da população negra à educação formal, legitima as bandeiras de lutas ao longo da historiografia brasileira pelas organizações negras e movimentos negros e que serão tratadas no próximo capítulo.

Além do mais “são importantes para a compreensão do período a aprovação da Lei de Terras e a Lei Eusébio de Queiroz, ambas de 1850” (Barros, 2017, 58), desse modo,

Demarcando a superação dos debates sobre o fim do tráfico africano, que passava a ser condenado pelo Estado Brasileiro. Refletindo sobre raça e cidadania no século XIX e a iminência da abolição da escravidão muito antes da lei que a efetivaria (Barros, 2017, p. 58).

A autora Barros (2017) menciona a importância da compreensão da aprovação da Lei de Terras e a Lei Eusébio de Queiroz, em 1850, pois nesse período se intensificou as discussões sobre instrução, trazendo para a reflexão os estudos de Gouvêa e Jinzenzi (2006) quando dizem que:

Momento de intensos debates acerca da necessidade de difundir as luzes às camadas inferiores da sociedade, nas décadas iniciais do governo imperial registram-se esforços em organizar a instrução pública, voltada principalmente para essas camadas da população. O grande contingente populacional marcado pela pobreza era considerado uma ameaça à tranquilidade pública, sendo-lhe atribuída responsabilidade

sobre a criminalidade e a instabilidade dos governos. Em consonância com os ideais iluministas, acreditava-se na instrução como meio de civilizar essa população, possibilitando a sua submissão às leis e à almejada ordem, contribuindo para o fortalecimento do Estado Imperial (Gouvêa e Jinzenzi, 2006 apud Barros, 2017, p. 58).

O decreto nº 7.031-A, de 6 de setembro de 1878, “crêa cursos nocturnos para adultos nas escolas publicas de instrucção primaria do 1º gráo do sexo masculino do municipio da Côrte”. Funcionando das “sete ás nove horas da noite, nos mezes de Outubro a Março, e das seis ás nove horas nos mezes de Abril a Setembro”. Em relação a matricula o art.5º define que “nos cursos nocturnos poderão matricular-se, em qualquer tempo, todas as pessoas do sexo masculino, livre ou libertos, maiores de 14 annos” e o art. 6º “Não serão admitidos á matricula pessoas que não tiverem sido vaccinadas e que padecerem molestias contagiosas” (BRASIL, 1878, texto igual ao original).

Esse decreto já direciona que o ensino noturno será destinado para os homens, excluindo as mulheres da instrução e crianças com menos de 14 anos que trabalham durante o dia e não têm condições de acessar a escola no turno diurno, percebe-se que ele retorna a questão que não serão aceitos matriculas de pessoas não vacinadas e que padecem de doenças contagiosas, e novamente a população negra escravizada foi excluída da possibilidade da formação para cidadania, porém abre uma ressalva que homens livres ou libertos poderiam realizar a matricula, mas devemos abrir uma ressalva, pois esses homens e jovens vão para a escola após um dia árduo de trabalho.

A autora Barros (2017) apresenta que duas questões são fundamentais em relação à temática da legislação educacional na década de 1870: as primeiras iniciativas à instrução do ensino noturno e a promulgação da Lei Imperial nº 2.040, de 28 de setembro de 1871, conhecida como Lei do Ventre Livre:

Em determinadas normas aprovadas após 1871 e em outras fontes oficiais fica evidente que esta lei estava no substrato dos debates sobre o destino das crianças de origem escrava. Na outra ponta, as aulas noturnas, direcionadas para adultos (mesmo que nem sempre frequentadas apenas por essa faixa etária) não apenas recebiam escravos, mas muitas vezes eram abertas tendo-os como alunos esperados. Essas duas questões combinadas ajudam a entender a legislação educacional da década de 1870 e sua relação com a população negra (Barros, 2017, p. 71).

Na década de 1870, no âmbito da legislação, “a proibição a escravos se manteve em todas as províncias que aprovaram leis e regulamentos da instrução primária ou secundária. Sendo modificada com o ensino noturno:

[...] o ensino noturno no país passava a ser discutido e as primeiras experiências começavam a surgir. O Decreto 7.031, de 1878, que criava cursos noturnos para adultos na Corte, assim como a Reforma Leôncio de Carvalho, de 1879, foram marcos das mudanças na instrução. Em aulas noturnas de algumas províncias, a proibição à matrícula e frequência escrava não existia, ou havia brechas como a permissão para *livres ou libertos*. É perceptível em falas de envolvidos com a administração da instrução pública o interesse em direcionar essas aulas para o povo, incluindo entre essas categorias os trabalhadores e até mesmo escravos (Barros, 2017, p. 72).

Percebe-se que “no decorrer do período imperial, as províncias definiam quem podia ou devia ser matriculado na escola, assim como os que não eram desejados.” (Barros, 2017, p. 46).

Diversos recortes podem ser vistos: de sexo (*meninos, meninas*), idade (*pelo menos 6 anos, menores de 5 e maiores de 15 anos, entre 7 e 14 anos*), estado de saúde (*ter moléstia contagiosa, sofrer de moléstias de pele contagiosa e repugnantes, ser vacinado*), condição jurídica (*livre, liberto, escravo, ingênuo*) ou origem (*preto. Filho de africano livre*) (Barros, 2017, p.46, grifos da autora).

Os textos legais sobre a presença ou interdição da população negra nos espaços de educação oficial, na concepção da autora Barros (2017, p. 36), “são entendidos aqui como elementos de disputa entre diferentes projetos de nação, reivindicados por sujeitos e grupos distintos.” Deste modo, “a importância das leis para a compreensão de processos envolvendo a educação é uma reflexão frequente em história da educação e ilumina o entendimento sobre instrução no Oitocentos (Barros, 2017, p. 36).

Nas próximas linhas poderemos observar e refletir como a legislação educacional nacional influenciou no cenário da província da Parahyba do Norte por meio dos regulamentos assim implementadas. Para esse momento traremos as pesquisas da Professora e historiadora doutora Solange Rocha, intelectual negra, integrante do Núcleo de Estudos e Pesquisas Afrobrasileira e Indígena da Universidade Federal da Paraíba – NEABI, da professora e historiadora doutora

Surya Barros, por ter reconhecimento nacional sobre a história da educação das pessoas negras no período oitocentista no Brasil e da província da Parahyba do Norte e também por ela ser integrante do Núcleo de Estudos e Pesquisas Afrobrasileira e Indígena da Universidade Federal da Paraíba – NEABI. E do historiador paraibano e doutor Lucian Souza da Silva.

Na Parahyba do Norte, em 1811, havia um alto índice de pessoas negras, como podemos observar nestes dados apresentados pela intelectual negra Solange Rocha:

A população da Paraíba era composta principalmente por negros (73.794 de um total de 122.407), sendo 61.458 de pardos e 12.336 de pretos. No que se referia à condição jurídica uma maioria de negros era de livres (56.161) e uma minoria de escravos (17.633); o grupo dos pardos manteve-se em crescimento, com seus 61.458 indivíduos, que correspondiam a 50,2% da população total e 83,2% da negra (rocha, 2007, p. 135).

E Rocha (2007) menciona que mesmo que tivesse sido registrado a presença de mulheres e homens escravizados oriundos da costa da África na Parahyba:

Eles nunca se tornaram um grupo com forte expressão numérica, porque a cifra máxima atingida superou pouco mais de 20% de toda a população, entre o final do Setecentos e o início do século XIX quando a economia colonial já havia se consolidado e a exploração no espaço da capitania já estavam definidas (Rocha, 2007, p. 128).

A historiadora Solange Rocha (2007) apresenta que de acordo com o resultado do primeiro Censo, em 1872, na província da Parahyba a população possuía um total de 376.226 habitantes, sendo em sua maioria formada por negros, somavam (21.938 de pessoas negras, desses, 188.241 eram pardas e 33.697 pretas), abrangendo o percentual de 59%. “Uma menor parte dessa população era escrava [escravizada], 21.526 cativos, e a ampla maioria de livres, 354.700 pessoas” (Rocha, 2007, p. 137). Como podemos constatar na Parahyba havia um percentual baixo de pessoas escravizadas. Em 1888 a população paraibana era de 457.232 indivíduos, existia aproximadamente, 9.400 pessoas escravizadas (cerca de 2%), enquanto a população livre era em torno de 447.832 pessoas (cerca de 98%) (Silva, 2021). Com a ampliação da população negra livre, a autora Rocha (2007, p. 138, menciona que:

Certamente, os indivíduos livres pobres devem ter sido fundamentais para o desenvolvimento dessas atividades agrícolas [Cana de Açúcar

e Algodão] e de funções não-agrícolas da província, visto que eles, ao longo do Oitocentos, passaram a compor a maior parte da população, enquanto o número de escravos diminuía a cada década que se avançava para o fim do período referido.

Segundo Lucian Silva (2021, p. 58) “As pessoas cativas eram empregadas em todo tipo de atividade econômica, do processo de fabricação do açúcar aos serviços domésticos do cotidiano.” Diante disso:

Afirmamos que a maior parcela do trabalho desenvolvido na província era realizada por pessoas livres e/ou libertos. Por sua vez, esses trabalhadores possuíam uma mobilidade que não garantia a oferta regular de mão de obra. Talvez por isso alguns senhores de engenho e fazendeiros mantinha, uma pequena quantidade de escravizados, para garantir o funcionamento de suas atividades econômicas (Silva, 2021, p. 58).

A autora Rocha (2007) menciona que os indivíduos livres pobres, podemos complementar que também eram negros, foram fundamentais para o desenvolvimento das atividades agrícolas, da cana de açúcar e o algodão, mas que também foram essenciais para o desenvolvimento da Paraíba no campo e na cidade e que mesmo que houvessem “pouca dependência da mão de obra escravizada, embora tínhamos verificado sua utilização até as vésperas da abolição. Esse baixo percentual criou um vínculo mais acentuado nas relações de domínio senhorial” (Silva, 2021, p. 58). Então, as reivindicações que surgiram no século seguinte na Paraíba têm reflexo na exploração da mão de obra da população negra e pela desigualdade socioeconômica e educacional vivenciada por elas.

A partir desse momento adentraremos no campo da educação na província da Parahyba do Norte por meios das legislações e regulamentos que regiam a província.

A primeira lei sobre instrução na província da Parahyba do Norte data de 1835, “não previa a obrigatoriedade do ensino e não mencionava que indivíduos poderiam ou não se matricular nas aulas públicas. Os legisladores determinavam a criação de aulas de primeiras letras” (Barros, 2017, p. 51). Em relação ao perfil dos alunos, apenas dois anos depois, em 1837, que se fez menção a tipos de alunos. A lei nº 20 de 6 de maio de 1837, da província da Parahyba do Norte, em seu art. 14 estabelecia que: “Os professores só admitirão em suas aulas pessoas livres”. Portanto, Barros (2017, p. 51) menciona que “além da condição jurídica, não havia menção a outras interdições ou exigências de idade ou estado de saúde dos potenciais alunos”.

Em 1836, na Parahyba do Norte, uma instituição correspondente ao Atheneu havia sido criada, o Liceu Paraibano (Barros, 2017). A lei referente a esta instituição:

Não continha exigências ou interdições para a matrícula de alunos, tratando apenas das cadeiras que seriam oferecidas, dos professores e outras funções como bedel, porteiro, bibliotecário e Diretor. Em 1839, uma nova lei também não mencionava os alunos desejados ou indesejados, assim como a de 1843 ou a de 1846, extremamente detalhada sobre o funcionamento da instituição. Ainda assim, não mencionava os tipos de alunos permitidos ou proibidos (Barros, 2017, 56).

Na província da Parahyba do Norte a autora Barros (2017) apresenta que a lei que regeu o Liceu Paraibano não constava de impedimentos para a matrícula de pessoas negras e que nas leis de 1839, 1843 e a de 1846, que apresentava característica mais detalhadas de seu funcionamento, também não mencionava as exigências ou interdições para o acesso de alunos.

Em 1852, o cenário já será modificado na província da Parahyba, pois “apesar da reputação que ganhou na historiografia, o Decreto Couto Ferraz não foi o primeiro a proibir a matrícula a *escravos*, se valendo deste termo” (Barros, 2017, p. 59). Ratificado pela autora:

O Regulamento paraibano aprovado em 1852 definia: “Nas aulas publicas não são admitidos os que padecem de moléstias contagiosas, os escravos e os pretos africanos, ainda que sejam libertos ou livres, e os não vaccinados” (Parahyba do Norte, Regulamento da Instrução Pública, 1852). Essa proibição, que estendia o impedimento aos *pretos africanos*, mesmo *livres e libertos*, indo além dos escravos, [...]. Novamente podemos questionar o que motivaria a inclusão de tais categorias neste regulamento, sendo que os de 1849 silenciavam sobre a questão (Barros, 2017, p. 59, grifos da autora).

Dessa forma, a autora Barros (2017, p. 59) explica que:

A interdição não significou que escravos e outras categorias de pessoas negras tenham ficado apartadas do universo letrado. Pelo contrário, entendemos a insistência na proibição como uma tentativa de ir contra práticas vigentes [...], ecos das tentativas de aproximação de escravos com a leitura e a escrita.

A partir da década de 1850 o cenário educacional paraibano foi sendo modificado, pois em suas legislações não vinham especificando a exigência ou

impedimentos de matrícula em suas instituições. Já na legislação de 1852, observamos o posicionamento do Estado sendo retórico em dizer que não são admitidos quem padecem de moléstias contagiosas, os escravos, e os pretos africanos (ainda que sejam libertos ou livres), os não vacinados. E como nos explica Barros (2017) essas medidas seriam tentativas para que a população negra livre ou escravizada não tivesse acesso à leitura e a escrita, pois era algo que já vinha acontecendo a tentativa desse contingente populacional a educação formal.

No ano de 1860, na província da Parahyba do Norte foi aprovado um regulamento, legislando sobre a instrução primária e secundária, pública e particular (Barros, 2017):

No Título I (referente à instrução primária), o artigo 59 explicitava: “Não serão admitido á matricula ás escolas: §3º Os escravos”. A novidade desse documento é que a proibição se estendia. O Título II, “Da instrucção publica secundaria”, determinava que “o lyceu desta capital fica convertido em um estabelecimento de educação e instrucção secundaria com a denominação Gymnasio Parahybano”. Ao tratar das categorias de alunos (pensionistas e meio pensionistas), o documento definia: “Não serão admitidos, nem poderão frequentar as aulas do Gymnasio, seja qual for a categoria a que queirão pertencer, os indivíduos de que se trata o art. 59 deste regulamento [os escravos]”. Também denominado de instituto no documento, para não haver dúvida o artigo 104 reforçava: “Não se admittirá no instituto escravo sob pretexto algum” (Parahyba do Norte, Regulamento da Instrução Primaria, secundaria publica e particular, 27 de janeiro de 1860) (Barros, 2017, p.67).

O liceu Paraibano como vimos não apresentava exigências para a matrícula e foi “frequentado não apenas por brancos, mas também por alunos de origem negra, como Graciliano Lordão na década de 1860 e Manuel Cardoso Vieira e Elyseu Cezar na de 1870” (Barros, 2017, p. 64). Com isso, podemos perceber que a presença de pessoas negras tendo acesso à educação formal começou a preocupar a elite dominante paraibana e em 1860 foi aprovado um regulamento proibindo a matrícula de pessoas negras escravizadas cujo artigo 104 reforçava essa proibição “Não se admittirá no instituto escravo sob pretexto algum”. Nesse sentido,

[...] a insistência na proibição também pode ser interpretada como tentativa dos poderes estabelecidos de alterar um costume: a procura de pessoas negras (talvez escravas, inclusive) pelo conhecimento escrito incomodaria, portanto precisava ser impedida pela lei ou, no mínimo regradada quando a formação era considerada necessária, caso

das instituições que formariam para o trabalho como escolas agrícolas ou colégios de educandos artífices (Barros, 2017, p. 71).

A Assembleia Provincial da Parahyba do Norte decretou a Lei nº 400, em dezembro de 1870, que:

[...] criava uma aula noturna primária para o sexo masculino na Capital Composta de apenas três artigos que definiam horário de funcionamento e responsabilidade financeira pela aula, **a lei não tocava na questão das matrículas, nem mesmo definindo quem eram os alunos esperados**. Diferentemente de boa parte da legislação anterior aprovada na província paraibana, **não havia interdições para matrícula ou frequência de escravos ou qualquer outra categoria** (Barros, 2017, p. 73, grifos nossos).

Nesse sentido, “as escolas noturnas seriam, portanto, um espaço *autorizado* para escravos e para outras categorias de população negra, apontando para mudanças mais radicais para onde o Brasil se encaminhava” (Barros, 2017, p. 78). No cenário nacional em 1850 foi aprovada a Lei Eusébio de Queirós que determinava a proibição do tráfico de africanos escravizados para o Brasil e estava encaminhado para a abolição da escravidão e já vinha sofrendo pressão da Inglaterra.

No final do séc. XIX na Parahyba do Norte, precisamente em 1884, “as escolas públicas se mantinham proibidas a cativos. O termo *escravo* era substituído pela exigência de *ser livre* para admissão”, sendo exigido **ser livre** para admissão à matrícula nas escolas públicas, pela Regulamento nº 30, de 1884. No regulamento nº 36, de 1886, o último marco jurídico da província da Parahyba menciona que para admissão da matrícula e frequência das escolas públicas exige-se ser livre (Barros, 2017). Portanto, “as variadas formas como negros aparecem ou não nas legislações do ensino nos anos de 1880 refletem disputas sobre seu lugar na sociedade brasileira e revelam a escola como espaço de conflito” (Barros, 2017, p. 83).

Portanto, mesmo com a interdição do acesso e a matrícula nas escolas, a população negra mesmo que forma tímida conseguiu adentrar no espaço destinado aos homens brancos, Barros (2017) em seu trabalho apresenta três personalidades negras, homens negros, da província da Parahyba do Norte que se destacaram no mundo letrado, sendo eles: Graciliano Lordão, Manuel Cardoso Vieira e Elyseu Cezar. Desse modo, podemos observar ao longo desse capítulo que a província da Parahyba do Norte tem características agrárias, e que ao longo do século XIX o contingente de

pessoas negras livres pobres foram aumentando e sendo utilizadas pelos senhores dessa província e contribuindo para a formação histórica e socioeconômica da Paraíba. Já no campo educacional observamos impedimentos ora das pessoas livres negras ora das pessoas negras escravizadas ao acesso à educação formal. Assim as diversas formas como a população negra aparece ou não nas legislações do ensino no período oitocentista conjeturam disputas sobre qual o lugar dessa população na sociedade brasileira e com isso mostra a escola, a educação, como espaço de disputa.

No próximo capítulo quatro apresentaremos como a educação e a escola continuaram sendo espaços de disputa, e que a partir sec. XX é intensificada a participação da população negra e de pessoas não negras organizadas em entidades sociais de massa e em movimento negro em prol da emancipação, pelo acesso da população negra à educação formal, contra o racismo dentre outras bandeiras de luta. E de como essa movimentação nacional no período dos anos 1900 e 2000 refletiu no Estado da Paraíba, especificamente na Universidade Federal da Paraíba.

## 4. O MOVIMENTO NEGRO NO TERRITÓRIO DAS POLÍTICAS SÓCIO-EDUCACIONAIS

### 4.1 Os Movimentos sociais sob o prisma do marxismo

Para compreendermos a atuação e contribuição do Movimento Negro na sociedade brasileira, precisamos entender como se constituiu a construção e a análise dos movimentos sociais sob o prisma do marxismo. Então, nesse capítulo abordaremos conceitos que contribuirão para a reflexão crítica sobre o Movimento Social na perspectiva do marxismo, no entanto, não realizaremos um aprofundamento de cada conceito, mas traremos apontamentos que nos instigaram a realizar futuramente uma pesquisa mais aprofundada de cada conceito.

A história de todas as sociedades até agora tem sido a história das lutas de classe.

Homem livre e escravo, patrício e plebeu, barão e servo, membro das corporações e prediz, em suma, opressores e oprimidos, estiveram em contraposição uns aos outros e envolvidos em uma luta ininterrupta, ora disfarçada, ora aberta, que terminou sempre com a transformação revolucionária da sociedade inteira ou com o declínio conjunto das classes em conflito (Marx e Engels, 2008, p.10).

Desse modo, a sociedade burguesa que se originou do declínio da sociedade feudal, “não aboliu as contradições de classe. Ela apenas colocou novas classes, novas condições de opressão e novas formas de luta no lugar das antigas” (Marx e Engels, 2008, p.11). Dessa forma a burguesia dividiu a sociedade “em dois grandes campos inimigos, em duas grandes classes diretamente opostas: a burguesia e o proletariado” (Marx e Engels, 2008, p.11). Assim, para Marx e Engels (1998, p. 40) a burguesia entende-se pela “classe dos capitalistas modernos, proprietários dos meios de produção social que empregam o trabalho assalariado”. Já o proletariado é a “classe dos assalariados modernos que, não tendo meios próprios de produção, são obrigados a vender sua força de trabalho para sobreviver” (Marx e Engels, 1998, p.40).

Deste modo, a burguesia moderna exerceu na historiografia um papel revolucionário como também devastador, pois

onde passou a dominar, destruiu as relações feudais, patriarcais e idílicas. Dilacerou sem piedade os laços feudais, tão diferenciados,

que mantinham as pessoas amarradas a seus “superiores naturais”, sem pôr no lugar qualquer outra relação entre os indivíduos que não o interesse nu e cru do pagamento impessoal e insensível “**em dinheiro**”. [...]. Dissolveu a dignidade pessoal no valor de troca e substituiu as muitas liberdades, conquistadas e decretadas, por uma determinada liberdade, **a de comércio**. [...]ela colocou uma exploração aberta, desavergonhada, direta e seca (Marx e Engels, 2008, p.14, grifo nosso).

A burguesia rompeu com os laços que existia antes nas comunidades e transformando as relações sociais em interesse que devem envolver dinheiro e comércio, a liberdade que antes existia, foi transformada numa “nova liberdade” a liberdade do consumo, a do comércio. Como diz Marx e Engels (2008, p.15). a burguesia “despiu de sua auréola todas as atividades veneráveis, até agora consideradas dignas de pudor piedoso. Transformou médico, o jurista, o sacerdote, o poeta e o homem de ciência em trabalhadores assalariados”.

Com essa transformação contínua da produção, ocasionou

O abalo incessante de todo o sistema social, a insegurança e o movimento permanentes distinguem a época burguesa de todas as demais. As relações rígidas e enferrujadas, com suas representações e concepções tradicionais, são dissolvidas, e as mais recentes tornam-se antiquadas antes que se consolidem. Tudo o que era sólido desmancha no ar, tudo o que era sagrado é profanado, e as pessoas são finalmente forçadas a encarar com serenidade sua posição social e suas relações recíprocas (Marx e Engels, 2008, p.15).

Com a transformação da sociedade feudal para a burguesa ocasionou mudanças nas relações sociais entre as pessoas, pois antes existiam uma solidificação das relações e valorização do sagrado, mas com a modernidade essas características foram mudadas, tornando fluidas as relações e o que era sagrado começou a ser profanado e as pessoas que antes trabalhavam em suas terras de forma artesanal, agora tem que aceitar sua posição de proletariado e vender sua mão de obra.

E, com o desenvolvimento da burguesia, do capital, desenvolveu-se também o proletariado, “a classe dos trabalhadores modernos, que só sobrevivem se encontram trabalho, e só encontram trabalho se este incrementa o capital.” Dessa forma, esses trabalhadores, “que são forçados a se vender diariamente, constituem uma mercadoria como outra qualquer, por isso exposta a todas as vicissitudes da concorrência, a todas as turbulências do mercado” (Marx e Engels, 2008, p.21).

No âmbito da produção capitalista que se produzem originalmente as classes e “não é pela capacidade de consumo, mas pela função na produção que os indivíduos passam a pertencer a uma classe social; não é pelo tipo de renda que recebem, mas pelo papel social na produção de riqueza” (Montaño e Duriguetto, 2010, p. 86). Portanto, são por meio desses elementos que são constituídas as classes e que se diferenciam pelo lugar em que estão situados no sistema de produção social.

O entendimento das duas dimensões da constituição de classe: a “classe em si” e a “classe para si” em Marx, contribui para a compreensão de como se constitui essas duas dimensões dentro do movimento social, sendo assim:

A “classe em si” é constituída pela população cuja condição social corresponde com determinado lugar e papel no processo produtivo, e que, independentemente de sua consciência e/ou organização para a luta na defesa de seus interesses, caracterize uma unidade de interesses comuns em oposição aos de outros (Montaño e Duriguetto, 2010, p. 97).

Nesse sentido, Montaño e Duriguetto (2010, p. 97) nos explica que a Classe em Si, “não representa necessariamente um momento ‘imaturado’ da formação das classes, mas uma dimensão da sua constituição e da análise social. “Classe em si” remete à mera existência de uma classe”. Enquanto que a Classe para si assinalar-se outra dimensão aceitável da constituição e da análise da classe. Então, “conforma uma classe para si aquela que, consciente de seus interesses e inimigos, se organiza para a luta na defesa destes” Montaño e Duriguetto (2010, p. 97). Nesse sentido, destacamos que:

[...] “em si” e “para si” representam duas dimensões, na constituição e na análise das classes sociais, e não um “antes e depois” de uma suposta “tomada de consciência”. Condição social (classe em si) e organizada para a luta (classe para si) representam uma relação dialética do desenvolvimento das classes (Montaño e Duriguetto, 2010, p. 97).

Nessa relação dialética do desenvolvimento das classes “em si” e “para si” em um determinado momento histórico pode “coexistir num mesmo momento, em outras caracteriza uma passagem, levando-nos às seguintes determinações da classe: a “consciência” e as “lutas” de classes”. (Montaño e Duriguetto, 2010, p. 98). Nesse sentido, Marx (1977, p. 24) explica que o conjunto das relações de produção:

[...] constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e a qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. *Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência* (Grifo do autor).

Ou seja, sobre a consciência das pessoas Montaño e Duriguetto, (2010, p. 98) nos explica que para Marx a consciência das pessoas, está relacionada “sobre a realidade que faz parte das suas vidas, está determinada pela própria realidade”. Assim, “a consciência é determinada pela realidade social, e ela é condição para sua transformação” (Montaño e Duriguetto, 2010, p. 98). E, nos chama atenção de como se desenvolve a consciência, pois

a mera vivência das pessoas sobre a(s) realidade (s) sociais determina um tipo de consciência, mas esta última pode se desenvolver de diversas formas e níveis, em função do tipo de inserção e apreensão na/da realidade, individual, grupal (Montaño e Duriguetto, 2010, p. 98).

A consciência está relacionada com a realidade social vivenciada pelas pessoas e sendo desenvolvida conforme a inserção e entendimento da realidade sendo ele individual ou grupal. Continuando nossa reflexão sobre consciência na perspectiva de Marx, abordaremos agora sobre a alienação. Conforme Marx o termo alienação se refere basicamente a:

[...]ser alheio, estranho, ou seja, alienação é o processo mediante o qual sujeito e objeto se separam, se tornam alheios, estranhos. No MCP (Modo de Produção Capitalista), a alienação remete à *separação entre o produtor e seu produto*, assim como a alienação da *atividade mesma da produção*. [...], lembremos que o produto do ser social não é apenas a mercadoria, mas também a cultura, a forma de vida, a linguagem, o conhecimento científico, a sociedade, enfim, a história (Montaño e Duriguetto, 2010, p. 102, grifos dos autores).

Nessa compressão de Montaño e Duriguetto (2010) sobre alienação na perceptiva de Marx, o ser social pode ser ausente do seu produto que necessariamente não é somente a mercadoria produzida, mas o conhecimento científico, a cultura, a história entre outros. Podendo, o trabalhador por causa da

alienação não compreendendo “os fundamentos da sociedade capitalista ou dos fenômenos que o rodeiam”. Assim, como consequência, “o sujeito não se reconhece como produtor das coisas, como sujeito da história. (Montaño e Duriguetto, 2010, p. 102).

Dos aspectos constitutivos do ser social damos destaque para a alienação da sua vida intelectual, da sua vida humana, do seu próprio corpo que é transformado em mercado e desse modo, vendido ao capital e a alienação do homem pelo homem. (Marx, 2001). Portanto, “esses processos determinam uma *consciência alienada*, incapaz de compreender criticamente o mundo e de transformá-lo” (Montaño e Duriguetto, 2010, p. 103).

A consciência de classe na concepção de Marx desenvolve-se:

Ao superar a mera percepção imediata e parcial da realidade e a alienada vida cotidiana sob hegemonia do capital, desmitificando a ideologia hegemônica, desenvolve-se uma *consciência humano-genérica*, em que se dá o trânsito de uma consciência-em-si para uma consciência-para-si (Montaño e Duriguetto, 2010, p. 110, grifos dos autores).

Dessa forma, os interesses que antes eram imediatos, individuais, dão lugar aos interesses de classe, procurando “compreender as causas dos fenômenos, numa visão de totalidade.” Conforme Montaño e Duriguetto (2010, p. 110) o “desenvolvimento da ‘consciência de classe’ representa o *máximo de consciência possível*, entendida como o conhecimento científico da realidade e dos fundamentos da vida social”. E, Marx (2005), ao tratar da relevância da teoria crítica ligada a realidade e que objetive a transformação social, afirma que:

[...] é certo que a arma da crítica não pode substituir a crítica das armas, que o poder material tem de ser derrubado pelo poder material, mas a teoria converte-se em força material quando penetra nas massas, [...]. Ser radical é agarrar as coisas pela raiz. Mas, para o homem, a raiz é o próprio homem (Marx, 2005, p. 151).

A teoria crítica deve ser ligada a realidade e que almeje a transformação social e na concepção de Marx ela deve ser radical. De tal modo, “o conhecimento crítico da realidade, que se pretenda orientado para a transformação, deve ser radical, ir às raízes” (Montaño e Duriguetto, 2010, p. 111). Portanto, “a consciência de classe é inseparável das lutas de classes. Ela é condição para uma luta revolucionária, que vá

para além da mera reivindicação pontual [...], elaborando o conhecimento científico dos fundamentos da sociedade que pretende transformar.” (Montaño e Duriguetto, 2010, p. 111). E, para alcançar a consciência de classe pelo proletariado na concepção de Lênin, Lukács, Gramsci e Marx é:

[...] fundamental o desenvolvimento e a incorporação do conhecimento científico do movimento real. A consciência de classe, a ideologia revolucionária, a definição das metas, das táticas e estratégias, e os meios para as lutas de classes, precisam, para esses autores, do papel que cumpre o *intelectual* (orgânico, militante de classe) e o *partido político* (Montaño e Duriguetto, 2010, p. 111, grifos dos autores).

Desse modo, “é com a ação do intelectual que pode difundir-se a ‘consciência de classe’, transformar-se a ‘classe em si’ em ‘classe para si’, construir-se uma ‘ideologia’ do proletariado, definirem-se os objetivos e meios para as lutas de classes.” (Montaño e Duriguetto, 2010, p. 112). E, na ação das lutas de classes houve as mobilizações sociais que posteriormente poderiam se transformar em movimentos sociais.

Com isso, Montaño e Duriguetto (2010, p. 264) apresentam que se deve diferenciar o conceito de movimento social do de mobilização social, pois na sociedade é comumente relacionado esses dois conceitos como único. Deste modo, um “movimento social” caracteriza uma organização, com relativo grau de formalidade e de estabilidade, que não se reduz a uma dada atividade ou mobilização”. Já a mobilização social “remete a uma atividade, que se esgota em si mesma quando concluída” (p. 264). Portanto, a mobilização social “pode ser uma ferramenta do movimento; também uma mobilização pode se desdobrar em outras até formar um movimento; mas em si, mobilização não necessariamente significa uma organização nem constitui um movimento social”.

Nas tensões entre capital e trabalho geraram a luta de classes, sendo assim:

principal motor da história. A classe operária industrial tem primazia no processo de luta social, e o movimento operário desempenha o papel de vanguarda nas transformações sociais. Ele, junto com o partido político e com intelectuais orgânicos à classe operária, teria uma missão na história: transformar a sociedade das desigualdades sociais em outra, sem opressão ou oprimidos (Gohn, 2008. p. 172).

Identificamos que a classe operaria em sua atuação como movimento social teria como foco naquele período histórico de transformar a sociedade, em que estavam vivenciando as contradições sociais do próprio sistema capitalista, em um processo de transformação que não teria oprimidos e nem opressão. E Marx (2005, p. 25) nos explica que:

De tempos em tempos os trabalhadores saem vitoriosos. Mas é um triunfo efêmero. O verdadeiro resultado de suas lutas não é o sucesso imediato, mas a união crescente. Ela é incentivada pela expansão dos meios de comunicação, produzidos pela grande indústria, que colocam os trabalhadores das mais diversas localidades em contato. Basta esta ligação para centralizar as numerosas lutas locais em uma luta nacional, em uma luta de classes. **Toda luta de classes é, contudo, uma luta política.**

Marx destaca que a vitória dos trabalhadores não estava delimitada somente nas conquistas de direitos, pois o sucesso das vitórias estava relacionado na crescente união entre os trabalhadores, ocasionada pela expansão dos meios de comunicação. Desse modo, colocando os trabalhadores em contato em diversas localidades. Portanto, Marx, enfatiza que toda luta de classes é, contudo, uma luta política, pois se está se lutando pelas causas dos proletariados e dessa luta existe um posicionamento político. No entanto, Marx (2008, 26) nos chama atenção para o que pode destruir a organização dos proletários:

Esta organização dos proletários em classe, e com isso em partido político, pode ser destruída em qualquer momento pela concorrência entre os próprios trabalhadores. Porém, ela ressurgue sempre, mais vigorosa, mais firme, mais poderosa. Ela força o reconhecimento dos interesses específicos dos trabalhadores na forma de leis, na medida em que eles se aproveitam das divisões entre os burgueses.

A concorrência entre os trabalhadores pode ocasionar a destruição da organização dos proletariados em classes e continuando, Marx nos alerta para uma atitude corriqueira da burguesia sobre o proletariado. Assim Marx (2008, p. 26) elucida:

A burguesia vive em conflitos permanentes: inicialmente contra a aristocracia; mais tarde, contra segmentos da própria burguesia, cujos interesses passaram a se opor ao progresso da indústria; e sempre contra a burguesia dos demais países. Em todas essas lutas, a

burguesia se vê forçada a apelar para o apoio do proletariado e arrastá-lo para a arena política. Ela mesma, portanto, supre os elementos para a formação política do proletariado, isto é, as armas contra ela mesma.

Desse modo, devemos refletir como essa ação da burguesia ainda está acontecendo nos tempos atuais na classe trabalhadora e dentro dos movimentos sociais. Para assim, criar mecanismo para refrear a ação da burguesia e para que os/as proletariado/as tenham a consciência de classe e não caiam na “armadilha” da burguesia.

E, Gloria Gohn (2008, p. 176) nos explica que Marx não se debruçou em “criar uma teoria específica sobre os movimentos sociais, sobre a classe operária, o Estado.” Mas, “ele desenvolveu um estudo da sociedade capitalista, a partir de sua gênese histórica, e localizou no estudo da mercadoria o ponto de partida para a compreensão de todo o processo de acumulação e desenvolvimento das relações sociais capitalistas” (Gohn, 2008, p. 176). Portanto, mesmo Marx não se preocupando em criar uma teoria específica sobre os movimentos sociais, a partir de seus estudos ele contribuiu para que se conhecesse como se desenvolvem as relações sociais capitalistas e desta forma, contribuindo para que a classe trabalhadora se articulasse para atuarem em prol de uma sociedade emancipadora sem desigualdade social, econômica e política.

Para Gohn (2008, p. 176) “o desenrolar das relações capitalistas no interior das unidades produtivas levou à reflexão sobre uma categoria que se tornará central no estudo do movimento social da classe operária e da própria burguesia: a práxis social”. Assim, na obra de Marx a práxis “está presente como elemento fundamental de transformação da sociedade e da natureza pela ação dos homens.” (Gohn, 2008, p. 176). Assim a autora Gohn (2008) aborda a definição de alguns conceitos de práxis entre eles a: práxis significativa, a práxis teórica e a práxis política.

[...] A práxis significativa refere-se à práxis transformadora do social, que se realiza em conexão com a atividade teórica, por meio da atividade produtiva e/ou da atividade política. No campo da produção teórica, o conceito de práxis é fundamental no marxismo, como articulador da teoria à prática. A práxis teórica é aquela que possibilita a crítica, a interpretação e a elaboração de projetos de transformação significativos. A práxis como fruto da atividade produtiva é a mais importante do mundo social. Ela tem como base fundamental o mundo do trabalho. A práxis política surge como articulação entre a práxis teórica e a práxis produtiva propriamente dita, mediada pelas

condições estruturais de desenvolvimento do processo social (Gohn, 2008, p. 176).

Sobre os estudos dos movimentos sociais e a práxis, a autora Gohn (2008, p. 173) afirma que “devemos reconhecer que o marxismo, aplicado ao estudo dos movimentos sociais operários e não-operários, não é apenas uma teoria explicativa, mas é também uma teoria orientadora para os próprios movimentos.” À vista disto, “muitas vezes suas análises se assemelham a um guia de ação, porque estão voltadas não apenas para o entendimento analítico dos problemas envolvidos, mas refletindo a prática que se tornará práxis histórica” (Gohn, 2008, p. 173). Logo, nas teorias marxistas sobre os movimentos sociais utiliza-se a problemática das classes sociais para refletir sobre a origem dos participantes, as pautas de reivindicação do movimento, e qual programa ideológico fundamenta suas ações (Gohn, 2008).

E conforme o autor Ilse Scherer-Warren (1987) Marx contribuiu para a análise dos movimentos sociais, assim ele explica:

[...] ‘Marx foi um dos mais importantes criadores de um projeto de transformação radical da estrutura social, projeto este de superação das condições de opressão de classe. Para sua realização, além do amadurecimento de condições estruturais propícias, exige-se também uma práxis revolucionária das classes exploradas. A efetivação desta práxis, porém, requer a formação da consciência de classe e de uma ideologia autônoma de forma organizada, para as quais sugere o partido de classe’. Exemplificando, a partir de citações da própria obra de Marx, Scherer-Warren conclui: ‘A manifestação de interesses comuns e a realização dos que vivem sob as mesmas condições de exploração criam a possibilidade de uma consciência de classe. Quando as classes conscientes geram um movimento social e uma organização de classe, desenvolvem uma ideologia própria de classe’ (Scherer-Warren, 1987, p. 37 Apud Gohn, 2008, p. 177).

De acordo com este autor, Marx criou um projeto de superação das condições de opressão de classe e para a eliminação da opressão necessitava de uma práxis revolucionária das classes exploradas, mas para isso era necessário uma formação de consciência de classe entre os trabalhadores. E seguindo esse raciocínio as autoras Abramides e Duriguetto (2014, p. 304), mencionam que os profissionais e os movimentos sociais que atuam tendo como referencial teórico-político o pensamento crítico marxista, ao se dispensarem do debate racial no contexto social correm o risco de:

[...] contribuir com a manutenção de relações discriminatórias e de ampliação das desigualdades sociais em decorrência do racismo e suas múltiplas expressões na realidade brasileira; [...], de deixar brecha para que outros referenciais teóricos-políticos, de cunho conservador ou pós-moderno, apropriem-se dessa discussão e ocupem grande dos recursos político-pedagógicos (referencial bibliográfico, atividades de extensão e de pesquisa etc.) utilizados como instrumentos de formação.

E contribuindo com essa discussão Duriguetto e Montañó (2010, p. 132) complementam dizendo que:

A luta anticapitalista não deve caminhar separada da luta contra o machismo e a desigualdade social, contra o racismo e a desigualdade racial e étnica, contra as diversas formas de segregação, desigualdade e preconceito. Ela deve reunir todos estes campos de batalha, orientados no curto prazo contra a forma específica de desigualdade (para a emancipação política específica), e, no longo prazo contra a ordem burguesa, a sociedade de classes (para a emancipação humana).

É assunto fundamental para toda a sociedade ter acesso e conhecimento sobre a importância histórica dos movimentos de resistência negra, no processo de construção da identidade e formação social brasileira, somando com a luta empreendidas por outros segmentos sociais. Nesse sentido, Sambara Ribeiro (2014, p.117) nos explica que ao:

Incorporar a diversidade humana no enfrentamento das opressões sociais não significa suprimir a compreensão da realidade social pautada nas contradições da totalidade histórica. Implica, sobretudo, alargar o conhecimento na perspectiva de apreensão do ser social em sua materialidade.

A articulação da sociedade civil, das/dos intelectuais e dos movimentos sociais com o foco no fortalecimento das lutas populares no campo e na cidade em defesa de direitos para que sejam efetivadas e ampliadas é “uma importante estratégia política como mediação necessária à construção de um projeto de ruptura com a ordem social vigente e de construção de uma nova ordem societária” (Rocha, 2014, p. 303).

Na linha de pensamento social crítica marxista da realidade podemos constatar na sociedade, a articulação da sociedade civil, os movimentos sociais, os movimentos negro, o movimento das mulheres negras, intelectuais e profissionais de diversas áreas se colocando firmemente contra a ofensiva do capital, contra o neoliberalismo

e na defesa e ampliação dos direitos sociais historicamente conquistados e se contrapondo a criminalização e à repressão às lutas sociais, sob a anuência do Estado capitalista de dominação. Dessa forma,

[...]o pensamento social crítico, de inspiração marxista, na atual conjuntura responde pela possibilidade de interlocução com outras áreas do saber e do conhecimento, com os objetivos das lutas sociais e com a instrumentalização de pautas reivindicatórias, através de análises teóricas e de conjuntura e de formulação de propostas e políticas (Elizabeth Mota, 2014, p, 27).

Na formação social brasileira por um longo período foi deixado de lado as discussões sobre a história das populações negras e indígenas, caracterizando que a questão étnico-racial é um elemento estruturante das relações sociais brasileiras. O intelectual Octavio Ianni (2004, p. 152) nos informa que ao realizarmos o estudo sobre a história do Brasil, a um silenciamento sobre os problemas raciais na sociedade brasileira. Diante dessa constatação, o pesquisador nos diz que:

São relativamente poucas as contribuições sobre as condições sociais, econômicas, políticas e culturais do negro, índio e outras etnias discriminadas [...] sem esquecer a situação da mulher, particularmente quando vista também em sua condição étnica. É como se grande parte do pensamento brasileiro estivesse em estado de amnésia, não só com relação aos séculos de escravismo, mas também no que se refere às graves desigualdades sociais, étnicas, de gênero e regionais que constituem o Brasil.

Portanto, Sâmbara Ribeiro (2014, p 106) nos apresenta que:

A teoria marxiana, tal como o positivismo, é uma grandiosa representação da razão moderna. Porém, Marx, contrariamente a Comte, desenvolve uma análise da sociedade burguesa que revela os componentes destrutivos dessa forma social e aponta para a necessidade da sua superação pela via de um processo revolucionário. A investigação em torno do modo de produção capitalista constitui uma explicação acerca da vida social dessecando a maneira como os homens produzem e reproduzem a própria existência a partir do trabalho. **Para ele, o conhecimento não se constitui apenas como ferramenta de compreensão do mundo, mas, sobretudo, como instrumento de transformação social. (Grifo nosso).**

A partir do próximo capítulo poderemos estudar como o movimento negro em suas diversas formas de organização, utilizaram de seus conhecimentos para

compreenderem o mundo e da ação dialética utilizaram os novos conhecimentos para a transformação social e no decorrer dos capítulos veremos como essas ações nos alcançaram até os tempos atuais.

#### **4.2 Breve contexto histórico e social das instituições negras e do Movimento Negro no Brasil em busca da cidadania plena**

Nesse capítulo iremos fazer uma linha histórica das entidades negra de massa e os principais Movimento Negro brasileiro a partir do olhar crítico e reflexivo das intelectuais negras e dos intelectuais negros que participaram e participam ativamente na luta contra o racismo e por políticas públicas com o recorte racial. No entanto, para essa pesquisa não daremos conta de explicar e apresentar todas entidades negras de massa e dos Movimento Negro com expressiva atuação política e social em nossa sociedade, mas traremos para análise a reflexão de alguns movimentos negros que se destacaram no cenário nacional pelo seu engajamento político e cultural.

A noção de democracia racial, desenvolvida por Gilberto Freyre nos anos 1930, constituiu que “negros são cidadãos como quaisquer outros e, como tais, não estão sujeitos a preconceitos ou discriminação”. Dessa forma, predominando que na “democracia racial” brasileira é o *preconceito de não ter preconceito*.” (Gonzalez, 2020, p. 168).

Indo de contraponto a essa afirmativa de Freyre (1930), Florestan Fernandes (1964), menciona que a elite branca, os senhores de engenho:

Habitados a lidar com as tensões raciais num mundo social em que elas continham temível poder explosivo e, por isso, precisavam ser reprimidas sem contemplação, os membros das elites tendiam a manter, diante dos problemas da “população de cor” atitudes rígidas, incompreensivas e autoritárias. Agiam como se ainda vivessem no passado, mostrando-se propensos a exagerar os riscos potenciais de uma franca liberalização das garantias sociais aos “negros” e a robustecer velhas formas de dissuasão dos “pruridos de gente”, a que eles tivessem, porventura, ânimo de aderir. Em particular, não viam com bons olhos as agitações em torno do “problema negro” que eclodiram esparsa e desordenadamente aqui e ali, como se elas ocultassem os germes de uma inquietação social suscetível de se converter, com o tempo, em conflito racial.

E, Fernandes (1964, p. 309) complementa dizendo que “na ânsia de prevenir tensões raciais hipotéticas e de assegurar uma via eficaz para a integração gradativa

da “população de cor,” Eles fecharam “todas as portas que poderiam colocar o negro e o mulato na área dos benefícios diretos do processo de democratização dos direitos e garantias sociais.” Portanto, é “patente a lógica desse histórico de *justiça social*. Em nome de uma igualdade perfeita no futuro, acorrentava-se o “homem de cor” aos grilhões invisíveis de seu passado, a uma condição subhumana de existência e a uma disfarçada servidão eterna” (Fernandes, 1964, p. 309). Por isso, da ideia de que:

[...] o padrão brasileiro de relações entre “brancos” e “negros” se conformava aos fundamentos ético-jurídico do regime republicano vigente. Engendrou-se, assim um dos grandes mitos de nossos tempos: o mito da “democracia racial brasileira”. Admita-se, de passagem, que esse mito não nasceu de um momento para outro. Ele germinou longamente, aparecendo em todas as avaliações que pintavam o jugo escravo como contendo “muito pouco fel” e sendo suave, doce e cristãmente humana (Fernandes, 1964, p. 309).

Foi apresentado na obra de Gilberto Freyre “*Casa Grande & senzala*” que no Brasil existia a democracia racial entre brancos e negros ao dizer que tinham as mesmas condições sociais e jurídicas, mas Florestan Fernandes em seu livro “*A Integração do negro na sociedade de classe*” vem para contrapor essa ideia impregnada na sociedade brasileira e mostrar que realmente existia era o mito da “democracia racial” mostrando que a realidade entre brancos e pretos era diferente e que as pessoas de cor continuavam a ser excluídas socialmente, e mesmo após a abolição o processo de exclusão continuo e se intensificou com a criação de políticas públicas direcionada para essa população.

Na comemoração dos 100 anos da abolição, em 1988, Gonzalez (2020) explana que para o Movimento Negro as celebrações espalhadas por todo o território nacional representavam o momento de mais reflexão do que de comemoração.

Reflexão porque o texto da lei de 13 de maio de 1988 (conhecida como Lei Áurea) simplesmente declarou a escravidão extinta, revogando todas as disposições contrárias e ... nada mais. Para nós, homens e mulheres negros, nossa luta pela libertação começou muito antes desse ato de formalidade legal e continua até hoje. Nosso compromisso, portanto, é no sentido de que, ao refletir sobre a situação do segmento negro como parte constitutiva da sociedade brasileira (ocupando todos os espaços possíveis para que isso ocorra), ela possa olhar para si e reconhecer, em suas contradições internas, as profundas desigualdades raciais que a caracterizam (Gonzalez, 2020, p. 139).

O Movimento Negro teve e continua a ter “um papel extremamente relevante na luta antirracista em nosso país, inclusive sensibilizando setores não negros, e buscou mobilizar diferentes grupos da comunidade afro-brasileira para uma discussão sobre o racismo e suas práticas” (Gonzalez, 2020, p. 161). Lélia Gonzales ao apresenta a importância do movimento negro, ressalta que:

Quando falamos sobre o movimento negro, estamos nos referindo a um complexo de organizações e instituições herdeiras de um longo processo histórico de resistência pan-africanista e de luta por libertação da comunidade afro-brasileira, sujeita a condições extremas de exploração econômica e opressão racial. E devido ao fato de enfrentarem o racismo e suas práticas elas levam às últimas consequências o processo de desmascarar a lógica da dominação capitalista. Por esse motivo, o movimento negro tem um potencial revolucionário muito mais rico do que outros movimentos semelhantes que também se propõem lutar por uma sociedade justa e igualitária (Gonzalez, 2020, p. 71).

E continuando nessa reflexão sobre a relevância do Movimento Negro, Lélia Gonzalez e o Carlos Hasenbalg (1982, p. 18) mencionam que:

[...]falar do Movimento Negro implica no tratamento de um tema cuja complexidade, dada a multiplicidade de suas variantes, não permite uma visão unitária. Afinal, nós negros, não constituímos um bloco monolítico, de características rígidas pelos povos africanos que para cá vieram (iorubas ou nagôs, daomeanos, malês ou muçulmanos, angolanos, congolezes, ganenses, moçambicanos etc.), apensar da redução à “igualdade”, imposta pela escravidão, já nos levam a pensar em diversidade.

Lélia Gonzalez e Carlos Hasenbalg (1982) nos mostram que ao se tratar sobre o Movimento Negro brasileiro é relevante pensar sobre a sua complexidade, pois a gênese da sociedade brasileira é formada por diferentes povos oriundos do continente africano e com eles trouxeram suas culturas, linguagens e seus conhecimentos. E por isso, não é para termos uma visão unitária do Movimento Negro, mas sim pensar nas suas diversidades.

Lélia Gonzalez e Carlos Hasenbalg (1982, p. 19) nos fazem uma provocação ao perguntar se dá para falar do Movimento Negro diante da sua diversidade, e nos respondem dizendo que:

É claro que, [...], não dá. Como não daria pra falar do Movimento de Mulheres, por exemplo. No entanto, a gente fala. Exatamente porque está apontando para aquilo que os diferencia de todos os outros movimentos; ou seja, a sua especificidade. [...], cuja especificidade é o significante *negro*. (grifo da autora e autor)

Após a abolição “o negro buscou organizar-se em associações que nós, de um modo geral, nos habituamos a chamar de *entidades*” (Gonzalez e Hasenbalg, 1982, p. 21). E em relação do tipo de prática desenvolvida “podemos considerá-las como entidades negras *recreativas*, com ‘perspectivas e anseios ideológicos elitistas’, e *culturais de massa* (afoxés, cordões, maracatus, ranchos e, posteriormente, blocos e escolas de samba). (Gonzalez e Hasenbalg, 1982, p. 21). Portanto, pelas entidades culturais de massa conseguirem ajuntar um quantitativo bastante expressivo de pessoas, Gonzalez e Hasenbalg (1982, p. 21) afirmam que “justamente por mobilizarem as massas, a nosso ver, sempre foram objeto de grande controle por parte das ‘autoridades’”.

Os autores Gonzalez e Hasenbalg (1982, p. 22) destaca que “as entidades culturais de massa têm sido de grande importância na medida em que, ao transarem o cultural, possibilitaram ao mesmo tempo o exercício de uma prática política, preparadora do advento dos movimentos negros de caráter ideológico.” Assim, essas entidades culturais transitam no âmbito cultural fazendo uma articulação com o exercício de uma prática política.

A partir desse momento buscaremos traçar uma linha histórica das principais entidades negras de massa, dos Movimentos Negros em sua atuação em busca da cidadania e apresentando os principais fatos históricos para a população negra durante um século (1888-1988).

**QUADRO 3** - Cronologia de fatos históricos relevantes para a população negra no decorrer de um século 1888-1988

ANO	EVENTO	DESCRIÇÃO
Séc XVI	Quilombismo	

1888	Lei Áurea – Lei nº 3.353	A lei concedeu liberdade total as pessoas escravizadas que ainda existiam no Brasil, abolindo a escravidão no país.
1888	<i>Isabelismo</i>	Liderado por José do Patrocínio, os ex-escravizados reivindicavam a proteção da princesa Isabel, por acreditarem que ela os tinham os libertados da escravidão num ato de bondade.
1888	<i>Guarda negra</i>	Liderado por José do Patrocínio e era composto por Ex-escravizados, capoeiras e marginais.
1889	Proclamação da República	Marcou o fim do regime monárquico e a instauração da república no Brasil
1891	A Constituição Federal de 1891	Promulgação da Constituição Federal de 1891 no Brasil República
1910	<i>A Revolta da Chibata</i>	Liderado pelo marinheiro João Cândido, contra os espancamentos sofridos pelos marinheiros negros.
1931	Frente Negra Brasileira (FNB)	Surge a Frente Negra Brasileira (FNB) exigindo a igualdade de direitos e a participação dos negros na sociedade brasileira, sob a liderança de Arlindo Veiga dos Santos, José Correia Leite e de outros.
1934	A Constituição Federal de 1934	Promulgação da Constituição Federal de 1934, segunda república, presidido por Getúlio Vargas
1936	A associação das empregadas domésticas do Brasil	Surge a primeira associação das empregadas domésticas do Brasil, com a liderança de Laudelina de Campos Melo.
1937	Extinção da Frente Negra Brasileira (FNB)	A Frente Negra Brasileira (FNB) é extinta pelo governo Vargas.
1937	A Constituição Federal de 1937	Promulgação da Constituição Federal de 1937, no Estado Novo, presidido por Getúlio Vargas
1944	Teatro Experimental do Negro (TEN)	Fundação do Teatro Experimental do Negro (TEN) no Rio de Janeiro, sob a liderança de Abdias do Nascimento.
1946	A Constituição Federal de 1946	Promulgação da Constituição Federal de 1946, presidido por Eurico Gaspar Dutra
1950	O Conselho Nacional das Mulheres Negras.	Surge, dentro do Teatro Experimental do Negro, o Conselho Nacional das Mulheres Negras.

1950	A UNESCO - pesquisas sobre a questão racial no Brasil	A UNESCO coordena um conjunto de pesquisas sobre a questão racial no Brasil com investigadores nacionais de diferentes partes do País.
1951	O Renascença Clube	É fundado o Renascença Clube, espaço de sociabilidade negra que merge contra o preconceito racial no Rio de Janeiro.
1951	A Lei nº 1.390/1951 - Lei Afonso Arinos	É promulgada a Lei nº 1.390/1951, conhecida como Lei Afonso Arinos, que tornou a prática do preconceito de cor ou racial contravenção penal, sujeita a prisão ou pagamento de fiança.
1952	O livro <i>Pele negra, máscaras brancas</i> . Frantz Fanon	Frantz Fanon publica, na França, <i>Pele negra, máscaras brancas</i> .
1964	O livro <i>a integração do negro na sociedade de classes</i> . Florestan Fernandes	Florestan Fernandes publica o livro <i>a integração do negro na sociedade de classes</i> .
1967	A Constituição Federal de 1967	Promulgação da Constituição Federal de 1967, Regime Militar, presidido por Artur Costa e Silva
1971	Grupo Palmares	Criação do Grupo Palmares no Rio Grande do Sul, cujos fundadores idealizaram a proposta de tornar o 20 de novembro o Dia Nacional da Consciência Negra.
1973	O Centro de Estudos Afro-Asiáticos na Universidade Candido Mendes	Inauguração do Centro de Estudos Afro-Asiáticos na Universidade Candido Mendes, no Rio de Janeiro.
1975	Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN).	Criação do Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN), patrocinado pela Fundação Ford.
1975	O jornal <i>Versus</i>	Início da circulação do jornal <i>Versus</i> , cujo núcleo negro formará a coluna "Afro-Latino-América", fundamental para a construção do Movimento Negro Unificado (MNU).
1977	O I Congresso de Cultura Negra das Américas	Acontece o I Congresso de Cultura Negra das Américas, em Cali, na Colômbia.
1978	O Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial (MNU)	Ato inaugural do Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial nas escadarias do Theatro Municipal de São Paulo
1979	O livro <i>Discriminação e desigualdades raciais</i> . Carlos Hasenbalg	A publicação do Livro <i>Discriminação e desigualdades raciais</i> do pesquisador argentino Carlos Hasenbalg.

1981	O livro <i>Mulher, raça e classe</i> . Angela Davis	A pesquisadora e ativista norte-americana Angela Davis publica o livro <i>Mulher, raça e classe</i> .
1982	O livro <i>Lugar de Negro</i> . Lélia Gonzales e Carlos Hasenbalg	Lélia Gonzales e Carlos Hasenbalg publicam o livro <i>Lugar de Negro</i> .
1983	O Coletivo de Mulheres Negras – Nzinga-	Nasce o Coletivo de Mulheres Negras – Nzinga- no Rio de Janeiro, tendo como uma das fundadoras Lélia Gonzales.
1987	Assembleia Nacional Constituinte	Processo histórico da elaboração do Texto Constitucional
1988	Centenário da Abolição da escravidão no Brasil.	
1988	a Constituição Federal de 1988	Promulgação da Constituição Federal de 1988, a Constituição Cidadã, presidido por José Sarney.
1988	A Constituição Federal de 1988, Art. 5, inciso XLII	A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão nos termos da lei.
1988	A constituição Federal de 1988, Art. 215:	A constituição Federal de 1988, Art. 215: Define a importância da cultura afrodescendente para a formação cultural do povo brasileiro.
1988	I Encontro Nacional de Mulheres Negras	Acontece o I Encontro Nacional de Mulheres Negras em Valença, Rio de Janeiro.
1988	Fundação Palmares	Criação da Fundação Palmares, vinculada ao Ministério da Cultura.

FONTE: Elaboração da autora (2023)

No quadro 3, apresentamos de forma didática os principais marcos históricos da população negra, entidades negras de massa e Movimentos Negros que marcaram presença na história pela sua ação expressiva na luta por uma sociedade antirracista atuando em diferentes espaços da sociedade. A partir desse momento traremos para a discussão reflexiva crítica alguns dos principais movimentos negros que tiveram seu protagonismo na luta racial no Brasil: A Imprensa Negra; Frente Negra Brasileira; O Teatro Experimental do Negro e o Movimento Negro Unificado.

A população negra paulista, “sentindo a necessidade de um movimento de identidade étnica, e enfrentando as barreiras de uma imprensa *branca* (Grande Imprensa) impermeável aos anseios da comunidade” (Moura, 1992, p. 70). Fundaram

uma imprensa alternativa, “na qual os seus desejos, as denúncias contra o racismo, bem como a sua vida associativa, cultural e social se refletissem” (Moura, 1992, p. 70).

A Imprensa Negra Paulista na perspectiva de Nilma Lino Gomes (2017), “pode ser considerada como produtora de saberes emancipatórios sobre a raça e as condições de vida da população negra”, pois em seus jornais abordavam temáticas raciais que envolvia a população negra que estavam em pauta na sociedade brasileira, alguns dos jornais que circularam à época dos primeiros anos do século XX até meados dos anos 1960 foram:

*A rua e O Xaute*, 1916; *O Alfinete*, 1918; *O bandeirante*, 1919; *A Liberdade*, 1919; *A sentinela*, 1920; *O Kosmos*, 1922; *O Gertulio*, 1923; *O Clarim da Alvorada e Elite*, 1924; *Auriverde*, *O Patrocínio e O Progresso*, 1928; *Chibata*, 1932; *A Evolução e A voz da Raça*, 1933; *O Clarim*, 1936; *O estímulo*, *A raça e Tribuna Negra*, 1935; *A Alvorada*, 1936; *Senzala*, 1946; *Mundo Novo*, 1950; *O Novo Horizonte*, 1954; *Notícias de Ébano*, 1957; *O Mutirão*, 1958; *Hífen e Niger*, 1960; *Nosso Jornal*, 1961; e *Correio d'Ébano*, 1963 (Moura, 1992, p. 70).

Os jornais publicados pela Imprensa Negra “tinham um papel educativo, informavam e politizavam a população negra sobre os seus próprios destinos rumo à construção de sua integração na sociedade da época” (Gomes, 2017, p. 29). Portanto, o jornal rompeu com o imaginário racista da sociedade, pautado no racismo científico, na qual “atribuía à população negra o lugar de inferioridade intelectual” (Gomes, 2017, p. 29).

Nesse sentido, conforme Moura (1992, p. 70) esses jornais:

[...] serviram de veículo organizacional dos negros. As discussões que se travam nas suas páginas, a colocação permanente de problemas específicos da comunidade, as denúncias contra o racismo e a violência através de fatos concretos, tudo isso levou a que os negros de São Paulo fundassem o maior movimento político negro no Brasil: **A Frente Negra Brasileira**. (Grifo do autor)

A Frente Negra Brasileira - FNB tem a sua gênese em São Paulo, em 1931, sendo uma associação com caráter política, informativa, recreativa e beneficente. Conforme Gonzales e Hasenbalg (1982, p. 23) a Frente Negra Brasileira “é um marco dos mais importantes do projeto de organização política do negro brasileiro”. E a autora Gomes (2017, p.30) menciona que a FNB pode também ser considerada como

“uma articuladora, sistematizadora de saberes emancipatórios, principalmente os políticos, sobre a realidade dos negros brasileiros da época.” Portanto, a FNB era composta por:

[...] vários departamentos, promovia a educação e o entretenimento de seus membros, além de criar escolas e cursos de alfabetização de crianças, jovens e adultos. Visava, também, a integração dos negros na vida social, política e cultural, denunciando as formas de discriminação racial existentes na sociedade brasileira daquele período (Gomes, 2017, p. 30).

Na concepção de Gonzalez e Hasenbalg (1982) as entidades negras recreativas e culturais de massa remetem-se para dois tipos de escolha o “assimilacionismo e a prática cultural. Nesse sentido, a Frente Negra Brasileira (1931-1938) foi o grande primeiro movimento ideológico pós-abolição a buscar

[...] sintetizar ambas as práticas, na medida em que atraiu os dois tipos de entidade para o seu seio. Por aí, dá pra entender também o sucesso de sua mobilização. Afinal, ela conseguiu trazer milhares de negros para os seus quadros. Precedida pelo trabalho de uma imprensa negra cada vez mais militante, a FNB surgiu exatamente no grande centro econômico do país que era e é São Paulo. [...], estendendo-se para outras cidades do interior. Com isso estamos querendo ressaltar o seu caráter eminentemente urbano, uma vez que é o negro da cidade que, mais exposto às pressões do sistema dominante, aprofunda sua consciência racial (Gonzalez e Hasenbalg, 1982, p. 22-23).

Por São Paulo ter essas características de ser um grande centro comercial deu início ao “processo de integração do negro na sociedade capitalista, sobretudo nos anos trinta, quando a imigração européia é interrompida pelo governo Vargas” (Gonzales e Hasenbalg, 1982, p. 23). E com isso, “as entidades culturais, organizadas no mesmo estilo das recreativas, [...] se propõem a um melhor conhecimento ou a uma prática cultural mais politizada” (Gonzalez e Hasenbalg, 1982, p. 23-24).

A criação da Frente Negra Brasileira, que além de serem movimento negro se organizavam como partido político e desse modo, contribuindo para o fortalecimento da resistência da população negra em suas lutas para a conquista da cidadania plena, a começar pelo direito à educação. Porém, devido ao decreto que colocava na ilegalidade todos os partidos políticos assinada por Getúlio Vargas e em decorrência desse decreto o partido da FNB que começou em 1936, em 1937 foi extinto.

O Teatro Experimental do Negro - TEN (1944-1968), fundado por Abdias Nascimento. “Nasceu para contestar a discriminação racial, formar atores e dramaturgos negros e resgatar a herança africana na sua expressão brasileira” (Gomes, 2017, p.30). Nas palavras de Abdias Nascimento o Teatro Experimental do Negro:

[...]surgiu, em 1944, no Rio de Janeiro, O Teatro Experimental do Negro, ou TEN, que se propunha a resgatar, no Brasil, os valores da pessoa humana e da cultura negro-africana, degradados e negados por uma sociedade dominante que, desde os tempos da colônia, portava a bagagem mental de sua formação metropolitana européia, imbuída de conceitos pseudo-científicos sobre a inferioridade da raça negra. Propunha-se o TEN **a trabalhar pela valorização social do negro no Brasil, através da educação, da cultura e da arte** (Nascimento, 2004, p. 210, grifos nossos).

Abdias (2007, p. 210) diz “constatei, aos primeiros anúncios da criação deste movimento, que sua própria denominação surgia em nosso meio como um fermento revolucionário” e continua dizendo de forma provocativa que “era previsível, aliás, esse destino polêmico do TEN, numa sociedade que há séculos tentava esconder o sol da verdadeira prática do racismo e da discriminação racial com a peneira furada do mito da ‘democracia racial’”. Abdias Nascimento (2004, p; 211) explica sobre a árdua tarefa do Teatro Experimental do Negro, pois,

Teríamos que agir urgentemente em duas frentes: promover, de um lado, a denúncia dos equívocos e da alienação dos chamados estudos afro-brasileiros, e fazer com que o próprio negro tomasse consciência da situação objetiva em que se achava inserido. Tarefa difícil, quase sobre-humana, se não esquecermos a escravidão espiritual, cultural, socioeconômica e política em que foi mantido antes e depois de 1888, quando teoricamente se libertara da servidão.

O TEN teve uma função educadora, de valorização da população negra, informativa e emancipadora ao alfabetizar:

[...] seus primeiros participantes, recrutando entre operários, empregados domésticos, favelados sem profissão definida, modestos funcionários públicos, - e oferecia-lhes uma nova atitude, um critério próprio que os habilitava também a ver, enxergar o espaço ocupava o grupo afro-brasileiro no contexto nacional (Nascimento, 2004, p. 211).

Como podemos observar a educação está sempre presente nas ações da população negra e assim não foi diferente no TEN, ofertaram o curso de alfabetização do TEN que cerca de seiscentas pessoas se inscreveram, curso básico de iniciação à cultura geral e o curso de primeiras noções de teatro e interpretação. Desse modo, no processo de alfabetização dos seus participantes e na construção do conhecimento por meio do Jornal *Quilombo* e na socialização desses saberes e também em forma de crítica para a sociedade mostrando a realidade e a pauta de luta da população negra brasileira (Nascimento, 2004). Assim, havia a

[...]reivindicação do ensino gratuito para todas as crianças brasileiras, a admissão subvencionada de estudantes negros nas instituições de ensino secundário e universitário – onde esse segmento étnico-racial não entrava devido à imbricação entre discriminação racial e pobreza -, o combate ao racismo com base em medidas culturais e de ensino e o esclarecimento de uma imagem positiva do negro ao longo da história (Gomes, 2017, p.31).

Esses eram pontos importantes no programa educacional do TEN como agente de ação social e de transformação social entre a população negra para que de forma cultural e educacional levasse a população brasileira por meio da arte a conscientização da sua realidade e reivindicar por direitos negados. Por isso,

o TEN visava a estabelecer o teatro, espelho e resumo da peripécia existencial humana, como um fórum de idéias, detalhes, propostas, e ação visando à transformação das estruturas de dominação, opressão e exploração raciais implícitas na sociedade brasileira dominante, nos campos de sua cultura, econômica, educação, política, meios de comunicação, justiça, administração pública, empresas particulares, vida social, e assim por diante. Um teatro que ajudasse a construir um Brasil melhor, efetivamente justo e democrático, onde todas as raças e culturas fossem respeitadas em suas diferenças, mas iguais em direitos e oportunidades (NASCIMENTO, 2004, p. 221).

Nesse sentido, o Teatro Experimental do Negro tinha como propósito “combater o racismo, que em nenhum outro aspecto da vida brasileira revela tão ostensivamente sua impostura como no teatro, na televisão e no sistema educativo, verdadeiros bastiões da discriminação racial à moda brasileira” (Nascimento, 2004, p.221). Então, o período que se estendeu entre 1945 a 1948 caracterizou-se, “pela intensificação das agitações intelectuais e políticas [das] entidades que, agora, tratavam da redefinição

e implementação definitiva das reivindicações da comunidade negra.” Conforme Gonzalez e Hasenbalg (1982, p. 24). Nesse sentido,

O Teatro Experimental do Negro (TEN), no Rio de Janeiro, foi a mais alta expressão desse tipo de entidade. Sua posição crítica em face do racismo e suas práticas, seu trabalho concreto de alfabetização, informação, formação de atores e criação de peças que apontam para a questão racial, significou um grande avanço no processo de organização da comunidade. O TEN inaugurou um importante processo que se estenderia pelos anos sessenta [...] (apesar do auto-exílio do seu fundador Abdias do Nascimento, nos Estados Unidos, a partir de 1968). Estamos falando do teatro negro que, nos anos setenta, por exemplo, teve no Grupo Evolução de Campinas uma das suas expressões mais qualificadas, no sentido de efetuar um trabalho cultural numa perspectiva política. (Gonzalez e Hasenbalg, 1982, p. 24).

Nesse contexto de transformação social e cultural da população negra por meio do Teatro experimental do Negro expressa também a renovação do teatro brasileiro pela inclusão de atores e atrizes negras e de peças que abordam a realidade desse contingente populacional e “ao lado do teatro negro, a poesia também foi uma das mais vigorosas expressões das elites negras daquela fase que, sem perda de continuidade, marcou as novas gerações” (Gonzales e Hasenbalg, 1982, p. 25).

No tocante as contribuições das entidades culturais e das entidades negras de massas, Gonzalez e Hasenbalg (1982, p. 24) ressaltam que:

Além da contribuição das entidades culturais, vale ressaltar que as entidades negras de massa, apesar de todas as tentativas de manipulação por parte do Estado Novo, continuaram seu projeto de resistência cultural. E se nos remetemos às escolas de samba, por exemplo, constatamos que sua produção não deixava de expressar a resposta crítica da comunidade negra em face dos dominadores.

As entidades culturais e as entidades negras de massa no século XX tiveram uma expressiva ação por meio da arte contra o racismo e de denunciar as violências e violações de direitos vivenciados pelas pessoas negras, com isso se tornando também um ato político.

O Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial (MNUCDR) surgiu a partir da Frente Negra Brasileira (FNB) e do Teatro Experimental do Negro (TEN), mas em decorrência do período do seu surgimento apresentou característica que o

diferencia de seus predecessores. Porque o FNB e o TEN se preocupavam “principalmente com os problemas da integração racial. O MNU combina problemas de raça e classe como foco de sua preocupação” (Gonzalez, 2020, p. 113).

Lélia Gonzalez apresenta que foi por causa de dois acontecimentos de práticas de racismo que ocasionou a criação do MNUCDR:

A tortura e o assassinato de um operário negro, Robson Silveira da Luz, por policiais do 44º Distrito Policial, de Guaianazes, na noite de 28 de abril de 1978 (“Eles me privaram da dignidade”, repetiu Robson em seu leito de morte), e a exclusão de quatro negros adolescentes negros do time de vôlei do Clube Tietê por causa de sua cor (divulgada pela Imprensa de São Paulo em 17 de maio de 1978). Um atleta negro contatou membros das organizações negras de São Paulo para manifestar sua raiva e exigir que se fizesse alguma coisa. Seguiram-se reuniões para discutir que ação tomar e como. Em 16 de junho o MNUCDR foi criado na sede do Centro de Cultura e Arte Negra (Cecan) (Gonzalez, 2020, p. 116).

Após esses atos de violência contra pessoas negras O Movimento Negro Unificado surge na sociedade e se define como:

Um movimento político de reivindicação sem distinção de raça, sexo, educação, crença política ou religiosa, e sem fins lucrativos. Seu objetivo é a mobilização e organização da população negra brasileira em sua luta pela emancipação política, social, econômica e cultural, que tem sido obstada pelo preconceito racial e suas práticas. Ao mesmo tempo, o MNU também se propõe denunciar as diferentes formas de opressão e exploração do povo brasileiro como um todo. Tendo como ponto de partida seu programa de ação, tentar articular os problemas específicos dos negros com os problemas gerais do povo brasileiro (Gonzalez, 2020, p. 119).

Nas assembleias nacionais que aconteceu no Rio de Janeiro e em Salvador, apresentavam como pautas em relação à discriminação racial ou à divisão racial do trabalho, “as questões do desemprego ou do subemprego, a criação de creches ou a melhoria das condições de moradia nas cidades e nas áreas rurais também vieram à tona” e sobre as violências policiais contra a população negra denunciavam e como a discriminação racial existente dentro das prisões, e exigiam “o direito de organização para os presidiários e a criação de centros de recuperação para sua efetiva reintegração à sociedade” (Gonzalez, 2020, p. 120). E as denúncias também envolviam a exploração comercial, protestando “contra a perseguição racial nos locais de trabalho, também reivindicam melhores salários, o direito à sindicalização e o

direito a greve” (Gonzalez, 2020, p. 120) e a inferiorização e a distorção da cultura negra. Dessa forma, exigindo a “criação de teatros nas periferias e rejeitam a colonização cultural como um todo” (Gonzalez, 2020, p. 120).

O primeiro documento que dá início as atividades do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial, foi construído como uma carta convocatória para o ato público contra o racismo e assim diz:

Nós, Entidades Negras, reunidas no Centro de Cultura e Arte Negra no dia 18 de junho, resolvemos criar um Movimento no sentido de defender a Comunidade Afro-Brasileira contra a secular exploração racial e desrespeito humano a que a Comunidade é submetida.

Não podemos mais calar. A discriminação racial é um fato marcante na sociedade brasileira, que barra o desenvolvimento da Comunidade Afro-brasileira, destrói a alma do homem negro e sua capacidade de realização como ser humano.

O Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial foi criado para que os direitos dos homens negros sejam respeitados. Como primeira atividade, este Movimento realizará um Ato Público contra o Racismo, no dia 7 de julho às 18,30 horas, no Viaduto do Chá. Seu objetivo será protestar contra os últimos acontecimentos discriminatórios contra negros, amplamente divulgados pela Imprensa.

No dia 28 de abril, numa delegacia de Guaianazes, mais um negro foi morto por causa das torturas policiais. Este negro era Robson Silveira da Luz, trabalhador, casado e pai de filhos. No Clube de Regatas Tietê, quatro garotos foram barrados do time infantil de voleibol pelo fato de serem negros. O diretor do Clube deu entrevista nas quais afirma as suas atitudes racistas, tal a confiança de que não será punido por seu ato.

Nós também sabemos que os processos desses casos não darão em nada. Como todos os outros casos de discriminação racial, serão apenas mais dois processos abafados e arquivados pelas autoridades deste país, embora um dos casos tenha a agravante da tortura e conseqüente morte de um cidadão.

Mas o Ato Público Contra o Racismo marcará fundo nosso repúdio e convidamos a todos os setores democráticos que lutam contra o desrespeito e as injustiças aos direitos humanos, a engrossarem fileiras com a Comunidade Afro-Brasileira nesse ato contra o racismo. Fazemos um convite especial a todas as entidades negras do país, a ampliarem nosso movimento. As entidades negras devem desempenhar o seu papel histórico em defesa da Comunidade Afro-Brasileira; e, lembramos, que silencia consente.

Não podemos mais aceitar as condições em que vive o homem negro, sendo discriminado da vida social do país, vivendo no desemprego, subemprego e nas favelas. Não podemos mais consentir que o negro sofra as perseguições constantes da polícia, sem dar uma resposta.

**TODOS AO ATO PÚBLICO CONTRA O RACISMO**

**CONTRA A DISCRIMINAÇÃO RACIAL**

**CONTRA A OPRESSÃO POLICIAL.**

**PELO FORTALECIMENTO E UNIÃO DAS ENTIDADES AFRO-BRASILEIRAS (Gonzalez e Hasenbalg, 1982, p.43-44).**

A carta convocatória apresentava violências raciais da década de 1980 que ainda se perpetuam nos anos 2023. Por isso, “a discriminação racial é fato marcante na sociedade brasileira, que barra o desenvolvimento da comunidade Afro-brasileira” (Gonzalez e Hasenbalg, 1982, p. 43). O racismo deve ser algo combatido ferozmente em nossa sociedade e que mesmo trazendo somente a figura masculina quando diz que a discriminação racial, o racismo, “destrói a alma do homem e sua capacidade de realização como ser humano”. (Gonzalez e Hasenbalg, 1982, p. 43). As mulheres negras e as crianças negras também são atingidas violentamente pelo racismo e por isso que após a década de 1980 foi sendo ampliado a discussão sobre as Mulheres Negras e a criação do Movimento da Mulheres Negras, pois até dentro dos Movimentos Sociais Negros por consequência do patriarcado não tinham voz e nem vez e suas pautas de lutas eram escanteadas.

O Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNU) apresenta especificidades se diferenciando dos outros movimentos que o antecedeu, deste modo, a pesquisadora e ativista negra Nilma Lino Gomes destaca que é preciso enaltecer características relevantes na prática desse Movimento Negro a partir do final dos anos 1970, tendo por especificidade a:

[...] a construção de outra interpretação histórica para se compreender a realidade da população negra e sua relação com a diáspora africana. [...] A centralidade dada pelo Movimento Negro à raça como construção social, acompanhada da sua ressignificação e politização e a explicitação da complexa imbricação entre as desigualdades sociais e raciais (Gomes, 2017, p. 26).

Novas perspectivas foram trançadas após o Movimento Negro utilizar a “raça” como construção social, ressignificado e politizando o termo. Por não está utilizando um termo biológico da raça, mas se referenciando as pessoas negras, assim ressignificando por meio da luta, os conceitos, os estereótipos construídos historicamente para o povo negro e ao politizar a “raça” tornando-se bandeira de luta (Gomes, 2017).

A intelectual negra Nilma Lino Gomes (2017) nos apresenta um importante marco do Movimento Negro no campo da educação, pois ao perceberem que as políticas públicas de educação com o recorte racial não estavam atendendo a

população negra, começaram a ter uma nova atitude e com isso, a reivindicar por políticas afirmativas. Assim:

É possível dizer que até a década de 1980 a luta do Movimento Negro, no que se refere ao acesso à educação, possuía um discurso mais universalista. Porém, à medida que este movimento foi constatando que as políticas públicas de educação, de caráter universal, ao serem implementadas, não atendiam à grande massa da população negra, o seu discurso e suas reivindicações começaram a mudar. Foi nesse momento que as **ações afirmativas**, que já não eram uma discussão estranha no interior da militância, emergiram como uma possibilidade e passaram a ser uma demanda real e radical, principalmente a sua modalidade de cotas (Gomes, 2017, p. 33).

Portanto, ao tornar a raça como bandeira de luta, o Movimento Negro Unificado buscou unir forças para a árdua batalha para a elaboração e implementação de políticas públicas de cunho racial e no século XXI após séculos de lutas da população negra houve uma expressiva conquista de políticas públicas e sociais com o recorte racial. E no capítulo a seguir estaremos apresentando as principais políticas públicas e sociais com mais expressividade para a população negra e daremos ênfase para a área da educação, em especial para as políticas afirmativas.

#### **4.3 As Políticas Públicas Raciais: a luta e resistência do movimento negro e das mulheres negras na historiografia brasileira**

As principais políticas públicas com recorte racial que temos na contemporaneidade brasileira, elas são frutos de um contexto de luta da população afrodescendentes por reparação e equiparação (isonomia). Nesse sentido, neste capítulo objetivamos apresentar um caminho histórico das principais políticas públicas, com recorte racial, a partir da década de 1950 que contribuíram para a implementação das principais políticas públicas conquistadas pela sociedade brasileira, principalmente a população negra a partir da Constituição Federal de 1988.

Os anos 1950 foi marcada por um dado importante na questão racial durante o governo do então presidente Getúlio Vargas. Especificamente, no dia 03 de julho de 1951 foi promulgada a primeira norma brasileira de combate ao racismo, a Lei nº 1.390, conhecida como Lei Afonso Arinos, que “inclui entre as contravenções penais a prática de atos resultantes de preconceitos de raça ou de cor” (BRASIL, 1951, p. 1). Portanto, esta lei recebeu o nome do então deputado federal Afonso Arinos de Melo

Franco, que ficou conhecido nacionalmente por ter sido o autor da primeira lei contra o racismo no Brasil. De acordo com o Art. 1, da Lei nº 1.390/1951:

Constitui contravenção penal, punida nos termos desta Lei, a recusa, por parte de estabelecimento comercial ou de ensino de qualquer natureza, de hospedar, servir, atender ou receber cliente, comprador ou aluno, **por preconceito de raça ou de côr.** (BRASIL, 1951, p.01) (texto igual ao original, grifo nosso).

Podemos observar nessa lei a contravenção penal tendo como requisito o preconceito de raça ou de cor. Um dado relevante para se destacar dessa lei é que a sua implementação ocorreu após um ano, em 1950, em que a dançarina e coreógrafa americana e negra Katherine Dunham ativista social e antropóloga, estava no Brasil, em excursão para sua estreia no Teatro Municipal de São Paulo e havia denunciado a repórteres brasileiros o ato de racismo que vivenciou em um hotel cinco estrelas luxuoso, em que o gerente negou sua hospedagem por ela ser uma mulher de cor. Com isso, a repercussão do caso de racismo sofrido pela dançarina negra repercutiu em vários países, além do Brasil (PORTAL GELEDÉS, 2021).

Pesquisadoras negras e pesquisadores negros apontam que já ocorriam casos de racismo com outros artistas negros e negras estrangeiros em turnê no Brasil, o diferencial foi que uma mulher negra artista, denunciou o ato de racismo vivenciado. Com isso, a partir da lei formalizou a existência do racismo no Brasil e o Estado dessa forma, assumiu que existia práticas discriminatória contra a população negra e a falácia da democracia racial que se pregava no Brasil, já abordado por Florestan Fernandes como o mito da democracia racial (PORTAL GELEDÉS, 2021).

No ano de 1964, o Estado brasileiro sofre o golpe Militar em que “procurou estabelecer uma ‘nova ordem’ na sociedade brasileira já que, de acordo com aqueles que o desencadearam, ‘o caos, a corrupção e o comunismo’ ameaçavam o país.” (Gonzales e Hasenbalg, 1982, p. 11). Com isso, foi estabelecido mudança da economia, criando um novo modelo de economia em substituição da que estava em vigência. Mas para que fosse efetivada esse novo modelo econômico,

[...] os militares determinaram que seria necessário impor a “*pacificação*” da sociedade civil. E a gente sabe o que significa esse termo, pacificação, sobretudo na história de povos como o nosso: o silenciamento, a ferro e fogo, dos setores populares e de sua representação política. Ou seja, quando se lê “pacificação”, entenda-se *repressão* (Gonzales e Hasenbalg, 1982, p. 11).

Com a “pacificação” imposta pelos militares ocorreu a supressão de partidos políticos, cassação de mandatos de representantes políticos, a dispersão das ligas camponesas, prisões, torturas, desaparecimentos de pessoas e todas essas ações ocorreram em nome da “paz social” (Gonzales e Hasenbalg, 1982). O crescimento econômico brasileiro no período da ditadura militar aconteceu pela Tríplice Aliança entre o estado militar, as multinacionais e o grande empresariado nacional, assim ficando marcado na história como o milagre econômico. Mas os autores Gonzales & Hasenbalg (1982), nos chama atenção dizendo que:

Desnecessário dizer que as massas, para variar, ficaram completamente excluídas da partilha do bolo do “milagre”. Muito ao contrário, os “benefícios que receberam tiveram como resultado o seu empobrecimento, determinado pela política do arrocho salarial. E quando a gente fala em massas, a gente está se referindo também, ou principalmente, ao grande contingente de negro que delas faz parte e que, desde as décadas de cinquenta e sessenta, vinha num processo de crescimento populacional (Gonzales e Hasenbalg, 1982, p. 12).

Com a entrada agressiva do capital estrangeiro no Brasil ocorreu a desnacionalização ou o desaparecimento das pequenas empresas, ocorrendo o aumento do desemprego da população negra. Porque, “era justamente por elas que o trabalhador negro participava do mercado de trabalho industrial” (Gonzales e Hasenbalg, 1982, p. 13). Assim, a entrada do capital estrangeiro em nosso país não afetou apenas o centro urbano, mas também o campo.

Com o aumento dos latifúndios no campo desaparecia as pequenas propriedades rurais, desse modo, ocasionando grandes índices de desemprego no campo e “a gente pode imaginar qual o tipo de saída encontrado pelo trabalhador rural para fugir da miséria: o deslocamento para a periferia dos grandes centros urbanos.” (Gonzales e Hasenbalg, 1982, p. 13). Portanto, ocasionou o êxodo rural, a inversão da relação populacional entre campo e cidade.

Diante desse novo cenários os autores (Gonzales e Hasenbalg, 1982, p. 13). destaca que “[...]graças a esse êxodo rural, as cidades não cresceram, mas ‘incharam’ com o aumento do número de favelas e o surgimento desse novo personagem, o ‘bóia-fria’, no cenário da história dos despossuídos deste país”. E os setores da indústria automobilística e da construção civil foram os que mais cresceram economicamente e “a construção civil foi sobretudo um grande escoadouro da mão-de-obra barata

(majoritariamente negra), porque não-qualificada” (Gonzales e Hasenbalg, 1982, p. 13). Outro grande setor empregador foi o de prestação de serviço, o escoadouro de mão de obra barata e “também ali encontramos o trabalhador negro fortemente representado, sobretudo em atividades menos qualificadas tais como limpeza urbana, serviços domésticos, correios, segurança, transportes urbanos etc”. (Gonzales & Hasenbalg, 1982, p. 14).

No tocante ao trabalho qualificado a população negra não se fazia presente, como destaca os autores (Gonzales e Hasenbalg, 1982, p. 14) “sua presença era pequena, por exemplo, num tipo de polo industrial como o do ABC paulista, uma vez que o nível tecnológico das indústrias ali concentradas exigia um tipo de especialização que a maioria dos trabalhadores negros não possuía.” Portanto, “deslocando-se do campo para a cidade, ou do nordeste para o sudeste, e se concentrando num mercado de trabalho que não exige qualificação profissional, o trabalhador negro desconheceu os benefícios do ‘milagre” (Gonzales e Hasenbalg, 1982, p. 14).

As condições de existência material da população negra desde o período colonial até a atualidade “a gente saca a existência de uma evidencia separação quanto ao espaço físico ocupado por dominadores e dominados.” Gonzales e Hasenbalg 1982, p.15). Nesse sentido,

[...]O lugar natural do grupo branco dominante são moradias amplas, espaçosas, situadas nos mais belos recantos da cidade ou do campo e devidamente protegidas por diferentes tipos de policiamento: desde os antigos feitores, capitães do mato, capangas etc., até a polícia formalmente constituída. Desde a casa-grande e do sobrado, aos belos edifícios e residências atuais, o critério sem sido sempre o mesmo (Gonzales e Hasenbalg, 1982, p. 15).

Enquanto que o espaço físico ou lugar natural das pessoas negras é o oposto:

[...]da senzala às favelas, cortiços, porões, invasões, alagados e conjuntos “habitacionais” (cujo modelos são os guetos dos países desenvolvidos) dos dias de hoje, o critério também tem sido simetricamente o mesmo: a divisão racial do espaço. No caso do grupo dominado o que se constata são famílias inteiras amontoadas em cubículos, cujas condições de higiene e saúde são as mais precárias. Além disso, aqui também se tem a presença policial; só que não é para proteger, mas para reprimir, violentar e amedrontar. É por aí que se entende que o outro lugar natural do negro sejam as prisões e os hospícios. (Gonzales e Hasenbalg, 1982, p. 15-16).

A todo esse aparelhamento constituído pelo Estado para definir o lugar natural do negro e das repressões vivenciadas por essas pessoas, a autora e o autor (Gonzales e Hasenbalg, 1982, p. 16). Afirmam que:

[...]a longo prazo, o que se pretende é o impedimento de qualquer forma de unidade e organização do grupo dominado, mediante a utilização de todos os meios que perpetuem sua divisão interna. Enquanto isso o discurso dominante justifica a atuação desse aparelho repressivo, falando em **ordem e segurança sociais**. (Grifos nossos)

E podemos nos indagar quais são os benefícios para o Estado e o sistema capitalista na utilização desse aparelho repressivo, na manutenção das condições de repressão e de definição do lugar do negro. Assim, se beneficiam em

[...] conserva à sua disposição a mão-de-obra mais barata possível. Isto porque a comunidade negra nada mais é do que mão-de-obra de reserva, utilizável segundo as necessidades do sistema. [...], a estratégia também se exerce de maneira a favorecer os patrões, mediante a repressão policial (que exige dos negros, como documento, a apresentação da carteira profissional). Pressionado pela polícia, de um lado, e pelas péssimas condições de vida, do outro, o negro oferece a sua força de trabalho por qualquer preço no mercado de trabalho (Gonzales e Hasenbalg, 1982, p. 16).

Portanto, a utilização dos aparelhos repressivos pelo Estado colocou a população negra encurraladas em um beco sem saída, pois a repressão ela não envolve apenas a força policial, mas a negação de direitos em que contribuíram para que continue vendendo a sua mão de obra a qualquer preço e não consiga se qualificar limitando o desenvolvimento social, econômico e educacional.

Na Constituição Federal de 1967, promulgada pelo então presidente Artur Costa e Silva. Essa constituição que regeu o Brasil durante a ditadura militar que aconteceu entre os anos 1964 a 1985. No capítulo IV dos Direitos e Garantias Individuais, o Art. 153 desta constituição “assegura aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à vida, à liberdade, à segurança e a à propriedade, nos termos seguintes” (BRASIL, 1967):

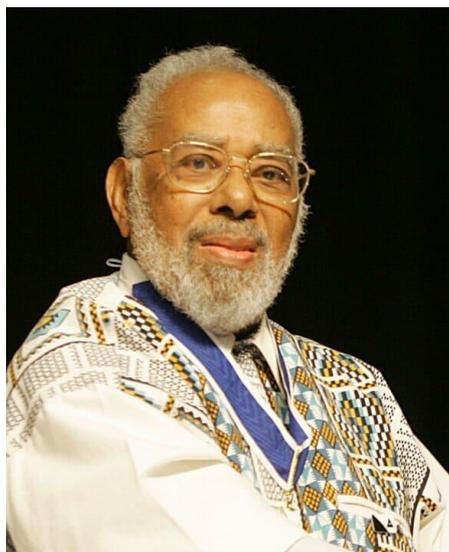
§1º - Todos são iguais perante a lei, sem distinção, de sexo, **raça**, trabalho, credo religioso e convicções políticas. **Será punido pela lei o preconceito de raça**

[...]§ 8º É livre a manifestação de pensamento, de convicção política ou filosófica e a prestação de informação independentemente de censura, salvo quanto a diversões e espetáculos públicos, respondendo cada um, nos termos da lei, pelos abusos que cometer. É assegurado o direito de resposta. A publicação d/e livros, jornais e periódicos não depende de licença da autoridade. **Não serão, porém, tolerada a propaganda de guerra, de subversão da ordem ou de preconceitos de religião, de raça ou de classe e as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes.** (BRASIL, 1967, s/p, grifo nosso).

Nos pontos em destaque nos informa que somos iguais perante a lei sem distinção da raça e a punição perante a lei para prática do racismo. E que não se tolera a subversão de preconceito de raça, classe e religioso. Mas algo que ficou apenas no papel, pois durante a ditadura militar o que mais foi visto foi a repressão pelos próprios militares a população negra.

No dia 21 de junho de 1983, foi apresentado para às comissões de constituição e justiça, de trabalho e legislação social e de finanças o projeto de Lei nº 1332/1983 pelo deputado Abdias do Nascimento (figura 4) a Câmara dos Deputados, que “dispõe sobre ação compensatória visando à implementação do princípio da isonomia social do negro, em relação aos demais segmentos étnicos da população brasileira, conforme direito assegurado pelo Art. 153. § 1º da Constituição da República” (Nascimento, 1983).

#### IMAGEM 1 - Abdias do Nascimento



Fonte: Portal Geledés (2011)

O artigo 1 e 2 do Projeto de Lei de Abdias do Nascimento solicitava que:

Art. 1. As autoridades públicas, os mandatários governamentais e a sociedade civil brasileira deverão tomar medidas concretas, de significação compensatórias, para implementar, para os brasileiros negros (de ascendência africana), o direito que lhes é assegurado pelo Art. 153, §1º, da Constituição da República, **à isonomia concedida a todos os brasileiros, nos setores de oportunidade de trabalho, remuneração, educação e tratamento policial, entre outros.**

Art. 2. Todos os órgãos da administração pública, direta e indireta, de níveis federal, estadual e municipal; os Governos federal, estaduais e municipais; os Ministérios, as Secretarias estaduais e municipais; as autarquias e fundações; as Forças Armadas; o Poder Judiciário, o Poder Legislativo, e o Poder Executivo **são obrigados a providenciar para que dentro dos espaços de suas respectivas atribuições, sejam tomadas medidas de ação compensatórias** visando atingir, no respectivo quadro de servidores, funcionários e titulares, **a participação de pelo menos 20% (vinte por cento) de homens negros e 20% (vinte por cento) de mulheres negras**, em todos os escalões de trabalho e de direção, **particularmente aquelas funções que exigem melhor qualificação e que são melhor remuneradas.** (Nascimento, 1983, p.2, texto igual ao original, grifo nosso).

No artigo 2 aborda sobre as cotas raciais dentro das instituições públicas, enfatizando a participação de pelo menos de 20% de homens negros e de 20% de mulheres negras e no art. 3 apresenta que essa porcentagem também seja efetivada pelas “empresas, firmas e estabelecimentos, de comércio, indústria, serviços, mercado financeiro e do setor agro-pecuário” (Nascimento, 1983, p. 2). E Abdias do Nascimento é bastante ousado em suas colocações pedido que seja obrigado aos órgãos providenciar dentro de suas atribuições medidas de ação compensatórias e destacando que seja “particularmente aquelas funções que exigem melhor qualificação e que são melhor remuneradas” (Nascimento, 1983, p. 2). E, no Art. 7 em relação aos estudantes negros:

Serão concedidas a estudantes negros bolsas de estudos de caráter compensatório. § 1º. Serão destinadas a estudantes negros 40% (quarenta por cento) das bolsas de estudo concedidas pelo Ministério da Educação e Cultura e pelas Secretarias de Educação Estaduais e Municipais, em todos os níveis (primário, secundário, superior e de pós-graduação) (Nascimento, 1983, p. 4).

O artigo 7º apresenta o intuito de conceder bolsas de estudos de caráter compensatório para estudantes negros permanecerem e concluírem seus estudos desde o ensino primário, se contrapondo a Constituição em vigência em 1967, em que

os estudantes do ensino superior teriam que fazer o reembolso da bolsa de estudos que recebesse. E na forma da lei, assim define que conforme o art. 176 da CF/1967 no inciso IV – “o Poder Público substituirá, gradativamente, o regime de gratuidade no ensino médio e no superior pelo sistema de concessão de bolsas de estudos, mediante restituição, que a lei regulará;” (BRASIL, 1967, texto igual ao original). A constituição de 1967 previa a privatização do ensino médio e do ensino superior e seria destinado bolsas de estudos para quem não tivesse condições financeiras para arcar com os estudos.

O artigo 8º do projeto de Lei nº 1332/1983 é um esboço para o que temos hoje da Lei 10.639/2003. Por assim defini que:

O Ministério da Educação e Cultura, bem como as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, **conjuntamente com representantes das entidades negras e com intelectuais negros comprovadamente engajados no estudo da matéria, estudarão e implementarão modificações nos currículos escolares e acadêmicos, em todos os níveis** (primário, secundário, superior e de pós-graduação) (BRASIL, 1983, p. 5) (Grifos nossos).

A relevância desse artigo está na ação do deputado e ativista negro Abdias do Nascimento ao trazer no texto da lei a necessidade de modificações nos currículos escolares e acadêmicos. E com isso, já definindo quem irão fazer as alterações, sendo eles: os representantes das entidades negras e intelectuais negros comprovadamente engajados no estudo da matéria. As modificações propostas pelo Art. 8 nos currículos escolares e acadêmicos, tinham por objetivo:

I - Incorporar ao conteúdo dos cursos de História Brasileira o ensino das **contribuições positivas dos africanos e seus descendentes à civilização brasileira, sua resistência contra a escravidão, sua organização e ação (a nível social, econômica e política) através dos quilombos, sua luta contra o racismo no período pós-abolição;**

II - Incorporar ao conteúdo dos cursos sobre História Geral **o ensino das contribuições positivas das civilizações africanas, particularmente seus avanços tecnológicos e culturais** antes da invasão europeia do continente africano;

III - **Incorporar ao conteúdo dos cursos optativos de estudos religiosos o ensino dos conceitos espirituais, filosóficos e epistemológicos das religiões de origem africana** (candomblé, umbanda, macumba, xangô, tambor de minas, batuque, etc.);

IV - Eliminar de todos os currículos referências ao africano como “um povo apto para a escravidão”, “submisso” e outras qualificações pejorativas;

- V - **Eliminar a utilização de cartilhas ou livros escolares que apresentem o negro de forma preconceituosa ou estereotipada;**  
VI - **Incorporar ao material de ensino primário e secundário a apresentação gráfica da família negra de maneira que a criança negra venha a se ver, a si mesma e à sua família,** retratadas de maneiras igualmente positiva àquela em que se vê retratada a criança branca;  
VII – Agregar ao ensino das Línguas estrangeiras europeias, em todos os níveis em que estas são ensinadas, o ensino de línguas africanas (yoruba ou kiswahili) em regime opcional;  
VIII – **Incentivar e apoiar a criação de Departamentos, Centros ou Institutos de Estudos e/ou Pesquisas Africanos e Afro-Brasileiros, como parte integral e normal da estrutura universitárias,** particularmente nas universidades federais e estaduais. (BRASIL, 1983, p. 5-6, grifo nosso).

Um projeto de lei ousado e que traria avanços significativos para a população brasileira, não somente a população negra. Porém, foi arquivado. Mesmo que tenha sido arquivado na década de 1980, o projeto arrojado do deputado Abdias Nascimento contribuiu para tornar-se uma bandeira de luta constante do Movimento Negro até se tornar uma política pública.

Em 1989, após a promulgação da nova constituição Federal de 1988, a Lei nº 7.716, conhecida como Lei Caó, substituiu a Lei Afonso Arinos nº 1390/1951, sendo sancionada pelo então presidente José Sarney, em 05 de janeiro daquele ano. Esta lei estabelece a pena de reclusão a quem tenha cometido atos de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia e religião. O autor da Lei foi o deputado federal Carlos Alberto Olivera dos Santos, conhecido como Caó, homem negro, jornalista e ativista no movimento negro.

Em 1987, no cenário brasileiro ocorreram assembleias constituintes para a construção da nova Constituição Federal, o Movimento Negro se fez presente apresentando suas pautas, mas pouco foram os resultados apresentados com a implementação da Constituição Federal de 1988. No quadro a seguir poderemos observar que o movimento negro, junto a sociedade continuou lutando arduamente para que suas históricas reivindicações tornassem lei e no campo educacional houve a partir do início do século 2000 uma expressiva conquista de políticas públicas educacionais com o recorte racial.

**QUADRO 4** – Políticas Públicas educacionais e jurídicas com recorte étnico-racial a partir da constituição federal de 1988

ANO	LEGISLAÇÃO	DESCRIÇÃO
1988	Constituição Federal de 1988;	Prática do racismo crime sujeito à pena de prisão, inafiançável e imprescritível.
1988	Constituição Federal de 1988, art. 215;	Define a importância da cultura afrodescendente para a formação cultural do povo brasileiro.
1989	Lei Antirracista nº 7.716 (Lei Caó);	Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor.
1991	O II Encontro Nacional de Mulheres Negras	É realizado o II Encontro Nacional de Mulheres Negras em Salvador, Bahia.
1992	O Encontro de Mulheres Negras da América Latina e do Caribe	Ocorre o 1º Encontro de Mulheres Negras da América Latina e do Caribe, na República Dominicana.
1995	Lei da Discriminação no Emprego, Lei nº 9.029;	Ratifica o crime racial no emprego.
1996	Lei nº 9.394 (LDBEN); Diretrizes e Bases da Educação Nacional.	Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
2001	Conferência de Durban	Conferência de Durban –África Conferência Mundial das Nações Unidas de 2001 contra o racismo, a discriminação racial, a xenofobia e a intolerância.
2003	Lei nº 10.639;	Inclui a obrigatoriedade do ensino de história africana e da cultura africana e afro-brasileira.

<b>2003</b>	Decreto nº 4.886;	Institui a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial.
<b>2004</b>	Diretrizes Curriculares Nacionais para a EREER	Diretrizes Curriculares Nacionais para a EREER Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e africana.
<b>2010</b>	Lei nº 12.288	Institui o Estatuto da Igualdade Racial <sup>1</sup> .
<b>2012</b>	Lei nº 12.711, “Lei de Cotas”.	
<b>2012</b>	Parecer CNE/CEB nº 16/2012;	Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola.
<b>2021</b>	Selo Zumbi dos Palmares;	Conferirá aos municípios que promovam igualdade racial.
<b>2023</b>	Lei 14.532	Tipifica como crime de racismo a injúria racial. Ampliou as situações que podem ser enquadradas para o contexto de atividades esportivas, religiosas, artísticas ou culturais. Enquanto que o racismo é um crime contra a coletividade, a injúria é direcionada ao indivíduo.

Fonte: Elaboração própria (2023)

Como formos vendo no processo histórico e social dos afrodescendentes as conquistas das políticas públicas com recorte racial não é mais que uma reparação tardia daquilo que seus antepassados não receberam após a abolição em 13 de maio de 1888. E com as políticas educacionais que timidamente tentam reparar essa exclusão, observar no campo acadêmico a ampliação de acesso ao ensino superior de estudantes negros e negras fortaleceu e reconstruiu o debate sobre raça nesse campo de disputa.

Desde modo, as autoras Flavia Rios e Márcia Lima (2020, p. 18) afirmam que:

<sup>1</sup> Esta Lei institui o Estatuto da Igualdade Racial, destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica (BRASIL, 2010). Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2010/lei/112288.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/lei/112288.htm)>. Acesso em 20 jul. 2020.

[...]a ampliação do ingresso de estudantes negros e negras nas instituições de ensino superior propiciada pelas políticas de acesso fortaleceu e revigorou o debate sobre raça e gênero. Um novo perfil de alunos passou a ocupar os bancos e a cena das universidades, produzindo muito mais do que uma diversidade social e racial do corpo discente.

O aumento do ingresso de estudantes negras e negros no ensino superior, que ainda é irrisória pelo quantitativo da população negra na sociedade brasileira, contribuiu para um novo olhar sobre a participação da população negra na construção social, econômica e cultural da sociedade brasileira e dando visibilidade a intelectuais negras e negros como referência na produção científica e como a pesquisadores não negros que além de produzirem conhecimento com o recorte racial são ativistas em suas práticas cotidianas.

Portanto, a lei 10.639/2003 que institui a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira da educação a ensino superior, junto com a Lei nº 12.711/2012, amplamente conhecida como “Lei de cotas” de 2012 vem transformando o cenário brasileiro.

Como estamos vendo ao longo dessa pesquisa as mulheres negras e homens negros vêm fazendo história e contribuindo no cenário político, educacional, econômico, cultural e na construção do conhecimento científico em diversas áreas do conhecimento e deixando o legado para as gerações futuras e com a conquista da “Lei de Cotas”, estudantes negras e negros estão tendo acesso ao ensino superior e reconstruindo e construindo a memória de um legado de um povo que foi apagada e por causa do racismo a todo custo tentam impedir que pessoas negras e indígenas pesquisem e escrevam sobre seu povo e sua história. Mas como somos resistentes vamos derrubando os muros que vão construindo em nosso caminho para nos impedir de galgar cargos antes destinados apenas as pessoas brancas.

#### **4.4 O Movimento Negro Paraibano: “O Movimento Negro em Ação”**

A quilombagem se enraizou em um dado período histórico, como vimos em capítulos anteriores, mas os reflexos de suas ações se perpetuaram e chegaram até o presente momento. Assim como o baobá, uma árvore milenar do continente africano, o quilombo pode ser representado por essa árvore, o Baobá, que é considerada uma árvore do conhecimento e da vida. Então, o quilombo de ontem e de hoje é esse lugar

que guarda a memória, a história e o conhecimento da população negra africana e afro-brasileira e seus galhos são os movimentos sociais do campo e da cidade que atuam politicamente em diversas áreas da sociedade para que ela seja preservada e que suas sementes se espalhem proporcionando o acesso ao conhecimento oriundo do continente africano e do afro-brasileiro. Portanto, para que haja a desconilização do poder, do saber e do ser.

A luta do povo paraibano está entrelaçada com a questão agrária, a questão racial e indígena e vamos vendo a partir da historiografia das principais lideranças e dos próprios movimentos sociais do campo e dos movimentos negros como vai acontecendo esse entrelaçamento.

A história da Paraíba nos anos 1570 começa com a resistência dos povos indígenas contra a invasão dos portugueses e holandeses. O jornal União na matéria publicada em abril de 2023 apresenta a partir dos estudos da historiadora Eliete de Queiroz Gurjão que: “nas terras paraibanas, os colonizadores encontraram resistência dos povos originários que ‘lutavam bravamente para impedir a perda de seu território e evitar que fossem escravizados pelos colonos’” (UNIÃO, 2023).

Após 10 anos de resistência dos povos indígenas da Paraíba contra os colonizadores, “o sangue indígena pintou o solo paraibano de vermelho” (UNIÃO, 2023), pois em cada tentativa de resistir, havia o extermínio e os que permaneceram vivos foram escravizados e utilizados como mão de obra em lavouras e na construção da cidade que era chamada de Nossa Senhora das Neves, hoje a capital João Pessoa, da Paraíba (UNIÃO, 2023). No ato de resistência os povos originários continuaram

lutando para defender o solo que se desenvolve mais a cada dia que passa, os povos originários da Paraíba ensinaram uma importante lição para todo o povo paraibano: resistir. E essa missão acompanha os povos indígenas até os dias atuais, com outras lutas e pautas (UNIÃO, 2023).

Atualmente a população indígena ocupam espaços de poder e de decisão em diversas áreas, como também ocupam a universidade. No estado da Paraíba existem quatro povos indígenas: Os Potiguara, os Tabajara, os Cariris e os Tarairús. Estima-se que na Paraíba residam em torno de 25 mil indígenas, aldeados ou não (UNIÃO, 2023).

O Estado da Paraíba tem uma expressiva participação de movimentos sociais e sindicatos na luta social e política que envolvem a população em situação de desigualdade social e econômica. Com mais expressividade na luta no campo tivemos: as Ligas Camponesas, o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Alagoa Grande, os Movimentos Quilombolas e o Movimento Negro e na década de 1980 existia outros Movimentos Sociais paraibanos com impactos nacionais, são eles: Trabalhadores Têxteis; Bancários; e o Movimento de Professores da Rede Estadual: na AMPEP, que hoje é SINTEP. Com nomes com reconhecimento internacional e nacional no contexto das lutas camponesas temos: Margarida Maria Alves, João Pedro Teixeira, Elizabeth Teixeira, João Alfredo Dias “nego fubá” entre outros e outras, e nas lutas raciais João Balula, Dona Lenita, Zé de Lela, e entre outros e outras lideranças. As pautas de lutas dentro dos sindicatos e/ou dos movimentos sociais do campo mesmo que não tivessem um recorte racial, mas por envolver a questão de classe, dos trabalhadores e trabalhadoras do campo, atendia a população negra que também estava sendo explorados nas fazendas.

O movimento cultura do coco de roda e a ciranda “têm uma íntima ligação com as lutas por terras e direitos em território paraibano e por todo o Nordeste”. Por causa que “muitos brincantes são agricultores que utilizavam e ainda utilizam essas manifestações culturais como instrumento de resistência” (Brasil de Fato, 2020). E utilizam da cantoria e da dança do coco de roda e da ciranda que são expressões da cultura afro-brasileira como “um momento de protesto como forma de diversão depois de um dia árduo de trabalho, ou para contar histórias” dos seus ancestrais e suas ancestrais (Brasil de Fato, 2020).

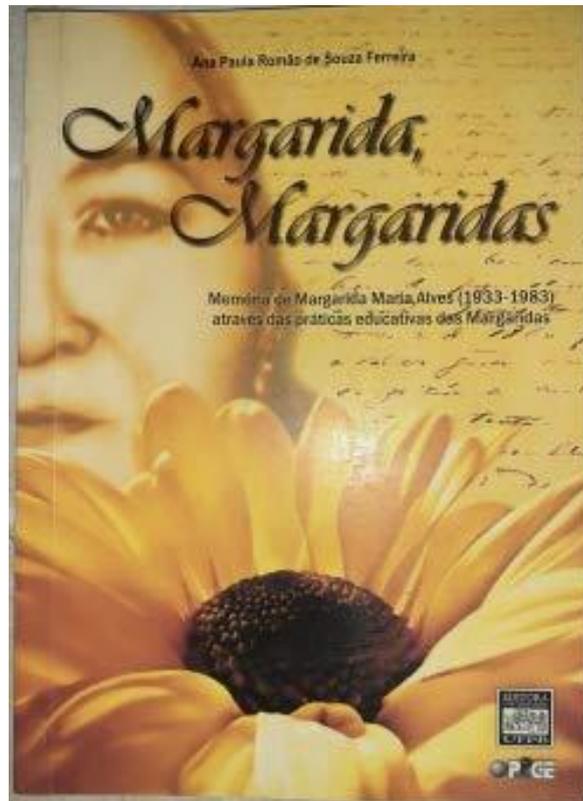
Na década de 1950, dá início no Estado da Paraíba, especificamente do município de Sapé, as Ligas Camponesas, na liderança de João Pedro Teixeira (um trabalhador sem-terra e negro) que ao se casar com Elizabeth Teixeira (mulher branca) começa a sofrer racismo pela família de sua esposa, assim como também seus filhos. Em 1962, pela ação dos latifundiários de Sapé é brutalmente assassinado e depois do seu assassinato Elizabeth Teixeira assume a liderança das Ligas Camponesas e daí que surge a frase marcante de Elizabeth “Eu continuo a luta”.

No município de Alagoa Grande, do Estado da Paraíba nasce o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, na década de 1970, na liderança de Margarida Maria Alvez, sendo a primeira mulher a lutar pelos direitos trabalhistas dos

trabalhadores do campo e dentre esses trabalhadores tinham homens negros e mulheres negras, sendo explorados nas fazendas.

Em um ato político Margarida, no dia 1º de maio de 1983, proclamou uma de suas falas mais marcantes: “Da luta eu não fujo. É melhor morrer na luta do que morrer de fome” e que ecoa até hoje por meio da Marcha das Margaridas. A pesquisadora Ana Paula Romão (anexo 1) em seu livro biográfico de Margarida Maria Alves, menciona que “Vinte e um anos depois da emboscada que vitimou João Pedro Teixeira, a mesma infâmia seria utilizada para calar a voz potente e libertadora de Margarida Maria Alves. Mas, não calaria o brado do povo paraibano” (Ferreira, 2017, p. 12). Na imagem a seguir o livro da profa. Dra. Ana Paula Romão sobre Margarida Maria Alves<sup>2</sup>

**IMAGEM 2** – Capa do Livro “Margarida, Margaridas: Memória de Margarida Maria Alves (1933-1983) através das práticas educativas das Margaridas



Fonte: Internet (2023)

<sup>2</sup> Link para fazer o download gratuito do livro “Margarida, Margaridas: Memória de Margarida Maria Alves (1933-1983) através das práticas educativas das Margaridas” da profa. Dra. Ana Paula Romão: <http://www.editora.ufpb.br/sistema/press5/index.php/UFPB/catalog/download/451/735/4893-1?inline=1>

Livro biográfico de Margarida Maria Alves que além da história de vida e de luta de Margarida tem a fala de algumas mulheres camponesas que lutaram ao lado de Margarida Alves e continuaram na luta após o seu assassinato.

o sangue indígena, da população negra escravizada, dos trabalhadores e trabalhadoras do campo que foram brutalmente assassinadas pintou o solo paraibano de vermelho. Por isso que devemos sempre lembrar do legado delas e deles e resistir as todas formas de opressão que tentam a todo custo apagar nossa história e nosso legado.

Após a criação do MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO, em 1978, no cenário brasileiro. na Paraíba, a população negra de João Pessoa estava atenta com as informações resultante da negritude brasileira (Pimentel, 1998). Com isso, “viviam imaginando o dia de poder construir, na Paraíba, um grupo de militância negra” (Pimentel, 1998, p. 40). Porque:

[...]a discriminação no estado era ainda mais velada que no vizinho Pernambuco (“os negros na Paraíba não aparecem nem nas pesquisas oficiais”), depois, porque muitos haviam sido convidados para participar dos foros nacionais e, ainda assim tinham dificuldade de articular questões da negritude no geral, sobre a temática em questão (Pimentel, 1998, p. 39).

No mesmo ano da fundação do MNU no cenário nacional, Recife dá um passo à frente e instala o MNU no estado.

Em 1978, Adalberto Conceição da Silva (atualmente conhecido por mestre Zumbi Bahia), a convite do Tenente Lucena veio para João Pessoa para realizar apresentações parafolclóricos e oficinas de capoeira na cidade de João Pessoa, e foram realizadas no SESC/João Pessoa. Dentre seus alunos estavam pássaro preto, da família carvalho, mestre sabiá, Marconildo (quebra Barreira), Rogerio (Corisco) entre outros<sup>3</sup>.

A convite de Zumbi Bahia, a família Carvalho começou a frequentar as reuniões do MNU em Recife. Os primeiros contatos se deram por meio das rodas de capoeira a qual pássaro preto, da família Carvalho praticava com Zumbi Bahia. Mas antes disso a família Carvalho já tinha uma ação ativa de militância nas causas raciais na cidade de João Pessoa/PB iniciada pela matriarca da família, com Gilvandro Carvalho

---

<sup>3</sup> Para mais informações consultar: LIMA, Maria de Lourdes Farias. Zumbi Bahia: o começo da capoeira em João Pessoa. João Pessoa: s.n, 2005. 39p. Monografia (Graduação) - UFPB/CCHLA.

(conhecido por Wandinho), Gilvanete Carvalho (conhecida por Tutu), João Balula e dentre outros da família Carvalho.

O ano de 1979, foi um marco para a cidade de João Pessoa/PB e para a população negra paraibana porque após a pressão vivenciada em Recife para criar o movimento negro. “No final de 1979, nas comemorações de aniversário de um ano do MNU-PE, negros de João Pessoa [da família carvalho] foram para Recife de lá voltaram com uma determinação: **fundar um movimento negro na cidade**” (Socorro Pimentel, 1998, p.41. grifo nosso). E a autora Socorro Pimentel complementa dizendo:

Era o tempo certo das coisas, pois já se tinha fugido demais das responsabilidades que eram nossa: o pessoal de João Pessoa já havia participado de tudo quanto era reunião, “como observador”, já tinha “tarimba” suficiente e, também o pessoal de Recife já estava cansado da nossa “observação”... Não havia mais do que fugir: era assumir, e assumimos! (1998, p. 41).

Após a Família Carvalho participarem como observadores de várias reuniões do Movimento Negro Unificado de Recife/PE e já sofrendo pressão pela parte desse movimento para que formassem um movimento negro no estado da Paraíba, tiveram que assumir esse compromisso. E, em 1979, começaram as primeiras tentativas de reuniões para formação de um grupo de Movimento Negro Unificado na Paraíba. E nessa gênese “havia as influências das pessoas do MNU-PB; havia as “desconfianças” dos intelectuais da cidade e uma extrema e baixa estima entre os negros e negras locais” (Pimentel, 1998, p.41).

O marco do Movimento Negro de João Pessoa (MNJP) tem início em “abril de 1979, na casa da família negra, no bairro de Jaguaribe em João Pessoa dos irmãos Vandinho de Carvalho, Tutu de Carvalho, Gilvanice de Carvalho e Gerson Filho” (Pimentel, 2023). Em, 1980, o cenário para o MNU-PB foram sendo modificados inicialmente ainda com uns “uns gatos pingados” como diz Pimentel (1998), mas a continuação dos encontros proporcionaram a expansão de integrantes e como o aprimoramento dos conhecimentos sobre a negritude (Pimentel, 1998) e de “gatos pingados” foram ampliando os integrantes além de Vandinho, Tutu, João Balula, foram se chegando “Regina Santos, Raquel, Socorro Freitas, Nicinha de Carvalho, Paula Franssinete, entre outras pessoas que ficavam de namoro com o objetivo” (Pimentel, 1998, p. 41).

A origem do Movimento Negro na Paraíba está relacionada com a Universidade Federal da Paraíba, pois os encontros ocorriam todas sextas feiras numa sala do antigo DAC-UFPB e além do mais “eram realizadas sessões de estudo-dirigido sobre história do Brasil, escravidão, abolicionismo, movimentos de resistência e desenvolviam pequenos programas (vídeos, palestras, debates) voltados ao público da UFPB” (Pimentel, 1998, p. 42) e a autora reforça que “até porque, todos os canais de divulgação que se imaginava atingir se faziam presentes àquele universo universitário” (Pimentel, 1998, p. 42).

Uma das ações do movimento negro paraibano para a conscientização das pessoas negras foram de repassar:

[...]aos colegas negros e negras toda uma documentação interessante, recebido dos movimentos do país (través de Vandinho), na esperança de que o grupo inchasse aos poucos: espalhavam Cartas-Abertas pelos espaços da universidade, dos bares culturais, dos teatros e cine-arte, além da natural distribuição pelas ruas de pique da cidade (Pimentel, 1998, p. 42).

Mas, mesmo com essa intencionalidade de provocar a reflexão e a atitude de mudança das pessoas negras, o movimento negro percebeu que “criavam evidentemente espaços de polêmicas ‘pra que *Movimento Negro*, se não existe um *Movimento Branco?*’ ‘você estão querendo refazer racismo -às - avessas!’” (Pimentel, 1998, p.42). Eram os comentários ouvidos pelo movimento em seu ato de mobilização.

Em 1985, o Movimento Negro de João Pessoa sai de dentro dos muros da UFPB, por questões logística e além da reclamação que o movimento estava se tornando “um grupo de elite”. Desse modo, Pimentel (1998, p. 42) nos explica esse processo, dizendo que:

Por volta de 1985, entabulamos negociações com a Associação do Magistério Público do Estado da Paraíba (AMPEP), para que nos cedesse asilo de militância na sua rede. Nesse interim, já havíamos esgotado as possibilidades de avançar nos objetivos, devido a localização da UFPB, que todos reclamavam de estar fora do perímetro central da cidade e de o *MOVIMENTO NEGRO DE João Pessoa -MNPJ* estar se configurando “um grupo de elite” (às vezes muita gente não tinha nem vale-transporte para ir às reuniões).

Com a saída da UFPB, o Movimento Negro de João Pessoa, ganhou a calçada da AMPEP para realizar as suas reuniões e Socorro Pimentel (1998, p. 43) ressalta “ganhamos a calçada daquela associação para nos reunirmos: até hoje ainda não apareceu quem explicasse ‘o porquê’ – tudo lá era vasto, com tanto espaço sem utilização [...] aceitamos, e passamos bons cinco anos, com reunião todo sábado, no finalzinho das tardes”. Porém, pelo lugar inusitado para ser realizado os encontros, o Movimento foi tomando corpo pela cidade, chegando novos integrantes, ampliando as parcerias com as instituições do Estado. Com isso, contribuindo para que o movimento tivesse visibilidade além de João Pessoa e isso ocorreu por meio de palestras, seminários, debates, cursos de formação e dos projetos (Pimentel, 1998).

Após a efervescência do Movimento Negro de João Pessoa entre 1985 e 1989 em diversas frente de trabalho, no final de 1989,

hávamos chegado ao nosso ápice: talvez pelo volume de coisas que estávamos a fazer, talvez pela simples “falta de saco” que assolava as Entidades do País; o fato é que começamos a entrar numa crise-sem-volta, e quando veio março de 1990, o grupo, o *Movimento Negro de João Pessoa* já era uma entidade com seus membros todos cansados de tanto tentar. Houve a nossa primeira e única parada-brusca!!! (Pimentel, 1998, p. 43).

A autora complementa dizendo “os membros-integrantes foram se afastando; a nossa representação foi diminuindo; o ‘fim do nosso tempo’ chegou naquele ano. Deixamos de existir. Não adiantava remar contra a maré. E como registro da atuação do Movimento Negro de João Pessoa ficaram as pesquisas desenvolvidas na universidade, o serviço prestado a sociedade para então, marcar na história com a “curta e providencial passagem pelo planeta Terra” (Pimentel, 1998, p. 43).

Mesmo após o desmembramento do “Movimento Negro de João Pessoa” (o grupo iniciado na década de 1980), o início da década de 1990 marcou de forma expressiva a mobilização por meio do Movimento Negro na Paraíba (MNPB) para unir os grupos que ficaram dispersos do MNJP. Dessa forma contribuindo para alcançar novas áreas geográficas da Paraíba. Dentro do Movimento Negro na Paraíba contava-se com a ação articuladora de João Balula, considerado um líder nato, um militante feroz na causa da população negra e os frutos de suas ações reverberam até a atualidade.

Mais quem foi João Babula, João Silva de Carvalho Filho, que tantos falam, mas que quase nada tem registrado sobre seu legado. A memória, a história de quem foi João Balula até parece uma contação de uma história do mestre griô, pois se remetem a João Balula no passado e sempre nos dá a impressão de um passado distante. Porém a cidade de João Pessoa respira Balula, pois ao ouvirmos por meio das mestras e dos mestres griôs da Paraíba o legado de João Balula sempre vem um brilho no olhar e um sorriso.

### **IMAGEM 3 – João Balula**



Fonte: Internet (2023)

Balula estava em todos cantos e todos os cantos nele se faziam presente, militante negro das causas sociais, raciais e culturais. A cultura popular era seu ponto forte, ao som da bateria da torre que ecoa pelo castelo branco já se vem a memória de Balula, pois era amante do Carnaval Tradição de João Pessoa, na arte se fazia presente na Federação Paraibana de Teatro Amador como também no candomblé e do Movimento Negro, considerado como o Príncipe Negro.

Um dos poucos documentos ainda restante dos escritos por João Balula fazendo um alerta para a população negra sobre o racismo, intitulado: “UM RECADO CONTRA O RACISMO”

Não espere dos Negros e Negras que estes mudem à sua maneira de encarar o mundo, se você não mudou a sua maneira de encarar o Povo Negro!

Não exija dos Negros e Negras que estes sejam "dóceis"; "servís", "pacatos"; ou "coniventes"; com as coisas do seu mundo, se as suas atitudes para com o Povo Negro são de preconceito, de discriminação e de racismo!

Não queira que Negros e Negras digam "sim";, enquanto você lhes diz "não"; - em todas as coisas que almejam para as suas vidas!

ZUMBI DOS PALMARES nos deu esta CONSCIÊNCIA NEGRA: você não vai querer que a gente desista de tudo, somente porque você não gosta de Negros!!! Isto é um problema seu!

Nossa NEGRITUDE é a base do sentimento e do desejo de humanidade. Mas você prefere acreditar que somos os responsáveis pelas mazelas do mundo...

Não precisamos que você seja "como nós": temos tantas felicidades, com a nossa Negritude, que podemos até dividi-las com você, na hora em que precisar!

Antes de querer que a gente fique "do seu jeito", lembre-se que desde o começo da humanidade temos o nosso próprio jeito de ser! E isto não é um problema seu...! (João Balula).

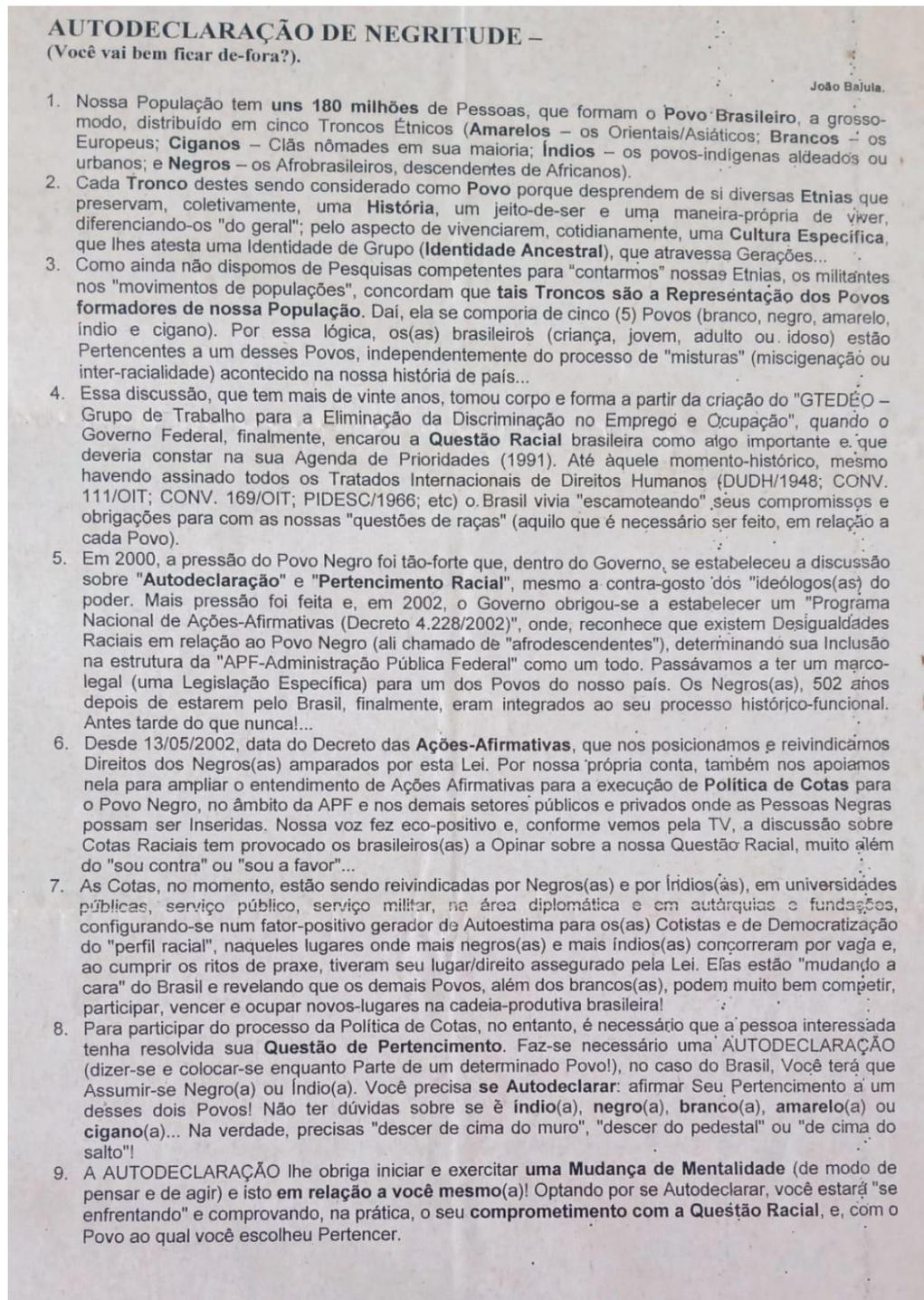
Assim como em sua vida, forte nas ações, também podemos observar que na escrita essa atitude se mantinha, forte e direto nas suas mensagens e por onde passavam deixava suas sementes, no Movimento Negro surgiu como uma liderança nata e incontestável e de uma percepção articuladora, pois conseguia unir o Movimento Negro, a universidade, a capoeira, as pessoas das religiões de matriz africana, artistas da cultura popular para a ação política e assim foi fazendo história e deixando seu legado.

Balula como sempre ousado escreve “AUTODECLARAÇÃO DE NEGRITUDE” no período de efervescência das cotas raciais na UFPB e porque não dizer também efervescência na cidade de João Pessoa, pois João Balula onde estava e por onde passava deixava sua marca e pela oralidade das pessoas que conviveram com ele como a profa. Ana Paula Romão, Mestre Malu, Mestre Dário e tantas outras pessoas relatam essa presença marcante dele.

A relevância da autodeclaração étnico-racial para a população negra está envolvida em um processo histórico de séculos de negação e inferiorização do que

vem da população africana e afro-brasileira. E Balula no texto a seguir “AUTODECLARAÇÃO DE NEGRITUDE” explica a função política, social e histórica da autodeclaração étnico-racial.

#### IMAGEM 4: AUTODECLARAÇÃO DE NEGRITUDE – João Balula



10. Mesmo nessa "confusão racial", que o nosso "racismo cordial" ("racismo cultural"!?) provoca nas cabeças dos brasileiros(as); apesar dos Danos & Perdas, das Humilhações, das Desigualdades gritantes; a **Autodeclaração** vai lhe assegurar pronta **Vizibilidade** "no meio da multidão": Assumindo-se, **sem Medos, Complexos ou Inferioridades**, pertencer a um determinado Povo, naturalmente, também irá Conhecendo, Incorporando e Adquirindo seus Valores Culturais. Você irá se Apropriando e Preservando a História (o jeito-de-ser) do Povo ao qual terá certeza que Pertence. Você terá uma **ligação-direta com a Sua Ancestralidade**, através do Legado que recebeu de seus **Antepassados(as)**. Você será alguém que deixará **alguma-coisa para o Futuro**, que será tocado pelas gerações "pós-TU" (relaxe: nem os Vampiros vivem pra-Sempre!!!).
11. A nossa **AUTODECLARAÇÃO** será a **melhor saída** para encarmos de-frente a nossa Questão Racial. Porque, **o Povo Brasileiro tem uma média de 76 milhões de negros** (pretos+pardos); uns **750 mil de índios**; mais **770 mil de amarelos**; perto de **nem um (%) de ciganos e coisa de 92 milhões de brancos**, convivendo na nossa População geral (Censo-2000-IBGE). Porém, temos uma História permanente de Preconceito, Discriminação e Racismo, direcionados em relação àqueles(as) que não parecem brancos(as).
12. Também temos uma "miscigenação" promovida pelo Estado Brasileiro e assumida pela sociedade como parte do nosso "programa de limpeza da raça". Temos, legalmente constituídos, "programas de extermínio" para não-brancos, ainda na barriga da mãe, visto que no Nordeste, "no tempo de eleições", são feitas cerca de duzentas mil "Ligações" (laqueaduras de trompas-negras) – a Bemfam chama "isto" de "programa de bem-estar familiar pelo controle da prole/natalidade"... Será???
13. **Negros e Negras se Autodeclarando**, quem sabe, não diminua a Invisibilidade do Povo Negro pelas cidades "tão-esbranquiçadas"; pelos bancos-de-escolas; pelas cadeiras-dos-legislativos; pelos empregos-nos-bancos, nas lojas; no empresariado; dentre-os-industriários; nos alto-escalões do serviço-público e privado... quem sabe... a Mídia (meios de Comunicação) não muda seu "procedimento padrão", e, ao invés de lucrar com a nossa Miséria, Fatalidade e Infortúnio, passe a faturar mostrando nossa Estima, Autoestima, Altivez, Dignidade e Triunfo?!...
14. Um simples "**EU SOU NEGRO(A)!!!**", dito assim, com Convicção, no meio da rua, já faz uma tremenda Diferença – se esta Autodeclaração vier atochada com Consciência Negra, via-de-regra, também fará "tremar-nas-bases" qualquer Um que aja racisticamente para com Negros e Negras no seu dia a dia! Ninguém pense que "é fácil", ficar dizendo "Eu Sou Negro(a)!!!" todo-dia e tendo que "justificar" toda hora! Por isso que a **Autodeclaração** só sobrevive se a gente tiver **Consciência de Pertencimento** + "100%" negro, branco, amarelo, índio ou cigano é "apenas marketing"!!! – às vezes, até "propaganda-enganosa"!
15. Mais dias, menos dias, a necessidade de **AUTODECLARAÇÃO** baterá na sua porta. Ela olhará na sua Cara e perguntará à-queima-entranhas: "**E, aí, qualé a Tua???**"... Sugiro que você comece ("aí com seus-botões") a construir Respostas que lhe valham a pena. A Autodeclaração é como com a Esfinge dos Egípcios: ou você a Decifra, ou ela Te Devora! **Não tem meio-termos...**
16. Tem gente, atualmente, confundindo "as bulas" e "*se autodeclarando*" até como "*multi-Étnico(a)*" ou "*multi-Cor*", achando que todo-mundo é "*Idiota*"... Porque, até que se prove em contrário, **uma Pessoa somente estar Pertencente a um único Tronco Racial/Étnico** (desculpem-me a Franqueza, que eu relevo a vossa Fraqueza!)
17. Mesmo a gente não sabendo patavina desse papo de **Ancestral, Antepassado, Tradição Cultural** ou mesmo que nada se conheça de **Árvore Genealógica**... Mesmo que a cultura ocidental trate um caminhão cheio de orientais como "*é tudo a merma coisa*"... Embora seja "comum" acreditar que "a humanidade é uma só"... mesmo que os "colonizados de carteirinha" digam que "isto deixa as coisas no lugar". Desconfie que tem deixado-as "no lugar errado", prejudicando sobremaneira a todo(a) e qualquer Diferente dessa mesma "única" Humanidade – isto sim, o Prejuízo, "é comum"!
18. A **AUTODECLARAÇÃO**, com certeza, não será para todos e todas, mas, Avalie: bem que Ela poderá re-começar por Você!
19. De que **Povo** você é???
20. A qual **Etnia** você Pertence???
21. Qual mesmó a **Sua Raça**???

**Axé de Povo Negro.**

**JOÃO BALULA** – é homem-negro, militante no Movimento Negro da Paraíba – Desde 1980. [joabalula@gmail.com](mailto:joabalula@gmail.com)

No texto “AUTODECLARAÇÃO DE NEGRITUDE”, João Balula é explicativo e provocativo, contribuindo para quem está lendo fazer uma reflexão da importância da autodeclaração e pertencimento racial. Portanto, um texto científico com dados estatístico, informático e histórico abordando as principais políticas públicas de cunho racial e fatos históricos que envolve a população negra.

No, dia 21 de fevereiro de 2008, o silêncio ecoou na cidade de João Pessoa, a alegria e a reverência de João Balula se calaria aos 48 anos e como sua última homenagem seu corpo foi conduzido pela viatura do Corpo de Bombeiros pelas ruas de João Pessoa.

E, continuando nessa trajetória de luta na cidade de João Pessoa/PB queremos apontar o protagonismo da Pastoral do Negro no apoio a luta do povo negro e na colaboração com o Movimento Negro no município de João Pessoa/PB.

A Pastoral do Negro tinha a organização do ex-padre italiano Luiz Zadra, de Solange Cavalcante, do agente pastoral e cultural negro Héilton de Santana e de Jacinta do município de Santa Rita/PB. A partir da década de 1990:

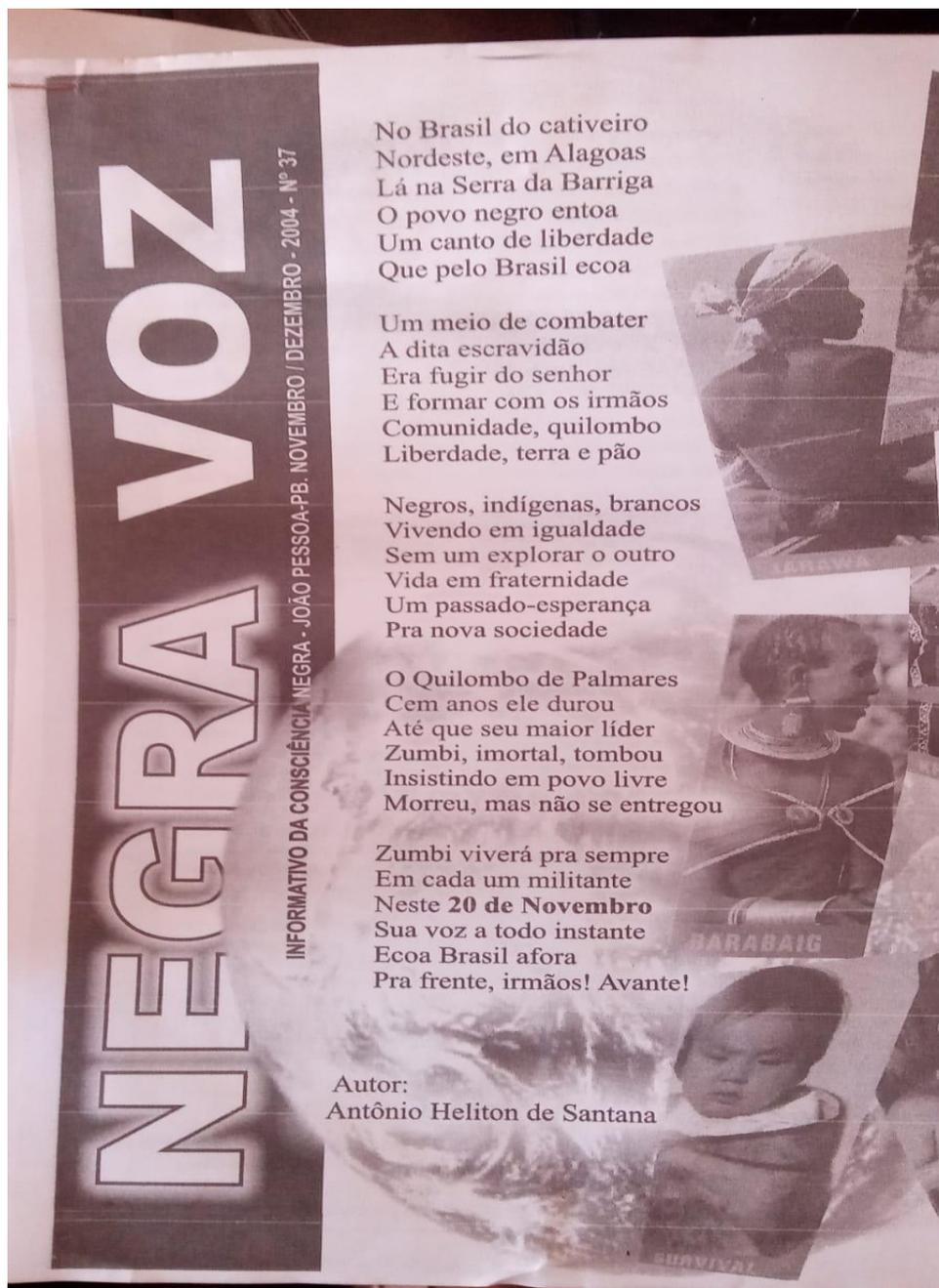
A Pastoral do Negro [...] representava um vínculo estratégico entre o Movimento Negro e a Arquidiocese Paraibana, possibilitava usar salas para reuniões e formação do Movimento Negro, contribuía financeiramente para algumas ações, publicação do “Jornal Negra Voz” e implantação do “Disque Racismo”, espaço de denúncia e acolhimento, além de se constituir como facilitadora do intercâmbio da capital João Pessoa com a militância negra do interior paraibano (Pimentel, 1998, p. 77).

A Pastoral do Negro da arquidiocese da Paraíba, por meio da articulação de Solange Cavalcante conseguia unir o movimento negro, a capoeira, e a pastoral para se organizarem politicamente dentro do mosteiro de São Bento, além de conseguir contribuições financeiras para algumas ações políticas do movimento negro paraibano.

Além dessas ações desenvolvida pela Pastoral, podemos destacar o financiamento na produção e divulgação do Jornal Negra Voz, que assim como a imprensa negra em 1932, buscou na cidade de João Pessoa denunciar e tratar de assuntos políticos e sociais com o recorte racial para a população negra paraibana com o objetivo de formação e conscientização política. O jornal tinha como coordenadores o Pe. Luiz Zabra, Solange Cavalcante e Heliton Santana e como

colaboradores Dário Pereira (Mestre Dário) e Malú Farias (Mestra Malu) do Grupo Capoeira Angola Palmares que também escrevia artigos para o jornal.

### IMAGEM 5 – JORNAL NEGRA VOZ



Fonte: Arquivo pessoal (2023)

A pastoral do Negro contava com o “Disque Racismo” tendo por objetivo receber denúncias de práticas de racismo no estado da Paraíba e Nina aluna do Grupo

Capoeira Angola Palmares do bairro do Roger, João Pessoa/PB prestava serviço no Disque Racismo.

Outro dado importante da ação de Solange dentro da Pastoral do Negro foi a preocupação na formação profissional para negros e negras de periferias para terem uma subsistência financeira, nesse caso destacamos o curso de penteado afro, desenvolvido pelo SESC, com direito a certificado para as mulheres negras participantes do curso. O processo de formação profissional do penteado afro aconteceu pelo entrelaçamento da Pastoral do Negro por intermédio de Solange Cavalcante (anexo 2) e o Grupo de Capoeira Angola Palmares com o Mestre Dário e a Mestra Malu. Da concretização e sucesso desse curso foi a inauguração do primeiro salão de penteado afro da cidade de João Pessoa/PB, da cabelereira Girlene (Girl Tranças Afro)<sup>4</sup> (anexo 3) situado no bairro do Roger.

Portanto, o Movimento Negro na Paraíba, os grupos de massas, as entidades negras e sociais marcou e marcam a história da Paraíba e da UFPB pelo seu protagonismo na luta insistente por políticas públicas, no processo educativo de conscientização da população pelas causas raciais e pelo pertencimento étnico-racial da população negra, na visibilidade dos mestres e das mestras grãos e de seus conhecimentos e saberes e das intelectuais negras e negros, na produção de conhecimentos étnico-raciais para que sejam difundidos na sociedade e no meio científico.

Quero finalizar esse capítulo com a reflexão da intelectual negra Dra. Socorro Pimentel,

A caminhada é espinhosa, cheia de altos e baixos, porém buscamos contribuir na perspectiva de uma sociedade que respeite e dê oportunidade igual às diferenças étnicas e de gênero. Na busca de parcerias dignas com os antigos militantes do Movimento Negro, desenvolver políticas que sejam operacionais, objetivando uma sociedade menos nociva àqueles e àquelas que fazem com dignidade, luta e garra este país, cujos direitos lhe são negados enquanto pessoa, enquanto profissional (1998, p. 45).

Após essas palavras que nos instigam, mas que também nos colocar para refletir da Dra. Socorro Pimentel. No próximo capítulo iremos apresentar a ação do Movimento Negro da implementação das cotas raciais na UFPB às lutas atuais.

---

<sup>4</sup> Conta com uma página das redes sociais do “Instragram”: [https://www.instagram.com/girl\\_trancas\\_afro/](https://www.instagram.com/girl_trancas_afro/)

#### 4.5 O protagonismo do Movimento Negro Paraibano: da implementação das cotas raciais na UFPB às lutas recentes para às políticas de Permanência

No processo para a implementação das cotas na Universidade Federal da Paraíba, em 2003, o Movimento Negro articulado com outros movimentos sociais e docentes, discentes e funcionários da UFPB realizaram dois seminários abordando as cotas na UFPB.

A autora Nayara Costa (2012, p. 81) apresenta que em 2007 na UFPB foi realizado o Seminário:

“A luta de Zumbi dos Palmares não acabou: Políticas de Educação, Cultura e Arte Afro-brasileira”, promovido pelo Núcleo de Artes-Afro, Estudos em Educação popular e Inclusão Social (AFRO-NAEEPIS), que possuía seu núcleo de pesquisadores composto por pesquisadores vinculados à Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN)

O Núcleo de Artes-Afro, Estudos em Educação Popular e Inclusão Social (AFRO-NAEEPIS) foi o nome provisório do **Afro-Educação** fundado pela Profa. Dra. Ana Paula Romão de Souza Ferreira, Wilson Aragão, Solange Cavalcante e Valmir Alcântara (Bodô) que contribuíram nos processos formativos étnico-raciais nas ações desenvolvidas tanto dentro da universidade como na sociedade com o conhecimento e saberes de cada um e nos espaços em que estavam inseridos. Assim, articulando os saberes populares com os saberes científicos.

A construção do seminário “A luta de Zumbi dos Palmares não acabou: Políticas de Educação, Cultura e Arte Afro-brasileira” tinha como objetivo de construir estratégias educacionais “que visassem o reconhecimento da diversidade e a implementação de uma pedagogia anti-racista, promovendo a equidade racial com responsabilidade de todos os educadores, independentemente de seu pertencimento racial” (Costa, 2012, p.82). O evento contou com a presença do professor Kabenguelê Munanga para os debates a respeito das cotas na UFPB.

No seminário se fizeram presentes grupos de capoeira, Hip Hop, Movimento Negro, comunidades de terreiros das religiões afro-brasileiras e assim Fonseca e Rocha (2010, p. 194) explanam que:

Na Paraíba, o Movimento Negro local presidido por João Balula, comunidades de terreiros das religiões afro-indígenas-brasileiras

representadas por lalorixás e Babalorixás, quilombolas, organizações não-governamentais voltadas para o combate ao racismo, grupos de Hip Hop e Departamentos de instituições de ensino superior através de realizações de encontros, ações em escolas, diálogos com gestores públicos faziam o papel de ator político sensibilizando e conclamando a sociedade paraibana na necessidade de reafirmar a identidade negra e de implantar as políticas de ação afirmativa.

Observamos a ação articuladora de João Balula por conseguir unir em prol de um objetivo comum vários setores que envolve a população negra para debater e unir para lutar pelas ações afirmativas na UFPB. Um novo Seminário é feito para o debate das cotas raciais.

O “Seminário política de cotas na UFPB: um debate necessário”, que retomará as discussões iniciais em 2007 com um objetivo evidente: não havia mais o que esperar, a decisão sobre as cotas deveria ser tomada desde já e a universidade não poderia assumir um posicionalmente inerte sobre a desigualdade étnico-racial no acesso ao ensino superior paraibano (Costa, 2012, p. 97).

E avanços foram sendo dados para ser conquistada a implementação das cotas na UFPB, em 2010, após quase uma década de mobilização dentro dos muros e fora da UFPB, foi implementada as cotas na UFPB. E diante disso a pesquisadora Nayara Costa (2017, p. 106) elucida:

O primeiro passo em favor da democratização do acesso à universidade pública em termos de Paraíba foi dado com a aprovação das cotas em 2010, embora esse seja apenas um passo da longa caminhada que devemos dar no sentido da transformação de pré-conceitos com relação a figura do negro, sua representatividade no ensino superior e conseqüentemente, sua esperada mobilidade social. Aprovado o acesso, a luta agora consiste na permanência com qualidade.

A aprovação das cotas na UFPB, em 2010, consistiu em um marco histórico e político as instituições de ensino superior na Paraíba. Principalmente “pelo fato de adotar cotas com recorte étnico-racial, já que nenhuma outra instituição paraibana o havia feito ainda, mesmo contrariando o que acontecia em âmbito nacional.” (Costa, 2017, p. 78).

Com a institucionalização, em 2009, do curso de Licenciatura em Pedagogia com área de aprofundamento em Educação do Campo pelo Reuni na UFPB, no

Campus I, João Pessoa/PB. A profa. Dra. Ana Paula Romão foi convidada para elaborar a ementa da disciplina da Educação das Relações Étnico-Raciais e Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana, a ser ofertada no curso como disciplina optativa, e ainda continua na grade curricular do curso como disciplina optativa, é uma disciplina ofertada pelo Departamento de Habilitações Pedagógicas e tendo somente duas professoras para ofertar essa disciplina para o campus I, João Pessoa, as professoras Dra. Ana Paula Romão e Dra. Surya Pombo.

Após o desmembramento do grupo de estudo Afro-Educação, grupo este que com a participação ativa da profa. Ana Paula Romão, professores do centro de Educação, João Balula, Movimento Negro, estudantes e do Grupo de Capoeira Angola Palmares, Roger contribuíram para o processo de elaboração e efetivação dos seminários que aconteceram no período das discussões para a implementação das cotas na UFPB.

A prof. Dra. Ana Paula Romão, em 2016, funda o grupo de estudo “Pedagogia Griô”, junto com a Profa. Dra. Wilma Martins, iniciando após a primeira seleção do PROLICEN intitulado “*Projeto Pedagogia Griô: práticas educativas interdisciplinares no combate ao preconceito racial*”. Tendo como o primeiro bolsista o mestre Dário, a mestra Malu como colaboradora e as estudantes Lígia, Luísa, Thayane e Helóisa como voluntárias.

Em 2019, o grupo de estudo foi se consolidando e pelo crescimento das ações e pelas demandas do PROLICEN, a prof. Dra. Ana Paula Romão foi observando que necessitava ser ampliada, pois o quantitativo de estudantes no grupo foram aumentando e vindos de outras áreas do conhecimento, somando-se aos estudantes dos do curso de Pedagogia com área de aprofundamento em Educação do Campo e Pedagogia. E neste ano teve a chegada da profa. Dra. Thais Oliveira<sup>5</sup> ao grupo e com a expansão, foram vendo a necessidade do grupo de estudo, tornasse um grupo de pesquisa cadastrado na CNPq.

Em 2020, o Grupo de estudos foi institucionalizado no CNPq com o nome “Práticas Educativas Griô: cultura, gênero e etnia”, tendo como líderes a prof. Dra. Ana Paula Romão e a Profa. Dra. Thaís Oliveira. E neste mesmo ano, foi aprovado o projeto de pesquisa pelo PIBIC intitulado “*EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: análise das produções dissertativas no Programa de Pós-Graduação em*

---

<sup>5</sup> Participava do grupo de estudo AfroEducação enquanto estudante da UFPB, do curso de psicologia e em 2019, assumi o cargo de professora universitária na UFPB.

*Educação – PPGE/UFPB (2009-2019) e desenvolvimento de estratégias e materiais afro-pedagógicos”, sendo a primeira bolsista.*

O que virmos até agora são caminhos históricos dentro do Centro de Educação da UFPB com a Educação das Relações Étnico-Racial na qual a profa. Wilma Martins e a profa. Dra. Ana Paula Romão são as pioneiras na difusão da Educação das Relações étnico-raciais, da população indígena, da população quilombola e da população negra, dentro da UFPB, especificamente no Centro de Educação e CCHLA.

É, relevante ser mencionados essas ações, para que a sociedade, as/os estudantes, e os/as docentes tenham o conhecimento da historicidade dos acontecimentos e quem são as pessoas que protagonizaram as ações nesse espaço. Muitos nomes ao longo da história vão se apagando e são invisibilizados, mas fica o seu legado o resultado das suas ações e das lutas realizadas. Portanto, em evidenciar alguns acontecimentos no Centro de Educação da UFPB com a Educação das Relações Étnico-Raciais, estamos mostrando que essas ações estão articuladas com a reivindicação histórica da população negra pela criação, implementação e efetivação das políticas públicas com o recorte racial.

O passado e o futuro são intercalados com o presente, assim após 13 anos da implementação das cotas na graduação na UFPB, o programa de pós-Graduação em Educação se mobiliza para a ampliação das cotas, pois somente a partir do edital de 2021 que o programa destinou vagas para estudantes cotistas, na qual eu fui aprovada no mestrado por meio das cotas raciais.

A partir da qualificação desse trabalho dissertativo, em 2023 ano em curso, iniciou-se a discussão sobre a ampliação das cotas socio-raciais no Programa de Pós-Graduação de Educação *stricto sensu* da UFPB. No momento da qualificação estava presente a Prof. Dra Ana Paula Romão, a Dra. Janine Marta, o mestre Dário e a Mestra Malu, do grupo de Capoeira Angola Palmares, Roger, o atual coordenador do PPGE/UFPB e orientador desse trabalho o Prof. Dr. Jorge Hermida, a profa. Anna Paula Balbino, a Assistente social Vania Santos e a psicopedagoga Desimare.

**Imagem 6:** Banca de qualificação



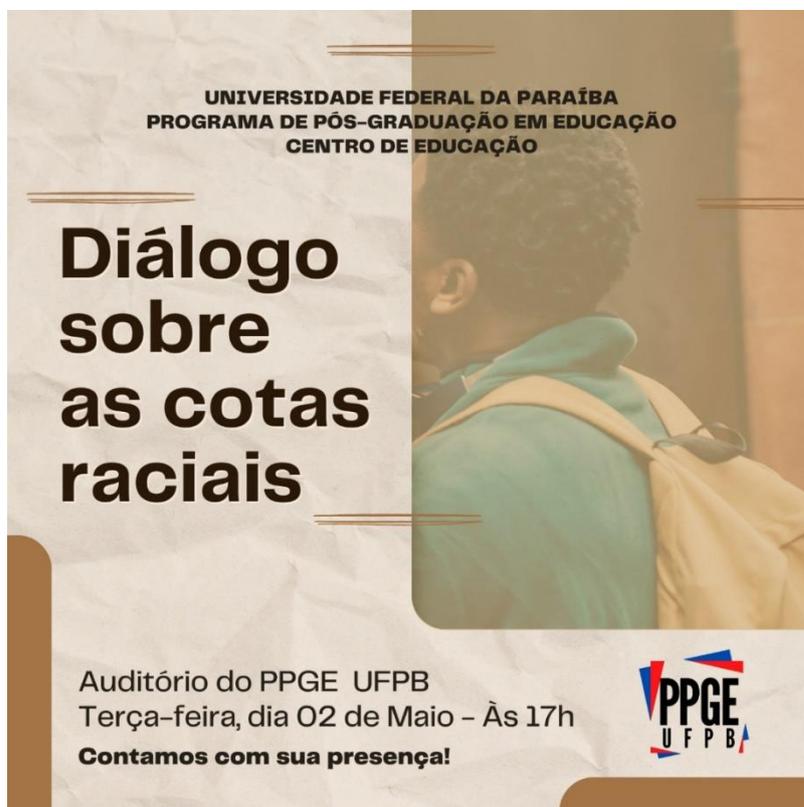
Arquivo pessoal (2023)

Após a apresentação da qualificação o coordenador do Programa o Prof. Dr. Jorge Hermida apresentou a proposta do PPGE/UFPB para a ampliação das cotas socio-raciais e que seria importante a participação do Movimento Negro para fortalecer e debater a proposta para consolidar a ampliação das cotas no edital de 2023. A atitude do Coordenador marcou um avanço e um marco histórico dentro da UFPB e da Pós-graduação em Educação em poder proporcionar e estreitar os laços entre a UFPB e o Movimento Negro da Paraíba.

Os responsáveis pela articulação entre a Universidade, o movimento negro paraibano e a sociedade civil foram o mestre Dário e a mestra Malu do Grupo de Capoeira Angola Palmares, do bairro do Roger e a profa. Dra. Ana Paula Romão docente da UFPB, campus I, João Pessoa/PB. Essa articulação foi importante para iniciar o processo de debates para ampliação das cotas socio-raciais e para propor a política de permanência para os cotistas a partir do ingresso na pós-graduação.

Pela solicitação da coordenação do PPGE/UFPB foi repassado por esse (as) articulador (as) o contato de representantes: do movimento negro, da religião de matriz africana, de entidades de massa (grupo de Hip-Hop), de professores, do NEABI, do Fórum Paraibano de Promoção da Igualdade Racial e da Secretaria de Combate ao Racismo. Para que fosse enviado um e-mail institucional os/as convidando para participarem dos debates em prol da ampliação das cotas e somar forças para que fosse efetivado no edital de 2023.

Para a primeira reunião/encontro foi elaborado o encarte (imagem 7) pela designer Thaíse Marques de Lima, do Grupo Capoeira Angola Palmares, Roger, João Pessoa/PB e divulgado nas redes sociais.

**IMAGEM 7 – Encarte “Diálogo sobre as cotas raciais”**

Fonte: Thaise Lima (2023)

O encarte acima foi criado com o intuito de divulgar a primeira reunião/encontro entre a Universidade Federal da Paraíba e o Movimento Negro da Paraíba, com o propósito de chamar a comunidade acadêmica e a sociedade civil para participar do debate sobre as cotas raciais no PPGE/UFPB. Com o objetivo de no dia da reunião/encontro fosse realizado o dialogo junto à comunidade civil organizada, o Movimento Negro da Paraíba, com a coordenação do PPGE/UFPB e a comunidade civil para apresentação das propostas e demandas da população negra e como a apresentação da proposta de ampliação das cotas pela coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPB - PPGE/UFPB.

No primeiro encontro para dá início na construção e da aliança entre a Universidade Federal da Paraíba, o Movimento Negro Paraibano e a sociedade civil para a ampliação das cotas sócio raciais no PPGE/UFPB, estiveram presentes representantes e integrantes (anexo 4): do Movimento Negro da Paraíba com a presença de Vandinho de Carvalho, Socorro Pimentel, Agitar, Marli; dos povos

indígenas Pedro Lobo; o grupo de Capoeira Angola Palmares: o Mestre Dário, a Mestra Malu e capoeiristas do grupo; Ativista negra e vice reitora da Universidade Estadual da Paraíba Ivonildes Fonseca; Lucian da Prefeitura de João Pessoa; Professora Regilma do Município de João Pessoa; Fernanda Souza, atriz da cultura popular; os integrantes do DCE-UFPB: gestão OCUPA DCE; de professores (as) do Centro de Educação: Ana Paula Romão, Janine Rodrigues, Thais Oliveira, Wilson Aragão; estudantes da graduação e da pós-graduação; vice coordenador do centro de educação, prof. Rondon; do coordenador do PPGE/UFPB, do Promotor da UFPB e a assessora de Cida Ramos.

**IMAGEM 8:** A mesa “Diálogo sobre as cotas raciais”



Arquivo pessoal (2023)

Na imagem apresentada acima mostra a mesa formada para apresentação das propostas de ampliação das cotas raciais na pós graduação de Educação na UFPB. A mesa foi composta da direita para a esquerda do Professor Dr. Wilson Aragão, a profa. Dra. Janine, da vice-reitora da UEPB Dra. Vania Fonseca, Promotor da UFPB, do vice-coordenador do Centro de Educação da UFPB, prof. Dr. Rondon e da Assessora de Cida Ramos. E na plateia de (costa para a foto) estão os representantes

do Movimento Negro da Paraíba como podemos identificar: Vandinho Carvalho, Socorro Pimentel e Marli e dentre os outros que estavam na plateia.

Para descrever esse primeiro encontro vou me valer das palavras de Lélia Gonzales (1984, p. 223) ao narrar um acontecimento, em 1984, na publicação de um livro que o tema central era a população negra e assim ela diz:

...Foi então que uns brancos muito legais convidaram a gente prá uma festa deles, dizendo que era prá gente também. Negócio de livro sobre a gente, a gente muito bem recebido e tratado com toda consideração. Chamaram até prá sentar na mesa onde eles tavam sentados, fazendo discurso bonito, dizendo que a gente era oprimido, discriminado, explorado. Eram todos gente fina, educada, viajada por esse mundo de Deus. Sabiam das coisas. E a gente foi sentar lá na mesa. Só que tava cheia de gente que não deu prá gente sentar junto com eles. Mas a gente se arrumou muito bem, procurando umas cadeiras e sentando bem atrás deles. Eles tavam tão ocupados, ensinado um monte de coisa pro crioléu da platéia, que nem repararam que se apertasse um pouco até que dava prá abrir um espaçozinho e todo mundo sentar juto na mesa. Mas a festa foi eles que fizeram, e a gente não podia bagunçar com essa de chega prá cá, chega prá lá. A gente tinha que ser educado. E era discurso e mais discurso, tudo com muito aplauso. Foi ai que a neguinha que tava sentada com a gente, deu uma de atrevida. Tinham chamado ela prá responder uma pergunta. Ela se levantou, foi lá na mesa prá falar no microfone e começou a reclamar por causa de certas coisas que tavam acontecendo na festa. Tava armada a quizumba. A negrada parecia que tava esperando por isso prá bagunçar tudo. E era um tal de falar alto, gritar, vaiar, que nem dava prá ouvir discurso nenhum. Tá na cara que os brancos ficaram brancos de raiva e com razão. Tinham chamado a gente prá festa de um livro que falava da gente e a gente se comportava daquele jeito, catimbando a discurseira deles. Onde já se viu? Se eles sabiam da gente mais do que a gente mesmo? Teve um hora que não deu prá aguentar aquela zoada toda da negrada ignorante e mal educada. Era demais. Foi demais. Foi aí que um branco enfezado partiu prá cima de um crioulo que tinha pegado no microfone prá falar contra os brancos. E a festa acabou em briga...  
Agora, aqui prá nós, que teve a culpa? Aquela neguinha atrevida, ora. Se não tivesse dado com a língua nos dentes...Agora ta queimada entre os brancos, Malham ela até hoje. Também quem mandou não saber se comportar? Não é a toa que eles vivem dizendo que “preto quando não caga na entrada, caga na saída”...

Trago essa fala de Lélia Gonzales por representar como foi o primeiro encontro, a partir das falas das pessoas que estavam presentes e que reverberou por meses a discussão e reflexão do que foi esse primeiro encontro e de seu impacto em quem estava presente, especialmente nas pessoas negras. Gonzales menciona que no lançamento do livro houve brigas, mas em nosso caso não houve briga física, mas foi

“armada a quizumba” como diz Lélia Gonzalez. E se ouvia que fossem em outros tempos, todos que estavam presentes ia se retirar e ficar somente a mesa falando pra si mesma, mas por estarmos em outros tempos ficaremos, mas também terão que nos ouvir.

E dialogando com esses fatos trago a reflexão do educador Paulo Freire (1997) em que ele narra em seu livro “Pedagogia da Esperança”, um fato que ocorreu com ele em uma palestra para familiares em situação de vulnerabilidade socioeconômica e ao final um operário o questiona sobre a sua fala e assim Freire descreve esse momento,

“Acabamos de escutar”, começou ele (o operário), “umas palavras bonitas do dr. Paulo Freire. Palavras bonitas mesmo. Bem-ditas. Umas até simples, que a gente entende fácil. Outras mais complicadas, mas deu para entender as coisas mais importantes que elas todas juntas dizem”.

“agora, eu queria dizer umas coisas ao doutor que acho que os meus companheiros concordam”. Me fitou manso, mas penetrantemente, e perguntou: “Dr. Paulo, o senhor sabe onde a gente mora? O senhor já esteve na casa de um de nós?” Começou então a descrever a geografia precária de suas casas. A escassez de cômodos, os limites ínfimos dos espaços em que os corpos se acotovelam. Falou da falta de recursos para as mais mínimas necessidades. Falou do cansaço do corpo, da impossibilidade dos sonhos com um amanhã melhor. Da proibição que lhes era imposta de ser felizes. De ter esperança (Freire, 1997, p.26).

Após a fala do operário chamando a atenção do educador para a sua realidade, Freire ao refletir sobre esse acontecimento explana que ao educador (a) ao fazer o seu discurso ao povo “esteja a par da compreensão do mundo que o povo esteja tendo. Compreensão do mundo que, condicionada pela realidade concreta que em parte a explica, pode começar a mudar através da mudança do concreto” (Freire, 1997, p. 26). Desse modo, Freire apresenta que as famílias entenderam sua palestra, “mas precisavam de que [Freire] os entendesse. Esta é a questão” (Freire, 1997, p. 28).

**IMAGEM 9:** A Mesa formada para o “Diálogo sobre as cotas raciais”



Fonte: Arquivo Pessoal (2023)

Portanto, quem estava presente no primeiro encontro das cotas, entenderam o que foi dito pela mesa formada pelos representantes dos professores da pós-graduação, da vice-reitora da UEPB (a profa. Dra. Vania Fonseca que tem uma trajetória de ativismo negro) do promotor, do vice-coordenador e da assessora de Cida Ramos mostrado na imagem a acima, mas necessitava que os (as) na mesa entendessem da realidade das pessoas que seriam contempladas com as cotas socio-raciais, e desse primeiramente a voz ao Movimento Negro que já vem de um processo histórico de lutas por cotas e políticas de permanência para a população negra nas Universidades e na UFPB e que participaram desde a gênese do Movimento Negro na Paraíba e como no processo de elaboração e implementação das cotas na UFPB.

Em maio ainda teve o encontro com a comunidade LGBTQI+ no PPGE/UPPB, com a finalidade de ouvir suas reivindicações e contribuições para a ampliação das cotas.

Um dos marcos que tivemos no programa de Pós Graduação em Educação da UFPB foi a aula Inaugural com a ativista negra e atualmente Vice-reitora da

Universidade Estadual da Paraíba a profa. Dra. Ivonildes Fonseca<sup>6</sup> proporcionado pela Coordenação do PPGE, por meio do prof. Dr. Jorge Hermida.

**IMAGEM 10:** Encante da Aula Inaugural do PPGE/UFPB com a Profa. Dra. Vania Fonseca

**Aula Inaugural** (2023.2)

**TEMA: DIREITO À EDUCAÇÃO, INCLUSÃO E DIVERSIDADE**

**15/08/2022**

**09h**

**Auditório do PPGE**

Dra. Vania Fonseca  
(vice-reitora da UEPB)

PPGE UFPB CENTRO DE EDUCAÇÃO UFPB

Fonte: site do PPGE/UFPB (2023)

A concretização dessa aula apresenta avanços na relação entre a UFPB, por meio da pós-graduação em Educação e o Movimento Negro da Paraíba. Por ser um corpo negro, de uma mulher negra, que atualmente está na vice-reitoria da UEPB,

---

<sup>6</sup> Dra. Ivonildes Fonseca, conhecida como Vania Fonseca. E nesse trabalho dissertativo estaremos a referenciando como Dra. Vania Fonseca

mas que sua trajetória é de ativismo dentro do Movimento Negro e do Movimento das Mulheres Negras.

A sua fala foi instigante na aula inaugural no PPGE/UFPB, nos provocando um aquietamento para aprofundar e ampliar os conhecimentos sobre as políticas de ações afirmativas para a população negra e lutar pela efetivação dessas políticas. Sendo, a Dra. Vania Fonseca uma inspiração por ser uma mulher negra, ativista, doutora e galgando espaços de poder e dando uma aula magna em um Programa de Pós-Graduação numa Universidade Federal e como também não podendo deixar de mencionar a Dra. Socorro Pimentel (anexo 5), mulher negra e ativista, doutora em educação pela Universidade Federal do Ceará e se fez presente em todos os debates na UFPB.

Por isso, sendo inspiração, especialmente para as pós-graduandas negras e os pós-graduandos negros e estudantes na condição de aluno especial negros e negras de que toda luta por políticas públicas de acesso e permanência na pós-graduação é necessária para que mais pessoas negras possam ser doutoras/es, professoras/os universitários e funcionários federais.

**IMAGEM 11:** Aula Inaugural com a ativista negra e vice-reitora da UEPB Vania Fonseca



Fonte: Arquivo Pessoal (2023)

O prof. Dr. Jorge Hermina na imagem acima fazendo apresentação da profa. Vania Fonseca e ao lado dela o vice-coordenador do centro de Educação o prof. Dr. Rondor. A aula Inaugural foi realizada no auditório do PPGE/UFPB, na presença do coordenador o prof. Dr. Jorge Hermida, o vice-coordenador do Centro de Educação o prof. Dr. Rondon, da Professora dra. Ana Paula Romão, da Professora Dra. Surya Barros, do Mestre Dário e a Mestra Malu (Grupo de Capoeira Angola Palmares), de estudantes “alunos especiais” do PPGE/UFPB, mestrandas/os e doutorandas/os do PPGE/UFPB e também se fez presente nesse momento histórico do PPGE/UFPB e que é fruto das discussões em torno da ampliação das cotas no Programa.

E no mês de agosto foi publicado o Edital 05/2023 – Seleção PGGE 2024. Para a realização da inscrição nesse edital foi acrescentando:

Comprovante de proficiência em língua estrangeira para candidatos(as) brasileiro(s), sendo uma para o mestrado e duas para o doutorado, com vigência de 60 meses; Para o nível de Mestrado Comprovação de publicação nos últimos 5 anos (julho de 2018 a julho de 2023), na área da Educação de, no mínimo: • Um Artigo em periódico com qualis mínimo B2 Educação; • Ou um Livro técnico-científico; • Ou um capítulo de livro técnico-científico com registro ISBN; • Ou um trabalho completo em anais de eventos regionais, nacionais ou internacionais com ISSN; • Ou um resumo expandido em anais de eventos regionais, nacionais ou internacionais com ISSN; • Ou comprovação de experiência docente na educação básica ou na educação social. Para o nível de doutorado Comprovação de publicações nos últimos 5 anos (julho de 2018 a julho de 2023), na área da Educação de, no mínimo: • Um Artigo em periódico com Qualis mínimo B2 Educação; • Ou um Livro técnico-científico; • Ou um capítulo de livro técnico-científico com registro ISBN; • Ou um trabalho completo em anais de eventos regionais, nacionais ou internacionais com ISSN.

Para esse edital foram ofertadas 95 (noventa e cinco vagas) ao total, sendo 52 (cinquenta e duas) vagas para o curso de Mestrado e 43 (quarenta e três) vagas para o curso de Doutorado.

Quero destacar para esse edital a ampliação das cotas, chegando a 50%,

Do total de vagas oferecidas, 50% serão destinadas a ações afirmativas, que corresponde a 26 (vinte e seis) vagas para Mestrado e 22 (vinte e duas) para Doutorado para candidatos autodeclarados, conforme a seguinte distribuição: a) 30% para pretos e/ou pardos; b) 15% para povos indígenas e povos e comunidades tradicionais; c) 5% para pessoa com deficiência (aquelas indicadas no artigo 4º do Decreto no 3.298/99 e suas alterações);

Sob a coordenação do prof. Dr. Jorge Hermida com a participação do Movimento Negro da Paraíba, do grupo de Capoeira Angola Palmares (bairro do Roger), das (os) estudantes da graduação e da pós-graduação, do DCE-UFPB: gestão OCUPA DCE e a sociedade civil, uma conquista árdua e histórica dentro da UFPB e entre as pós-graduação da UFPB, essa ampliação é de suma importância para a população negra acessar níveis mais elevados na educação.

No Edital 05/2023 – Seleção PGGE/UFPB 2024 houve modificações significativas em que foi acrescentado no ato da inscrição a proficiência e produção científica e como conquista a ampliação das cotas de 25% para 50%. Portanto, por ser um processo que ainda está acontecendo, não temos como precisar como isso vai refletir na pós-graduação do PPGE/UFPB e principalmente nas (os) candidatas (os) negras (os). Assim, sendo importante novas pesquisas para analisar essas modificações no edital e a conquista da ampliação das cotas para 50% no programa para as (os) candidatos e futuros mestrandas (os) e doutorandas (os) negras e negros.

Finalizo esse capítulo e esse trabalho dissertativo com o verbo ESPERANÇAR de Paulo Freire, porque como diz Freire “Há uma esperança, não importa que nem sempre audaz, nas esquinas das ruas, no corpo de cada uma e de cada um de nós.” (1997, p.10). Porque, não dá para entender “a existência humana e a necessária luta para fazê-la melhor, sem esperança e sem sonho” (1997, p.10) e assim como Freire, eu “não sou esperançoso [a] por pura teimosia, mais por imperativo existencial e histórico.” Então,

Não quero dizer, porém, que, porque esperançoso, atribuo à minha esperança o poder de transformar a realidade e, assim convencido, parto para o embate sem levar em consideração os dados concretos, materiais, afirmando que minha esperança basta. Minha esperança é necessária, mas não é suficiente. Ela, só, não ganha a luta, mas sem ela a luta fraqueja e titubeia. **Precisamos da esperança crítica** (Freire, 1997, p. 10, grifo nosso).

Portanto, enquanto necessidade ontológica, “a esperança precisa da prática para tornar-se concretude histórica” (Freire, 1997, p. 11). E a escrevivência desse último capítulo nos remete a esse esperançar de Freire, de uma esperança crítica e em ação, mas sem ela não existe a luta. Por isso, “Cabe a nós fazer a história e sermos feitos e refeitos por ela. Somente fazendo a história de maneira diferente é que

poderemos colocar um ponto final na fome” (Freire, 2018, p. 53). E em todas as formas de opressão, dentre elas o racismo. E,

Como sujeitos capazes de promover mudança, às vezes não percebemos as mudanças que estão ocorrendo. Às vezes não nos damos conta do trabalho de base que fazemos visando a despertar a consciência revolucionária. Às vezes deixamos de reconhecer a importância desse trabalho e o potencial de mudança que a partir dele pode se desenvolver” (Freire, 2018, p. 54).

E assim finalizo esse trabalho, essa escrevivência da minha história e daquelas e daqueles que vieram antes de mim e chegamos no hoje e muitas vezes não percebemos as mudanças que estão ocorrendo a nossa volta e “do trabalho de base que fazemos visando a despertar a consciência revolucionaria” (FREIRE, 2018, p. 54) e que esse trabalho seja o potencial de mudança dentro da UFPB, especialmente dentro do PPGE/UFPB.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Estado da Paraíba se destaca pela resistência e luta do seu povo desde o período colonial, pois antes da colonização portuguesa esse território já era habitado pelos povos indígenas. No caminhar da história as resistências e lutas do povo paraibano vai perpassando pela luta da população negra, nos quilombos e pela luta camponesa, com maior expressividade com as Ligas Camponesas e o Sindicato Rural e na década de 1980 na efervescência do Sindicato Rural com Margarida Maria Alves, na capital, em João Pessoa, o Movimento Negro vai criando corpo, mas antes já existia no município a ação de pessoas negras e não negras em agremiações e entidades negras de massa que por meio da arte e da cultura popular promovia a formação política e social de seus integrantes.

Começando com os povos originais que tão pouco e até nem sabemos das lutas travadas por essa população no nosso estado, podemos até conhecer por exemplo: o Rio tinto e o Conde, mas não sabemos e nem conhecemos os povos originários que lá viveram e vivem e das lutas travadas para se manterem em seu território.

Em relação as lutas travadas no campo, por causa do filme “Cabras marcados para morrer” tivemos conhecimentos sobre as ligas camponesas que por causa do filme ganhou repercussão no cenário nacional, mas nos debates das ligas raramente se levanta a bandeira da questão racial, mesmo tendo o líder João Pedro Teixeira que era um homem negro e as causas de luta envolviam camponeses negros e negras.

Ouvimos falar dos quilombos e da sua cultura: o coco de roda, mas ainda é perpetuada que é um território dos descendentes de escravos. E quando voltamos nosso olhar para a cultura da população negra essa é marginalizada e invisibilidade na sua ação como movimento de massa.

Para falar do Movimento Negro da Paraíba, especificamente de João Pessoa, devemos evidenciar o nome de João Balula, nosso príncipe negro, é uma personalidade que ganhou destaque no cenário paraibano pela sua alegria, espontaneidade e por ser um grande articulador na luta racial (entre o movimento negro, os terreiros, a universidade, com as agremiações: as escolas de samba, com a arte por meio do teatro e da cultura popular e afro, pelos grupos de capoeira e com a

pastoral negra). Todos os lugares ele estava e todos os lugares nele estava, se tornando uma referência e que temos muita reverência pelo seu legado.

Dessa forma, pela sua alegria que contagiava movimentou a Paraíba deixando um legado imensurável, mas por meio da necromemória pouco sabemos dos seus feitos e em poucos espaços seu nome é lembrado e com isso, a sua história vai sendo esquecida e hoje usufruímos de conquistas de políticas públicas por ele e pelo Movimento Negro conquistados, especialmente na Universidade Federal da Paraíba, dentre eles a implementação das Cotas socio-raciais. E dentro dos muros do território acadêmico o seu legado e do Movimento Negro paraibano raramente são mencionados.

Em virtude dos fatos mencionados, podemos constatar que a invisibilidade na Paraíba ela tem cor, e ela é preta, e essa invisibilidade e não fica restrita apenas ao movimento negro, mas a toda luta travada no estado paraibano. A invisibilidade é uma das marcas do Estado que nega e silencia os sujeitos históricos negros e indígenas.

Na construção dessa pesquisa muitos nomes foram surgindo na qual fazem parte da história de luta das causas étnico-raciais em João Pessoa/PB e cada uma dessas pessoas daria para fazer uma biografia linda e algo que mais me surpreendeu foi que algumas das pessoas mencionadas fazem parte do meu convívio. Sendo elas, a profa. Dra. Ana Paula Romão e Socorro Fernandes (anexo 6) (carinhosamente chamo de Natu, abreviação de “Natureza” apelido ganhado na capoeira, no Grupo de Capoeira Afro Nagô) e no processo de pesquisa descobrir que já militaram juntas. E pelo contato com Socorro muito ouvia falar de Paula Franssinete (anexo 7) da sua militância na área ambiental e durante a pesquisa seu nome apareceu no processo de fundação do Movimento Negro na Paraíba, no seu protagonismo das ações das causas raciais e ambientais na cidade de João Pessoa/PB. Sendo assim, mulheres que me inspiram, me encorajam, são mãos amigas quando preciso, me educam e me acolhem. E nos lugares que passo vejo o resultado do trabalho árduo desenvolvidos por elas. Jamais teremos como dimensionar a grandiosidade dos frutos da ação dessas mulheres em João Pessoa/PB e nas vidas das pessoas.

São pessoas que conviveram com Balula em espaços diferentes em João Pessoa e comprovando a sua diversidade, mas percebo o que faz unir essas pessoas diante das suas diferenças são o amor e a dedicação ao que fazem. Dessa forma, as suas vidas transpiram alegria e militância e mesmo sem a presença física de João Balula, podemos sentir a sua presença por todos os cantos da cidade e nas pessoas.

A Paraíba é riquíssima na sua expressão cultural e quantos de nós conhecemos os “corres” (o dia a dia) das (os) integrantes dos movimentos culturais. E porque será que não vemos essas pessoas (indígenas, quilombolas, camponesas, pessoas do campo, ciganas (os), pessoas da cultura popular...) nas Instituições de Ensino Superior Público fazendo graduação e pós-graduação?!

E que nos espaços das Instituições de Ensino Superior Público sejam respeitadas as diferenças, para que não haja estudantes, professores e profissionais adoecendo fisicamente e psicologicamente por causa do racismo e do preconceito religioso e trago a memória a estudante Amanda Nanis, que foi assassinada por palavras e atos lançadas por pessoas que não sabem respeitar as diferenças e tantas outras pessoas em nossa sociedade que também ceifaram suas vidas por causa do racismo e do preconceito religioso.

A Necromemória é utilizada no território paraibano para que não tenhamos conhecimento que a luta do campo ela tem cor, é negra. E quanta força nós, da população negra, não teríamos se conseguíssemos realmente andar juntos nas lutas e quantas políticas públicas seriam conquistadas. Mas o sistema insisti em nos dividir e como o autor e pesquisador João Reis menciona sobre a ação dos colonizadores sobre a população negra escravizada que “Dividiu os povos para os dominar” e mesmo após três séculos essa tática ainda funciona agora com a força do capitalismo e até quando continuaremos a nos dividir?

E diante da conclusão dessa pesquisa apresentamos uma proposta para futuras pesquisas a partir dos estudos realizadas nessa dissertação e propormos uma análise sobre os impactos da ampliação das cotas no PPGE/UFPB para os estudantes cotistas e na efetivação de políticas de permanências para os estudantes cotistas.

## REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, Maria Beatriz; DURIGUETTO, Maria Lúcia (Orgs). **MOVIMENTOS SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL**. São Paulo: Cortez, 2014.

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **O QUE É RACISMO ESTRUTURAL?**. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BARROS, Surya Aaronovich Pombo de. **UNIVERSO LETRADO, EDUCAÇÃO E POPULAÇÃO NEGRA NA PARAHYBA DO NORTE (SÉCULO XIX)**. 2017. 313 f. Tese (Doutorado Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

BRASIL, LEI Nº 1.390, DE 03 DE JULHO DE 1951. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l1390.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l1390.htm). Acesso em 17 nov. 2022.

BRASIL, CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1969. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Emendas/Emc\\_anterior1988/emc01-69.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc01-69.htm) . Acesso em 26 dez. 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. São Paulo. Imprensa Oficial, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN. Brasileira: Senado Federal, 1997.

BRASIL, Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003. Disponível em: < [https://www.abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Lei\\_10639\\_090103.pdf](https://www.abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Lei_10639_090103.pdf)>. Acesso em 13 de dez. 2020.

BRASIL, Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP 3/2004. **Diretrizes Curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília, 2004a. Disponível em: < [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp\\_003.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp_003.pdf) >. Acesso em: 20 jul. 2020.

BRASIL, **Resolução CNE/CP 1/2004**. Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Brasília, 2004b. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf> >. Acesso em 20 jul. 2020.

BRASIL. **Parecer CNE/CEB nº 16/2012**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola. Brasília, DF: SECADI, 2012.

BRASIL, **Resolução nº 8, de 20 de novembro de 2012**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola. Brasília, DF. 2012.

BRASIL, **Lei de Terras, 2016**. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/279-lei-de-terras>. Acesso em: 28 jul. 2020.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A CONSTRUÇÃO DO OUTRO COMO NÃO-SER COMO FUNDAMENTO DO SER**. Feusp, 2005. (Tese de doutorado).

CHAUI, Marilena. **A UNIVERSIDADE PÚBLICA SOB NOVA PERSPECTIVA**. Revista brasileira de educação, 2003.

COSTA, Ana Luiza Jesus. **AS ESCOLAS NOTURNAS DO MUNICÍPIO DA CORTE**: estado Imperial, sociedade civil e educação do povo. Educ. Soc., Campinas, v. 32, n. 114, p. 53-68, jan.-mar. 2011.

COSTA. Nayara Tatianna Santos da. **DO DEBATE À IMPLEMENTAÇÃO**: a versão não oficial da adoção das cotas raciais na ufpb. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação – universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

DURIGUETTO, Maria Lúcia; MONTAÑO, Carlos. **ESTADO, CLASSE E MOVIMENTO SOCIAL**. São Paulo: Cortez, 2010.

LÜDKE, Menga & ANDRÉ, Marli E. D. A. **PESQUISA EM EDUCAÇÃO**: abordagens qualitativas. – São Paulo: EPU, 1986. FLIK, Uwe. Pesquisa qualitativa e Quantitativa. In: FLIK, Uwe. Introdução à pesquisa qualitativa. – 3. Ed. Porto Alegre/RS: Artmed Editora S.A, 2009.

FERREIRA, Ana Paula Romão de Souza. **MARGARIDA, MARGARIDAS**: memórias Maria Alves (1933-1983) através das práticas educativas das Margaridas. João Pessoa: Editora da UFPB, 2017.

FREITAS, Maria Teresa de Assunção. **A PESQUISA EM EDUCAÇÃO**: questões e desafios, 2007.

FRIGOTTO, Gaudêncio. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, Ivani (org.). **METODOLOGIA DA PESQUISA EDUCACIONAL**. 6ª ed. São Paulo: Ed. Cortez, 2000.

FRIGOTTO, Gaudêncio. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, Ivani (Org). **METODOLOGIA DA PESQUISA EDUCACIONAL**. – 12.ed. – São Paulo: Cortez, 2010.

KILOMBA, Grada. **MEMÓRIAS DA PLANTAÇÃO**: Episódios de racismo cotidiano. Ed. Cabogó, 2008.

GIL, A. C. **MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA SOCIAL**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2012.

GOHN, Maria da Glória. **HISTÓRIA DOS MOVIMENTOS E LUTAS SOCIAIS**: a construção da cidadania dos brasileiros. São Paulo: Loyola, 1995.

GOHN, Maria da Glória. **TEORIAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS**: paradigmas clássicos e contemporâneos. – 7. Ed. São Paulo: Loyola, 2008.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira & SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. **O MOVIMENTO NEGRO E EDUCAÇÃO**. Revista Brasileira de Educação, 2000.

GOMES, Nilma Lino. O Movimento Negro e a intelectualidade negra descolonizando os currículos. In: COSTA, Joaze Bernardino; TORRES, Nelson Maldonado; GROSGOUEL, Ramón. **DECOLONIALIDADE E PENSAMENTO AFRODIASPÓRICO**. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

GOMES, Nilma Lino. Educação, relações étnico-raciais e a lei 10.369/03: breves reflexões. In: BRANDÃO, Ana Paula. **MODOS DE FAZER**: caderno de atividades, saberes e fazeres. - Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2010.

GOMES, Nilma Lino. **O MOVIMENTO NEGRO EDUCADOR**: Saberes construídos nas lutas por emancipação. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

GOMES, Nilma Lino & RODRIGUES, Tatiane Cosentino. **RESISTÊNCIA DEMOCRÁTICA: A QUESTÃO RACIAL E A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988**. Educ. Soc., Campinas, v.39, nº. 145, p. 928-945, out.-dez, 2018.

GONZALES, Lélia & HASENBALG, Carlos. **LUGAR DE NEGRO**. - Rio janeiro: Marco Zero. 1982.

IANNI, Octavio. **RAÇAS E CLASSES SOCIAIS NO BRASIL**. 3. Ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

LARA, Silvia Hunold. **CAMPOS DA VIOLÊNCIA**: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **TÉCNICAS DE PESQUISA**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARX, Karl. **CONTRIBUIÇÃO À CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

MARX, Karl. **CRÍTICA À FILOSOFIA DO DIREITO DE HEGEL**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MARX, Karl. **MISÉRIA DA FILOSOFIA**. Boitempo, 2017.

MARX, Karl. **PARA A CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA**. São Paulo: Nova Cultura, 1996.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **MANIFESTO COMUNISTA**. São Paulo. Boitempo, 1998.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **MANIFESTO DO PARTIDO COMUNISTA**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O DESAFIO DO CONHECIMENTO**: pesquisa qualitativa em saúde. – 14.ed. – São Paulo: Hucitec, 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **PESQUISA SOCIAL**: teoria, método e criatividade. 22. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MOTA, Ana Elizabete. Prefácio. In: ABRAMIDES, Maria Beatriz; DURIGUETTO, Maria Lúcia (Orgs). **MOVIMENTOS SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL**. São Paulo: Cortez, 2014.

MOURA, Clóvis. **HISTÓRIA DO NEGRO BRASILEIRO**. Editora Ática. São Paulo. 1992.

MOURA, Clovis. **DIALÉTICA RADICAL DO BRASIL NEGRO**. São Paulo: editora Anita, 1994.

MUNANGA, Kabengele. **REDISCUTINDO A MESTIÇAGEM NO BRASIL**: identidade nacional versus identidade negra. - Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

MUNANGA, kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: MUNANGA, kabengele. **PROGRAMA DE EDUCAÇÃO SOBRE O NEGRO NA SOCIEDADE BRASILEIRA**. Nitéroí: EDUFF, 2004.

NASCIMENTO, Abdias. **PROJETO DE LEI Nº 1332 DE 1983**. Câmara dos Deputados, 1983. Disponível em: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1167638](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1167638). Acesso em 22 dez. 2022.

PINTO, Regina Pahim. **O MOVIMENTO NEGRO EM SÃO PAULO**: luta e identidade. São Paulo: FFCH/USP, 1994. (Tese de doutorado).

RIBEIRO, Sâmbara Paula Francelino. **LUTAS SOCIAIS CONTEMPORÂNEAS**: entre os designios pós-modernos e os imperativos da classe trabalhadora. Tese (doutorado Serviço Social) – Universidade Estadual do Ceará, 2014.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **PESQUISA SOCIAL**: métodos e técnicas. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2012.

ROSSI, Rafael. **MATERIALISMO HISTÓRICO DIALÉTICO E EDUCAÇÃO DO CAMPO**. Revista OKARA: Geografia em debate, v.8, n.2. 2014.

ROCHA, Solange Pereira. **GENTE NEGRA NA PARAÍBA OITOCENTISTA**: população, família e parentesco espiritual. 2007. 390 f. Tese (Doutorado história) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

ROCHA, Roseli da Fonseca. A inserção da temática étnico-racial no processo de formação em serviço social e a sua relação com a educação antirracista. In: ABRAMIDES, Maria Beatriz; DURIGUETTO, Maria Lúcia (Orgs). **MOVIMENTOS SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL**. São Paulo: Cortez, 2014.

SANTOS, Frei David. **SETE ATOS OFICIAIS QUE DECRETARAM A MARGINALIZAÇÃO DO POVO NO BRASIL**. Disponível em: <https://negrxs50mais.com.br/2020/06/09/sete-atos-oficiais-que-decretaram-a-marginalizacao-do-povo-no-brasil/> Acesso em: 08 agos. 2023.

SILVA, Lucian Souza da. **ESMAGANDO A CABEÇA DA HIDRA: escravidão, liberdade e abolição na Paraíba do Norte, 1877-1888**. 2021. 348 f. Tese (Doutorado História\_ - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2021).

SANTOS, Boaventura Sousa. **PELA MÃO DE ALICE**. São Paulo: Cortez Editora, 1995.

SANTOS, Boaventura de Sousa e FILHO, Naomar de Almeida. **A UNIVERSIDADE NO SÉCULO XXI: para uma universidade nova**. Coimbra, 2008.

SAVIANI, Dermeval. **A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: mudanças e continuidades**. Poésis Pedagógica - V.8, N.2 ago/dez. 2010.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. APRESENTAÇÃO. In.: FONSECA, Marcus Vinícius & BARROS, Surya Aaronovich Pombo de (Orgs.). **A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DOS NEGROS NO BRASIL**. – Niterói: EdUFF, 2016.

SILVA, Maria do Socorro Pimentel da. **A IDENTIDADE DOS TRABALHADORES NEGROS NA REALIDADE EDUCACIONAL PARAIBANA**. Universidade Federal da Paraíba, 1998. (Dissertação de mestrado).

SILVA, Maria do Socorro Pimentel da. **TERRITORIALIDADES NEGRAS E PARENTESCO: uma realidade afrorreferenciada em Alagoa Grande-PB**. Orientador: Henrique Antunes Cunha Junior. 2022. 213f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2022.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. A pesquisa científica. In: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (org.). **MÉTODOS DE PESQUISA**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

TOURAINÉ, Alaim. **O PÓS-SOCIALISMO**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

## **ANEXOS**

**ANEXO 1: Ana Paula Romão**

Fonte: Internet (2023)

**ANEXO 2: Solange Cavalcante**

Fonte: Internet (2023)

### Anexo 3: Cabelereira Girlene



Fonte: Internet (2023)

**Anexo 4: LISTA DE PRESENÇA DO PRIMEIRO ENCONTRE ENTRE O PPGE/UFPB E O MOVIMENTO NEGRO**

02/05/2023 17:09

Lista de Presença Reunião.docx - Documentos Google



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Reunião Movimento Negro  
Lista de Presença

Data: 02/05/2023 Horário: 17:00 h

Nome	Instituição/Movimento Social	Assinatura
Rogério Augusto Silva	UFPB	[Assinatura]
Milena Lourenço Barbosa	UFPB/PPGE/Potiguara	[Assinatura]
Elza Almeida da Costa	UFPB	Elza Almeida da Costa
Daniel Henrique B. Gomes	UFPB	[Assinatura]
Leucian Souza da Silva	Sedec - JP	[Assinatura]
André Luiz Nunes dos Santos	UFPB	[Assinatura]
Deodoro Roberto dos Santos	UFPB/PPGE/Potiguara	[Assinatura]
Nina Mourante	G. Capoeira A. Fabiano	[Assinatura]
Rita Lira	UFPB/G. CAPOEIRA ANGELO PALMARES	Rita Lira
Dário Pereira João	PPGE-UFPB/Capoeira	Dário
Danielle N. Wander	PPGE-UFPB/CAPOC. RS	Danielle N. Wander
Camila Freitas Soares	UFPB	Camila Freitas Soares
Emilene Grauna	UFPB	[Assinatura]
Costa de Araújo R. Pereira	UFPB/Capoeira	[Assinatura]
Vinicius Borba de Medeiros	DCE - UFPB	Vinicius Borba
Antônio Barbosa da Silva Neto	UFPB/G. Capoeira Angola Pal.	Antônio B. da S. Neto
Barbara de S. Santos	UFPB	Barbara Santos
Maria Regina da Silva	UFPB/Protenora Fund.	Maria Regina da Silva
Wylla Rebeca da Silva	UFPB/Exeritona	Wylla Rebeca da Silva
Lisandra M <sup>a</sup> da S. Torres	DCE/UFPB	[Assinatura]
FRANCISCO DE ASSIS DE O. Teixeira	MODALIK - PB	[Assinatura]

2

02/05/2023, 17:09

Lista de Presença Reunião docx - Documentos Google



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Reunião Movimento Negro

Lista de Presença

Data: 02/05/2023

Horário: 17:00 h

Nome	Instituição/Movimento Social	Assinatura
Carla Soares	MNU - PB / MIMNPE	[Assinatura]
Renáilde de Carvalho	Nealbi - IFPI	[Assinatura]
Francisco Figueiredo	MNU-PB/SECR-PT/PB	[Assinatura]
Alvanete (UR da U)	Mov. Negro - PB	[Assinatura]
Josefa Coelho da Cunha	Mestronela - UFBB	[Assinatura]
Cláudia Maria da Silva	Doutorado - PPGE	[Assinatura]
Sylos, Janotaz Mendes	Graduando - UFPB	Sylos J.
Gabriela Kellenzi Silva	DCE - UFPB	[Assinatura]
Edson Luis da Silva	DCE - UFPB	[Assinatura]
Marcivaldo Pereira da Silva	DCE - UFPB	[Assinatura]
Leany Jose Pontes	DCE - UFPB	Leany Jose
Loirena Fernandes Rocha	DCE - UFPB	Loirena Fernandes Rocha
Daniela da S. Araujo	DCE - UFPB	[Assinatura]
Augusto F. de Freitas	DCE - UFPB	[Assinatura]
Luiz Henrique	DCE - UFPB	[Assinatura]
Lucas Michell Nascimento Dias	Graduando - UFPB Psicologia	Lucas Michell N. Dias
Aluano Henrique Rodrigues S.	Graduando - UFPB Psicologia	Aluano H. Rodrigues
Maria de Lourdes Feres Lima	GRUPO CAPERS & PACNAPES	[Assinatura]
Travis Oliveira de Souza	DCE / CE / UFPB	[Assinatura]
João Paulo Santos de F. Ferreira	DHP/CE/UFPB / Grupo G-RIO	[Assinatura]

Anexo 5 – Socorro Pimentel



Fonte: Internet (2023)

**Anexo 6 – Socorro Fernandes**

Fonte: Arquivo Pessoal (2023)

**Anexo 7 – Paula Franssinete**

Fonte: Arquivo Pessoal (2023)

**Anexo 8: Momento após encontro/reunião no PPGE/UFPB: Daniele N. Leandro, profa. Dra. Ana Paula Romão, Dra. Socorro Pimentel e Mestra Malu do Grupo Palmares do Roger.**



Fonte: Arquivo Pessoal (2023)

**Anexo 9: I encontro/reunião no PPGE/UFPB sobre as cotas raciais com a participação do Movimento Negro Paraibano, do Grupo de Capoeira Angola Palmares do Roger, estudantes da pós graduação de Educação, DCE, professores da rede municipal de João Pessoa e discentes e docentes da UFPB.**



Fonte: Internet (2023)

**Anexo 9: Encontro/reunião no PPGE/UFPB sobre as cotas Raciais com a participação do Movimento Negro Paraibano, o grupo de Capoeira Angola Palmares do Roger, estudantes da pós-graduação do PPGE/UFPB, a coordenação do PPGE/UFPB e o DCE/UFPB.**



Fonte: Internet (2023)

**Anexo 10: I Encontro/reunião no PPGE/UFPA e o Movimento Negro Paraibano sobre as cotas Raciais**



Fonte: Internet (2023)

**Anexo 11: Encontro/reunião no PPGE/UFPB e o Movimento Negro Paraibano sobre as cotas Raciais com a presença da Dra. Benilda Brito – Consultora da ONU Mulheres e Pacto Global e Ativista pela Educação (Champions) no Malala no Brasil, Vandinho e Agitar do MOVANE, Marli Soares da executiva da MNU-PB, Mestre Malu do Grupo de Capoeira Palmares, a profa. Da UFPB Dra. Ana Paula Romão e o Coordenador do PPGE/UFPB Jorge Hermida, o prof. Luziel e a estudante Desimeri.**



Fonte: Internet (2023)



 Curtido por [tutuucarvalho](#) e outras pessoas

[negritudeunificadapb](#) 11/05/2023. Nesta quinta-feira Marli Soares da executiva da MNU-PB, participou de uma Roda de Conversa com a Dra Benilda Brito- Consultora da ONU Mulheres e Pacto Global e Ativista pela Educação (Champions) no Malala no Brasil. Agradecemos ao Vandinho e Agitar do MOVANE pelo convite. Tivemos tbm a participação da Mestre Malu a profª Ana Paula e o Coordenador do PPGE da UFPB e Suelene da assessoria do gabinete fo Vereador Marcos Henriques. Foi uma conversa sobre análise da política antirracista nacional e conhecer a política a parti das narrativas dos Ativistas da base [negr@s](#) organizado da JP/PB.

Fonte: Internet (2023)

## Anexo 12: I Encontro/reunião no PPGE/UEPB e o Movimento Negro Paraibano sobre as cotas Raciais



Fonte: Arquivo Pessoal (2023)

### Anexo 13: I Encontro/reunião no PPGE/UFPB sobre as cotas Raciais



Fonte: Arquivo Pessoal (2023)

**Anexo 14: Daniele Leandro e Dra. Socorro Pimentel**

Fonte: Arquivo Pessoal (2023)

Anexo 15: Defesa do mestrado: Convite produzido pelo capoeirista Neto, do Grupo de Capoeira Angola Palmares, Roger.



The invitation is set against a background of colorful, geometric patterns in shades of orange, blue, and pink. On the left, the logo of PPGE UFPB is displayed. On the right, the coat of arms of the Universidade Federal de Pernambuco (UFPB) is shown, featuring three red flames above a shield with a blue field and a white fleur-de-lis, with the motto 'SAPIENTIA EDUCAT' below.

**DEFESA DE MESTRADO**  
**EDUCAÇÃO E RACISMO INSTITUCIONAL: a (in)visibilidade do Movimento Negro na elaboração e implementação das políticas educacionais para a Educação Superior na UFPB**

**Data:** 29 de setembro de 2023  
**Hora:** 19:00 h  
**Local:** Auditório de

**BANCA**

Dr. Jorge Fernando Hermida Aveiro  
Dra. Ana Paula Romão de Sousa Ferreira  
Dra. Janine Marta Coelho Rodrigues  
Dra. Ivonildes da Silva Fonseca

**Daniele do Nascimento Leandro (Discente)**

## Anexo 16: Defesa do mestrado: Apresentação



Fonte: Arquivo Pessoal (2023)

**Anexo 16: Defesa do mestrado: Arguição da banca profa. Dra. Vânia Fonseca, Profa. Dra. Ana Paula Romão e o orientador prof. Dr. Jorge Fernando Hermida.**

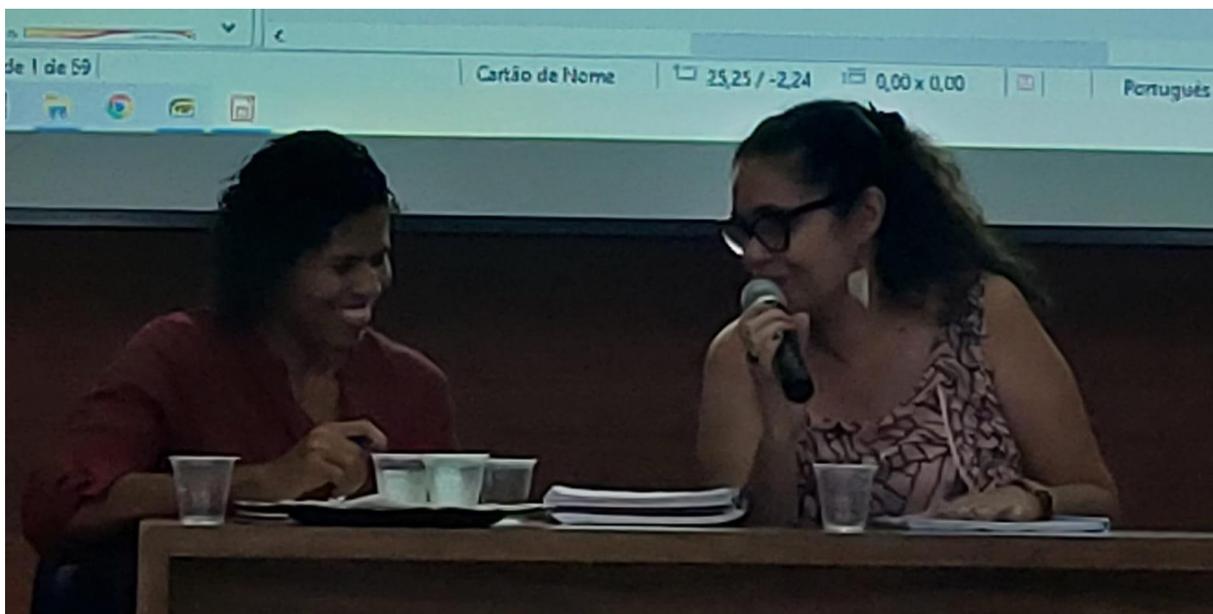


Fonte: Arquivo Pessoal (2023)

**Anexo 17: Defesa do mestrado: Arguição da banca a profa. Dra. Ana Paula Romão e a profa. Dra. Vânia Fonseca**



Fonte: Arquivo Pessoal (2023)

**Anexo 18: Defesa do mestrado: Arguição da banca a profa. Ana Paula Romão**

Fonte: Arquivo Pessoal (2023)

**Anexo 19: Defesa do mestrado: Profa. Dra. Ana Paula Romão, Prof. Dr. Jorge Hermida e a profa. Dra. Vânia Fonseca.**



Fonte: Arquivo Pessoal (2023)

**Anexo 20: Defesa do mestrado: Profa. Dra. Ana Paula Romão e Profa. Dra. Vânia Fonseca.**



Fonte: Arquivo Pessoal (2023)

**Anexo 19: Defesa do mestrado: Minha Família (Meu pai João Maria, minha cunhada Maria, Minha sobrinha Vitória e meu sobrinho João Victor)**



Fonte: Arquivo Pessoal (2023)

**Anexo 20: Defesa do mestrado: A presença do Movimento Negro da Paraíba: Dra. Socorro Pimentel, Vandinho, Agitar, Marli Soares. Da mestra Malu do Grupo de Capoeira Angola Palmares, o Prof. Diego Reis, a mestra em Serviço Social Kíssia Wendy, o mestre em Educação Luziel e João Maria (meu pai).**



Fonte: Arquivo Pessoal (2023)

**Anexo 21: Defesa do mestrado: Vandinho e ao fundo o mestre Dário do Grupo de Capoeira angola Palmares, Roger.**



Fonte: Arquivo Pessoal (2023)

**Anexo 22: Defesa do mestrado: presença do Movimento Negro paraibano, do Grupo de Capoeira Angola Palamres, professores da UFPB e da rede Municipal de João Pessoa, a profa. Regina e estudantes da UFPB.**



Fonte: Arquivo Pessoal (2023)